

Geosiane Mendes Machado

**Com vistas à liberdade: fugas escravas e estratégias de
inserção social do fugido nos últimos decênios do
século XIX em Minas Gerais.**

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, Março de 2010.**

Geosiane Mendes Machado

**Com vistas à liberdade: fugas escravas e estratégias de
inserção social do fugido nos últimos decênios do
século XIX em Minas Gerais.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: História Social da Cultura.

Orientador: Prof. Dr. José Newton Coelho
Meneses.

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, Março de 2010.**

Agradecimentos

São muitos a serem lembrados. Início esses agradecimentos com receio de ocultar quem realmente não deve ser esquecido. Bom! Primeiramente, agradeço a Deus e meus pais – Domingos e Graça – por serem TUDO na minha vida. As minhas irmãs – Geosane e Gracyelle - e sobrinhas – Marcella e Eduarda - por me alegrarem no dia-a- dia. Ainda, agradeço aos “amigos do Vale” que, sem os quais, nem imagino como seriam meus dias sem as risadas e, acima de tudo, os momentos de cantar as riquezas do nosso Vale.

Não posso deixar de mencionar os amigos da UFV que continuam presentes, além dos amigos conquistados na UFMG, aos quais agradeço pelas críticas e as enriquecedoras discussões. Ao Fernando pelos momentos de descontração e o companheirismo de sempre, sem ele o percurso dessa etapa seria mais penoso.

Ao professor Jonas por me ensinar o ofício do historiador. Tive sorte, durante minha carreira acadêmica, de me deparar com orientadores que apontaram erros, mas, antes de tudo, indicaram caminhos. Nesse viés, continuo agradecendo ao José Newton pela atenção, pelas oportunidades e, sobretudo pelas partes de qualidade dessa dissertação. Com ele, aprendi que o respeito é a base da relação orientando/orientador. Obrigada por tudo.

Agradeço a Capes pelo financiamento que foi substancial para o bom encaminhamento da investigação.

Agradeço, ainda, aos professores e funcionários da pós-graduação em história e os funcionários dos arquivos que me acolheram com muito carinho e incentivos.

Finalizo essa etapa acadêmica na certeza que ainda tenho muito a aprender e, mais que tudo, que o ofício de vasculhar a história me instiga a continuar...

Obrigada a todos!

RESUMO

Aspira-se, na presente dissertação, entender as estratégias de inserção dos escravos fugidos em Minas Gerais nos últimos decênios do século XIX. O lapso temporal compreende 1871, ano da promulgação da Lei do Ventre Livre e, como marco final, o ano de 1888 com a extinção da escravidão no Brasil. Esse recorte foi substancial para percebermos as mudanças no perfil dos escravos fugidos, bem como as chances abertas pelo mercado de trabalho de especialidades laborais, a construção de vias férreas, a construção civil, o universo das atividades militares e o trabalho de melhoramento dos centros urbanos, como espaços de inserção do foragido. Direcionamos nosso estudo para entendermos o comportamento dos escravos em fuga e as diversas táticas de inserção utilizadas pelos mesmos na busca pela liberdade em Minas Gerais. Percebemos, nessa pesquisa, que havia um perfil específico dos escravos que fugiam no final do século XIX. A fuga foi interpretada como uma forma de resistência, constantemente, praticada por escravos que viram as chances de negociação, dentro da senzala, esvaecer-se. Para tanto, nos valem dos periódicos de Ouro Preto, relatórios de presidente de província, além da documentação de polícia e alguns processos crimes que envolviam cativos foragidos, descortinando diversas e complexas estratégias de resistir dos escravos, os quais ludibriavam as autoridades e permaneciam em meio à massa de livres, forros e escravos de ganho e aluguel, como se libertos fossem.

Palavras chave: Escravos, Fugas e estratégias de inserção.

ABSTRACT

We aim on this dissertation to understand the insertion strategies of the runaway slaves in Minas Gerais in the last decades of the nineteenth century. The time lapse is from 1871, the year of the Free Birth Law promulgation and, as the last mark, the year of 1888 with slavery extinction in Brazil. This side view was substantial to realize the changes in the runaway slaves' profile as well as the opportunities offered by the labor market of labored specialties, railways and civil constructions, military activities universe and the effort of improvement of the urban centers, altogether as spaces for the fugitives' insertion. We focused our research on understanding the behavior of the slaves in escape and the various tactics of insertion used by them on their attempt for freedom in Minas Gerais. We realized in this research that there was a specific profile of the runaway slaves in Minas Gerais at the end of the nineteenth century. The escape was considered a way of resistance, constantly practiced by slaves who had seen the possibility of negotiation within the slave quarters fading away. Therefore, we used periodic from Ouro Preto, the province governor's reports, besides the police's documentation and some criminal trials which involved some fugitive slaves, revealing several and complex strategies of their resistance. They cheated the authorities and remained among the mass of free, gained and rental slaves as if they were free.

Keywords: Slaves, Escapes and insertion strategies.

Lista de figura, gráficos e quadros.

Figura 1 – Imagem de escravo fugido.

Gráfico 1 – Relação dos presos na cadeia de Ouro Preto em 1875.

Gráfico 2 – Cor dos escravos fugidos 1871 – 1888.

Gráfico 3 – Sexo dos escravos fugidos 1871 – 1888.

Gráfico 4 – Qualidade dos escravos fugidos 1871 – 1888.

Gráfico 5 – Faixa etária dos escravos fugidos

Gráfico 6 – Escravos fugidos especializados.

Gráfico 7 – Escravos especializados na primeira e segunda metade do século XIX.

Gráfico 8 – Especializações dos escravos fugidos nas províncias do RJ, MG, SE e SC.

Quadro 1 – Fuga/repetições. Jornal: *Noticiador de Minas*, 1871 – 1872.

Quadro 2 – Fuga/repetições. Jornal: *Diário de Minas*, 1873 – 1878.

Quadro 3 – Fuga/repetições. Jornal: *A Actualidade*, 1878 – 1881.

Quadro 4 – Fuga/repetições. Jornal: *A Província de Minas*, 1882 – 1887.

Quadro 5 – Quantidade de fugas e as repetições nos anúncios de jornal, 1871 – 1888.

Quadro 6 – Doenças dos escravos nos relatos de viajantes em MG no século XIX.

Quadro 7 – Distribuição segundo sexo e etnia dos escravos anunciados no “O Universal”. Ouro Preto 1825 a 1882.

Quadro 8 – Principais ocupações dos fugitivos.

Quadro 9 – Letramento/ocupação dos escravos foragidos entre 1871 a 1888.

Quadro 10 – Especializações dos fugitivos anunciados nos jornais de Ouro Preto 1871 – 1888.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo I- Concepções teóricas acerca da escravidão	27
1.1 - Inferioridade do homem negro	28
1.2 - Benévolos brasileiros	29
1.3 - Teoria da coisificação	31
1.4 - Novas abordagens	38
1.5 - Produção historiográfica sobre Minas Gerais	42
Capítulo II – Repressão, motivações e expectativas na evasão	52
2.1 – Questões em torno dos periódicos	52
2.2 – Motivações das fugas	62
2.3 – Fugas na Lei	69
2.4 – Falhas na repressão: “diversas causas concorrem para esse mal”	79
2.5 – Abolicionistas anônimos	86
2.6 – Marcas da (in) submissão	89
Capítulo III – “Refinado tratante e qualquer o tem por forro”: estratégias de inserção social	95
3.1 – “Mosaicos”: composição dos anúncios de fuga	96
Capítulo IV – Perspectivas de inserção no universo escravocrata	123
4.1 – Espaço Urbano e mobilidade	124
4.2 – Vias férreas	126
4.3 – Universo militar	131
4.4 – Melhoramentos Urbanos	137
4.5 – Mercado de trabalho mineiro	139
4.6 – Interpretações sobre o escravo especializado	142
4.6.1 – O escravo especializado e as possibilidades de inserção	144
4.6.2 – Instrumentos de trabalho	148
4.6.3 – Guias falsas	150
4.6.4 – Laços de solidariedade	153
4.7 – Perfil do escravo especializado	160
Considerações finais	167
Referências bibliográficas	172
Anexos	183
Fontes	191

Introdução

A heterogeneidade e a complexidade do universo da escravidão em Minas Gerais tem sido um tema constantemente perscrutado pela produção historiográfica. Satisfatória e paulatinamente descortina-se o mundo de homens e de mulheres livres, libertos, escravizados, senhores, capitães-do-mato, dentre tantos, colocando em questão seus conflitos, dissonâncias e arranjos. No entanto, permanece no campo da hipótese e mesmo à margem da história, o mundo vivenciado pelos escravos que fugiram almejando sobreviver fora dos limites do cativeiro. Nesse sentido, intentamos compreender as estratégias desses homens foragidos, para ratificar a suposição de que também agiram conforme suas expectativas, ódios, medos, anseios, qualificações, enfim, que foram sujeitos que contribuíram para a formação da sociedade, não obstante as dificuldades em captar seu dia a dia na documentação.

Como assinalou Flávio dos Santos Gomes, pelo fato da evasão ter sido vivenciada, diferentemente, por cada cativo seja no meio em que vivia - área urbana ou rural - sua naturalidade e sexo, até sua socialização no cerne da instituição escravista, incluindo aí a relação senhor/escravo,¹ não podemos simplificá-la. Fugir foi uma ação de homens e de mulheres que, mediante pressão, castigos, lembrança de familiares, ameaça de venda, possibilidade de sobrevivência fora das senzalas, empreenderam a fuga e se embrenharam nos matos à procura de um abrigo e/ou em direção ao espaço urbano, onde poderiam sobreviver com a solidariedade de muitos e mesmo através dos seus préstimos.

A historiografia estudou, sistematicamente, os quilombos e seus grandes

¹ GOMES, Flávio dos Santos (1996). “Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil Escravista”, *Tempo*, vol.1, n.1. Rio de Janeiro, p.7

ajuntamentos, muitas vezes deixando a desejar análises sobre a fuga individual - destinada ao espaço rural ou mesmo urbano - à procura de outra vida que não fosse as matas ou mesmo os grandes quilombos. Conforme destacou Sílvia Hunold Lara, a bibliografia referente aos quilombos tende a historiar, quase inevitavelmente, os grandes ajuntamentos de longa e média duração, bem como identificar seus mártires o que poderia revelar certa 'consciência de classe'.² Em contrapartida, a fuga individual funcionou como um complemento desse importante agrupamento, não merecendo considerações mais detalhadas.

De antemão ressaltamos as dificuldades ao se encarar tal temática, visto que o rastreamento do elemento foragido torna-se instigante, mas ao mesmo tempo frustrante, pois, não conseguimos traçar uma trajetória que corroborasse com as questões elucidadas nessa pesquisa. Esse silêncio da documentação, porém, não significa que os dados coligidos neguem o sucesso de muitas fugas. Pelo contrário, o fato de não conseguirmos rastrear um escravo fugitivo, pode significar que muitos cativos organizaram suas vidas longe dos olhares do seu senhor diluindo-se no anonimato da massa escrava e livre e assim, arranjaram suas vidas e comunidades dentro da sociedade escravocrata.³

Assinala a interpretação histórica que as fugas intensificaram-se no final do século XIX. Mas qual o significado desse aumento? O que levou o cativo a intensificar tal ação? Que tipo de suporte o escravo fujão conseguia para viver fora do cativeiro? Tinha ele alguma característica que o diferenciava dos demais pares que elaboravam estratégias dentro da própria instituição? Quais as estratégias criadas por esses escravos evadidos? Qual o seu perfil? Quais as frestas na instituição

² LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.307.

³ GOMES, Flávio dos Santos. "Jogando a Rede, Revendo as Malhas: Fugas e Fugitivos no Brasil Escravista." *Tempos*, vol. 1, nº. 1 (1996). Rio de Janeiro.

escravocrata que facilitava sua inserção? Esses são alguns questionamentos que procuraremos discutir no transcurso dessa investigação.

Não avançaremos na análise historiográfica se, simplesmente, (re) afirmarmos que os escravos fugitivos eram sujeitos do seu tempo e que dotados de expectativas formaram os quilombos⁴, uma vez que a historiografia encarregou-se, suficientemente, de tal assertiva. Contudo, faríamos a diferença se mostrarmos que esses sujeitos foram capazes de erigir estratégias e mesmo se aproveitaram de brechas no sistema – universo militar, mercado de trabalho, centros urbanos (área de transporte, estradas de ferro, construção civil dentre outros) - para inserirem-se como homens libertos e disputaram espaço com os verdadeiramente forros da sociedade escravocrata.

Buscamos compreender o significado das fugas para os escravos. Sem documentos que registrem suas vontades, idéias e perspectivas, procuramos entendê-los através do seu comportamento e das relações com seus senhores. Claro que tais considerações serão alcançadas através de uma documentação moldada pelas mãos dos homens de poder, no entanto, será através das entrelinhas que procuraremos captar o seu universo. Perscrutar o cotidiano do fugitivo, bem como perceber o que o mesmo entende por liberdade requer vasculhar o tecido social que envolvia o dia-a-dia desse elemento fugitivo. Tecido substancial nas suas possibilidades de inserção.

Tendo o periódico como fonte-base dessa investigação, centramos nosso estudo na província de Minas Gerais, em sua complexidade, uma vez que registramos fugas em diversas regiões, o que dificultou a delimitação de uma área específica. Em termos de espaço, nos atemos aos limites históricos dos periódicos e sua abrangência e, não propriamente, aos limites físicos da província. Destarte, nos

⁴ Admitimos, porém, que os quilombos contavam com uma população que extrapolava o universo dos escravos. Agrupavam-se aí negros, índios, forros e quem por ventura se sentisse excluído da sociedade escravocrata.

centramos na circularidade dos jornais e os pontos que atingiam e não, necessariamente, em um espaço delimitado geograficamente. De antemão ressaltamos que, valendo-nos de anúncios de fugas de várias regiões, apreendemos as nuances do universo dos fugitivos e percebemos como essa ação foi uma estratégia utilizada desde a implantação da escravidão, o que não denota que esgotaremos o assunto sobre as evasões escravas nessa porção do Império.

Minas Gerais no século XIX concentrava o maior plantel escravista do país, reunindo um quarto dos cativos no Brasil.⁵ Essa assertiva reforça a hipótese de que a província tinha uma dinâmica interna que absorvia numerosa e diversificada mão-de-obra, composta, basicamente, pelo braço escravo. Abundam estudos sobre essa parte do Império que ratificam sua importância como uma paisagem repleta de lares voltados para a produção doméstica de fios e panos, de oficinas artesanais de todo tipo, de pequenas e médias manufaturas e até de verdadeiras fábricas de ouro e de tecidos.⁶

A produção do queijo, gado, toucinho para as áreas urbanas estava diretamente relacionada com a economia interna, “aumentando a procura por mantimentos, ferragens e têxteis e estimulando o emprego de pessoas nesses setores e no transporte, o que por sua vez dava mais um incentivo ao mercado interno para produtos agrícolas e manufaturados”.⁷ Foi nesse complexo contexto que investimos, no sentido de perceber as necessidades, lacunas e a possibilidade de inserção em decorrência desse dinamismo.

Conforme mencionou Laird Bergad seria um equívoco, já no século XIX,

⁵ Para melhor detalhamento consultar: MARTINS, Roberto Borges; MARTINS, Amílcar. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 181-209, jan./abr. 1983. SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos ICHL/UNICAMP*, Campinas, n. 17, 1985 e LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho numa economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁶ LIBBY, Douglas Cole. *Op cit.*, p.14.

⁷ SLENES, Robert. *Op. Cit.*, p.460.

interpretar a história de Minas Gerais como se o desenvolvimento da economia cafeeira inibisse a ascensão de outros setores econômicos. Pelo contrário, “às vésperas da abolição da escravatura as estruturas econômicas de Minas continuavam bastante diversificadas, apesar do aumento e da predominância do café no comércio de exportação na década de 1870”.⁸ Com relação ao seu desenvolvimento já havia linha de telégrafo ligando algumas cidades mineiras à capital do Império, a saber: Mariana, Santa Bárbara, Itabira, Conceição, Serro e Diamantina; a iluminação pública estava sendo instalada em Ouro Preto⁹, dentre outros indícios de urbanização crescente.

Nesse sentido, Minas Gerais nas últimas décadas do século XIX, apesar de ainda estar basicamente em desenvolvimento econômico e demográfico, coadunou o avanço das áreas cafeeiras destinadas à exportação e uma economia interna assaz diversificada o que conferiu dinamismo à província. Essas questões, acrescidas com a urbanização, fizeram com que os cativos vissem aí uma nova possibilidade de esquiwa da escravidão. Essa possibilidade de inserção, visualizada pelo cativo, pode ser confirmada pela insistência dos senhores em denunciar as ocupações dos escravos fugidos nos anúncios de jornal, advertindo que agiriam com os rigores da lei contra quem empregasse o escravo em fuga, sem apresentação de carta que comprovasse sua liberdade. Ademais, as inúmeras repetições das fugas nos periódicos, levam a crer que, no final do século XIX, os senhores tinham maiores dificuldades em encontrar seus cativos fugidos.

O lapso temporal dessa investigação compreende 1871, ano da promulgação da Lei do Ventre Livre e, como marco final, o ano de 1888 com a extinção da

⁸ BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais 1720-1888*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Bauru, EDUSC, 2004, p.140. Nesse trabalho o autor salienta que a população escrava de Minas Gerais aumentou no decorrer do século XIX, mas caiu se comparada ao total dos habitantes, visto que a população livre cresceu num ritmo acelerado

⁹ BERGAD, Laird. *Op. cit.*, p.138.

escravidão no Brasil. Valer-se de 1871 como início do recorte, justifica-se pelo fato de que, nesse contexto, o escravo viu ampliar as possibilidades de comprar sua carta de liberdade, uma vez que poderiam adquiri-la através do acúmulo de pecúlio. A Lei de 28 de setembro de 1871 além de estabelecer que “os filhos da mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre”, também deixou claras as possibilidades dos cativos para agenciar sua liberdade através da formação de pecúlio proveniente de doações, legados e heranças, e com que obtivessem do seu trabalho e economias.¹⁰ Essa medida simbolizou um passo em direção à abolição da escravatura, exprimindo um limiar de liberdade escrava, visto que os cativos que viviam no âmbito da senzala, assim como os escravos fugidos, visualizavam chances de comprar sua libertação. Na íntegra, a lei do Ventre Livre, segundo Sidney Chalhoub, pode ser interpretada como exemplo de uma lei “cujas disposições mais importantes foram ‘arrancadas’ pelos escravos às classes proprietárias”,¹¹ apesar das restrições, sutilezas e ambigüidades no seu texto. Essas possibilidades, abertas pela Lei, interferiram diretamente no comportamento escravo e foi a partir desse momento que a escravidão brasileira começou a ser, legalmente, extinta.¹²

Já 1888 caracterizou-se pela lícita abolição da escravidão – Lei Áurea, sancionada em 13 de maio de 1888 - que foi o produto da “dinâmica social, ou seja, como resultado de acordos e confrontos cotidianos travados entre os sujeitos históricos”,¹³ pois essa lei não pode ser entendida como um fenômeno inerte, que

¹⁰ Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, parágrafo 1º, CLIB-APL, 1871, p.147.

¹¹ CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p. 160.

¹² GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.33.

¹³ REIS, Liana Maria. Escravos e abolicionismo na Imprensa mineira (1850-1888). *LPH – Revista de História*, Mariana, vol. 1, n.1, 1991, p.222.

exprime apenas uma mera consequência de uma dada formação social.¹⁴ Compreendê-la em seu sentido literal, ou seja, por quem a implementou, retira dos sujeitos daquele contexto e suas ações de resistência, o mérito da participação nesse encaminhamento.

Para além das leis sobreditas, os anos compreendidos entre 1871 e 1888 também corresponderam a um momento de efervescência dos ideários: abolicionistas, republicanos, liberais e conservadores.¹⁵ Por outro lado, foi um momento de desenvolvimento urbano, adensamento populacional, possibilitando a expansão de fendas no sistema escravocrata – seja através de medidas legais ou mesmo através das transgressões escravas - que acabou por estabelecer margens de autonomia para o cativo. Flexibilizamos, todavia, o marco inicial dessa investigação, uma vez que, documentos relevantes fora dos limites supracitados, foram utilizados de forma complementar e que lançaram luz sobre aspectos antes pouco claros. Além disso, a menção às fugas é uma constante no corpo documental aqui utilizado, possibilitando-nos adentrar em anos precedentes sem alterar os rumos da investigação.

A conveniência em coadunar análise de cunho teórico com uma documentação primária é de fundamental importância para apreendermos alguns flagrantes do cotidiano dos escravos fugitivos na província. Nesse sentido, utilizamos alguns jornais mineiros, oriundos de Ouro Preto, dentre eles: *Noticiador de Minas*, *Diário de Minas*, *A Actualidade*, *A Província de Minas*, *O Liberal Mineiro* e *O Diabinho*, os quais cobrem, praticamente, todo período enfocado na pesquisa. A justificativa pela escolha de Ouro Preto pauta-se pelo fato desse espaço citadino ser o centro administrativo da província e em razão de aí os proprietários das várias

¹⁴ GEBARA, Ademir. *Op. cit.*, p. 12.

¹⁵ Percebemos essas opções ideológicas nos jornais analisados. Por isso, optamos em analisar as fugas a partir desses divergentes posicionamentos.

regiões publicarem anúncios sobre fugas dos seus cativos. Contudo, também recorreremos aos relatórios de presidentes de província, que foram lidos, fichados e analisados no período compreendido entre 1871 e 1888, chamando a atenção, especificamente, para os relatórios enviados pela polícia. Além disso, também pesquisamos alguns processos crimes encontrados na documentação do Cartório do Crime, do Arquivo Histórico da Casa Borba Gato em Sabará, ainda a documentação de polícia e fontes avulsas da Câmara municipal de Ouro Preto.

Destacamos que os periódicos funcionaram como efetivo mecanismo de controle social, veículo de comunicação e divulgadores de ideologias,¹⁶ não obstante, constituírem-se como “fonte histórica extremamente complexa, na qual podemos perceber a convergência de opiniões e visões de mundo diversas”.¹⁷ Nesse sentido, os apreenderemos como verdades objetivas, ou seja, são verdades parciais, fragmentárias e que, portanto, não são detentoras de uma verdade absoluta, mas carregam elementos intrínsecos de um determinado tempo histórico que não podem ser interpretados como dados fictícios, embora produzidos por indivíduos envolvidos com as questões do seu tempo.¹⁸ Os dados dos relatos de fugas são riquíssimos para se compreender as peculiaridades do escravo evadido, uma vez que nos oferecem detalhes e resquícios essenciais para a identificação do elemento foragido. De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, ao elaborar um anúncio de escravo fugido o senhor não almejava, unicamente, a captura de sua propriedade, mas também se discutia com os abolicionistas, lamentava-se de forma passional pelo serviço que abandonara o serviço, discutia-se sobre a mão-de-obra, e, ainda, temia-se por uma possível perda

¹⁶ SCWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

¹⁷ REIS, Liana Maria. “Escravos e Abolicionismo na Imprensa Mineira (1850 – 1888)”. *LPH – Revista de História*, Mariana, vol. 2, n. 1, 1991, p. 223.

¹⁸ SHAFF, Adam. “Por que reescrevemos continuamente a história?”. In: *História e Verdade*. Trad. Paula Duarte. 6ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 277.

de *status*.¹⁹ Além de meramente descritivos, saltam às linhas dos anúncios de fuga, questões das mais variadas, a saber: as formas de acoitamento desfrutadas pelos fugitivos, as relações de apadrinhamento, a aquiescência de alguns homens ao empregar escravos fugidos, a utilização de documentos falsificados, dentre outros.

Nas entrelinhas dos anúncios de fuga, notamos estratégias utilizadas pelo elemento fugitivo para viver fora do cativeiro e, conseqüentemente, sobreviver nas fímbrias do regime escravocrata. Além dos dados subentendidos ao documento, cabe-nos ressaltar, também, os elementos explícitos, como: nome, idade, sexo, proprietário, cor, gratificação etc. São dados valiosos para compreendermos o perfil dos escravos foragidos e repensarmos os exercícios de criatividade praticados cotidianamente. Os cativos permaneceram cristalizados na análise historiográfica, simplesmente como fugitivos que viviam embrenhados nas matas, sobrevivendo de assaltos, seqüestros e inseridos em quilombos, sem perceber a fuga individual e, mormente, a qualificação do escravo, como determinante para sua inserção na sociedade escravista.

Os Relatórios de Presidente de província são descrições dos acontecimentos ocorridos, em termos de segurança e força pública, instrução pública, emancipação, obras provinciais, vias férreas, finanças dentre outros. Conforme Jonas Marçal de Queiroz,²⁰ essas informações eram de extrema importância para os viajantes que percorriam o país, os redatores de jornais, editores de almanaques e para todos aqueles que percorriam as províncias identificando seus limites, características, dentre outros. Isso demonstra que não tratavam-se, simplesmente, de relatos técnicos restritos aos gabinetes e às assembléias provinciais.²¹

¹⁹ SCWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, p. 147.

²⁰ QUEIROZ, Jonas Marçal. *Artífices do Próspero Mundo Novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868 – 1889)*. Tese de doutorado, 2005. p.37

²¹ QUEIROZ, Jonas Marçal. *Op. cit.*, p.37

O presidente representava a autoridade máxima da província – representante do imperador -, sendo seu cargo de extrema importância. Assim como o rei, era recebido com pompa na capital provincial: “a bandeira imperial era hasteada e uma guarda de honra dava-lhe as boas vindas, em meio a fogos de artifícios e músicas”.²² Dentre as suas atribuições, podia sancionar, vetar e fazer cumprir as leis provinciais, além de empenho na administração dos negócios públicos. Ao final de cada gestão, o Presidente deveria elaborar um relatório sobre sua administração, o qual seria publicado em jornais e na forma de livros. São esses relatórios que nos subsidiam nessa investigação, permeados de contradições e disputas políticas.²³

Devido ao seu caráter oficial, muitas questões emanam dessa qualidade de fonte, começando por questionar a exatidão das informações. Seria duvidoso admitir que os presidentes relatassem com precisão os acertos e falhas da sua administração, uma vez que eram constantes as reclamações dos mesmos sobre a vastidão da província mineira e, conseqüentemente, sua comunicação. Conforme declarou o Sr. Dr. Antonio Affonso de Carvalho em 1871, então presidente, “o pouco tempo em que estou na Província, a sua vastidão, as dificuldades das comunicações e avultado expediente, que se não pode demorar sem o prejuízo do serviço público”.²⁴ As falhas na comunicação na província mineira, foi uma das principais causas para que os presidentes justificassem os desmandos ocorridos em Minas Gerais.

Nessa pesquisa, todavia, recorreremos especialmente aos relatórios enviados pela polícia no sentido de perceber as dificuldades da força pública em conter os desmandos praticados nesta vasta província. O país não tinha meios necessários para prender e punir os criminosos, e nem a polícia dispunha dos recursos necessários

²² QUEIROZ, Jonas Marçal. *Op. cit.*, p.36

²³ www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos/colecoes/brtacervo.php?cid=25

²⁴ Relatório apresentado à Assembléia legislativa da província de Minas Gerais na sessão extraordinária de 02 de março de 1871 pelo presidente Ilm. E Exm. Sr. Doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho. Ouro Preto, 1871. Typ. de J. F. de Paula Castro. p.5.

para prevenir os delitos.²⁵

Ainda nos valem os processos criminais²⁶ que envolviam escravos fugidos, no qual podemos perceber outros elementos não visíveis nos jornais ou mesmo nos relatórios dos Presidentes. Essa documentação, bem explorada pela produção historiográfica, nos fornece dados essenciais para descortinar o comportamento escravo, frente ao empreendimento da evasão e sua captura. Nela, vimos emergir estratégias de inserção dos cativos para ficarem fora dos limites do cativeiro, as motivações das fugas, bem como nos permite coligar elementos do cotidiano e as teias das relações entre senhores/escravos, escravos/acoitadores e escravos/escravos. Nas páginas dos processos criminais nos deparamos com relatos de homens e mulheres em movimento que quebraram as regras do social e juridicamente estabelecido. Corroboramos com Maria Helena Machado, ao enfatizar que

“apesar do caráter institucional desta fonte, ela permite o resgate de aspectos da vida cotidiana, uma vez que, interessada a justiça em reconstituir o evento criminoso, penetra no dia-a-dia dos implicados, desvenda a sua vida íntima, investiga seus laços familiares e afetivos registrando o corriqueiro de suas existências.”

E ainda:

“a consideração dos autos criminais permite a abordagem de aspectos sociais da vida das camadas dominadas, tais como relações de amizade, parentesco ou vizinhança, os padrões familiares e mesmo a organização do trabalho e sobrevivência daqueles que foram alijados das tarefas socialmente dignificadas”.²⁷

Além da documentação supramencionada, utilizamos o Código Criminal do Império, datado de 1830, onde podemos perceber as penas, punições aplicadas aos que cometiam delitos, incluindo aí os cativos, apesar da rara menção. Esse código trata dos crimes e das penas a serem aplicadas aos indivíduos que causavam

²⁵ Relatório que apresentou ao Exm. Sr. Presidente da província de Minas Gerais Dr. Joaquim Floriano de Godoy por ocasião de lhe passar a administração em 11 de julho de 1872, o vice-presidente Dr. Francisco Leite da Costa Belem. Typ. de J. F. de Paula Castro, 1872. p.3.

²⁶ Essa documentação foi analisada na Casa Borba Gato da cidade de Sabará, em anos anteriores e fora dos limites dessa investigação.

²⁷ MACHADO, Maria Helena P.T. *Crime e Escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 23

desordem na sociedade, a exemplo os acoitadores de escravos fugidos. Esse conjunto de normas teve vigência, no Brasil, até 1890. Também valemo-nos de um edital expedido, durante a administração do Presidente Sr. Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, pelo chefe de polícia Levindo Ferreira Lopes às autoridades policiais em 1887. Nesse documento, o chefe de polícia discute as medidas a serem tomadas com relação a suspeita de escravo fugido, assim como em que condições o mesmo deveria ser entregue a quem o reclamasse, quanto tempo o proprietário teria para reavê-lo e que tipos de documentos seriam necessários para a comprovação da posse, e queixando-se de ameaça e castigos os escravos deveriam ser depositados sob autoridade policial até que se procedesse as diligências do inquérito. Tais medidas intentaram minimizar os abusos dos falsos proprietários que requeriam posse de quem não possuíam além de demonstrar a intervenção da autoridade policial na relação senhor/escravo, comportamento típico do período enfocado. Utilizamos, além disso, a documentação de polícia do final do século para conhecer as medidas adotadas perante a captura de um escravo e ainda, documentação avulsa referente às denúncias de acoitamento, de abusos de poder, excessos de castigo, dentre outros.

A metodologia empregada nesta investigação consiste no levantamento, organização e cruzamento dos dados colhidos em cada fonte, o que foi possível através da criação de um banco de dados que nos possibilitou enveredar pelos caminhos da história qualitativa. Além dessa documentação, também utilizamos discursos sobre as fugas escravas dessa província e de outras regiões o que nos permitiu observar permanências e discontinuidades nesse ato de resistir. Conforme ressaltou Mikhail Bakhtin entre o discurso e o objeto existe um emaranhado de pontos de vista, subjetividades e entonações que foram produzidas, por outrem, em torno de um tema. É o chamado caráter dialógico do discurso, onde nos fundimos em

interações complexas, convergindo-nos com uns, isolando-nos de outros, cruzando com terceiros; e tudo isso pode formar substancialmente o discurso. Cria-se um diálogo com o objeto, conforme o momento social e histórico, que toca os milhares de fios tecidos pela “consciência ideológica”.²⁸

As produções precedentes e a documentação supracitada nos permitem adentrar num terreno conturbado, no intuito de criar novas entonações. Nesse sentido, envolto a fontes e discursos, procuramos (re)interpretar o passado de mulheres e de homens fugitivos que tentaram sobreviver nas fímbrias do sistema escravocrata nas últimas décadas do século XIX.

Ao tentar compreender essas estratégias dos escravos fugitivos e interpretá-las como uma forma de resistência, recorreremos ao que Michel de Certeau definiu como resistir. De acordo com este autor existem mil maneiras de *jogar/desfazer o jogo do outro* valendo-se de uma destreza tática para mudar aquilo que foi instituído por outrem. Ou seja, cria-se um jogo de forças em que a arte de “saltar num trampolim” foi utilizada de modo a fazer uso ou de driblar aquilo legalmente estabelecido.²⁹ Desse modo, entendemos que qualquer estratégia erigida pelos escravos, no intuito de se esquivar da escravidão e/ou melhorar sua condição de vida e trabalho, foi uma maneira de resistir. É uma forma de recriar as práticas do dia-a-dia e dar um novo sentido à sua existência, mesmo que isso não significasse uma sistematização³⁰ para o esfacelamento da instituição. Se houve escravidão, a resistência se manifestou e, como ressaltou João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, “mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas,

²⁸ BAKTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1988, p.86

²⁹ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 79.

³⁰ Entendemos por sistematização o ato de organizar e ordenar a resistência, e não, simplesmente, como algo instintivo e esporádico.

incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente”.³¹ Enquadra-se bem nessa perspectiva o termo cunhado por Steve Stern,³² o qual faz menção a uma “resistência adaptativa” que com ações cotidianas se cria estratégias de sobrevivência dentro e fora da instituição.

Fugir poderia significar para o escravo viver a tão almejada liberdade, porém, os olhos a lhe observar não se resumiam aos do senhor, pois estes contavam com a sociedade, capitães-do-mato e polícia para capturá-lo, além é claro, das expressivas gratificações, oferecidas nos jornais, para quem se interessasse em denunciar o seu paradeiro. Que tipo de liberdade o fugitivo almejava com tantas possibilidades de denúncias e formas de captura? Defendemos aqui a liberdade de escolher não servir ninguém ou mesmo oferecer seus préstimos para quem lhe conviesse e viver desfrutando de frestas no mercado de trabalho. Era uma liberdade possível. De acordo com Sidney Chalhoub a liberdade pode ter representado para o escravo a esperança de movimento e maior autonomia nas relações afetivas. Não apenas a liberdade de ir e vir de acordo com a oferta de emprego e o valor dos salários.³³ ‘Viver’ a incerteza da captura poderia ser mais gratificante que ‘sobreviver’ às adversidades impostas pelo cativo. Assim entendemos a liberdade que o escravo procurava ao empreender a evasão, porém, não descartamos as fugas instintivas ocasionadas pelos maus tratos, pelo assassinato de um feitor, de outro escravo ou mesmo do próprio senhor o que poderia lhe render severos castigos. Nessa análise, também recorremos a uma interpretação de Mattias Rohrig Assunção sobre o uso do termo resistência e rebelião escrava. Segundo o autor, a expansão sucessiva da noção

³¹ REIS, João Jose, GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.9.

³² STERN, Steve (org.). “Resistance, rebellion and consciounes in the Andean Peasant Word, 18th to 20th.” Tha University of Wisconsin Press, 1987. BURKE, Peter. *História e teoria social*. Tradução Klauss Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 123-124.

³³ CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: companhia das letras, 1990, p. 80.

de resistência escrava, “acabou criando um problema de método. Se é possível identificar praticamente em toda ação escrava uma intenção de resistir, o conceito de resistência arrisca tornar-se amplo demais e mesmo sem sentido. Se o mero ato de respirar – para sobreviver! – já constitui ato de resistência qual é a utilidade deste conceito para entender a dinâmica entre a estrutura escravista e agência escrava?”.³⁴ Essa interpretação nos auxiliou no sentido de percebermos as evasões escravas como parte da escravidão no Brasil e não como algo excepcional do período em foco. Como tal, a fuga foi permeada de tensões, conflitos, solidariedades e, muitas vezes, como algo institucionalizado.

Punições constantes, má alimentação, pesada carga de trabalho foram elementos que influenciaram, diretamente, a evasão escrava. No entanto, não podemos perder de vista os escravos habilidosos que, ao empreenderem a fuga, conseguiam se inserir no mercado de trabalho oferecendo seus préstimos e dele sobrevivendo da sociedade. Isso demonstra sua intencionalidade ao fugir, além da função de suas especializações nessa possibilidade de inserção. Interpretamos essa inclusão como uma possível autonomia escrava. O domínio de uma qualificação, fator que o diferenciava dos demais cativos, foi essencial para a inserção do cativo no mercado de trabalho. O anúncio seguinte elucida o supracitado:

Antonio, pardo, idade de 25 a 30 annos, barbando, tem em ambos os pés o 2º e o 3º dedos pegados da junta para baixo, pés grandes, é carpinteiro, entende de andar com tropa, muito galante, bem desembaraçado. *Acha-se fugido ha 5 para 6 annos, consta estar casado no arraial do Sapé, e trabalhando de carpinteiro na Leopoldina e algumas vezes andando para o Juiz de Fora como uma tropa de um fazendeiro do arraial do Sapé.* Este escravo pertence a D. Anna Maria Benedicta de Macedo, quem o trouxe e entregar em Ouro Preto ao abaixo assignado receberá duzentos mil réis de gratificação, além de se pagar qualquer despeza; quem o prender e o puzer em qualquer cadêa, avisando ao abaixo assignado, receberá 100\$000. O

³⁴ ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. “A resistência escrava nas Américas: algumas considerações comparativas.” In: LIBBY, Douglas Cole, FURTADO, Junia Ferreira (Org.). *Trabalho livre trabalho escravo – Brasil e Europa, Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006

dito escravo tem olhos grandes e pretos.³⁵

Consta para a proprietária D. Anna Maria Benedicta de Macedo que, o pardo Antonio, entendido de “andar com tropa, muito galante e bem desembaraçado”, está casado e trabalhando em Leopoldina naquilo que tem habilidade, ou seja, como carpinteiro, além de conduzir tropas para Juiz de Fora a mando de um fazendeiro do Arraial do Sapé. Conjecturamos que esse fugitivo contava com o companheirismo de muitos para dissimular sua condição de escravo e para inserir-se no mercado de trabalho, o que ocorreu com sucesso, uma vez que o mesmo encontrava-se foragido a mais de seis anos. Falamos em uma autonomia escrava, pois ao empreender a evasão, o cativo Antonio conseguiu empregar-se no mercado de trabalho livre oferecendo seus préstimos e aí sobrevivendo à base da sua habilidade e qualificação.³⁶ Isso poderia ser o verdadeiro sentido da sua vida autônoma longe do cativeiro, ou seja, trabalhando e ganhando o mínimo que fosse, mas sem ter que, obrigatoriamente, restituir os ganhos para seu proprietário. Sob o domínio de especializações como carpinteiro, alfaiate, ferreiro, pedreiro, pintor, rebocador, sapateiro, para nomear apenas algumas especializações, muitos escravos habilidosos fugiram e erigiram novas práticas, vivências e recriaram suas relações num espaço externo ao cativeiro.

Nem todas as indagações aqui levantadas foram, satisfatoriamente, respondidas, mas lançaram luz sobre um universo pouco interpretado. Na tentativa de tentar facilitar a visualização das questões propostas nessa dissertação, dividimos os capítulos da forma subseqüente. No primeiro capítulo, de maneira sucinta, trataremos

³⁵ *Diário de Minas*, 10 de junho de 1876, n. 660, p. 4. Grifos nossos.

³⁶ Na historiografia o conceito de autonomia escrava foi empregado para o caso de pequenas concessões de terras por parte do senhor ou mesmo como resultado das lutas internas engendradas pelos escravos, para que assim produzissem para o seu sustento e/ou vender aquilo que produzia como forma de adquirir pecúlio. MACHADO, Maria Helena P. T. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, 1988, p. 154. Ver também Sidney Mintz sobre o processo de formação do campesinado caribenho em resposta ao sistema de plantation. *Caribbean transformacions*. Baltimore, Johns Hopkins, 1984; CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, Escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1987.

das *Concepções teóricas acerca da escravidão*. Esse apanhado nos permite entender as acepções que as modalidades de protesto dos escravos, enfaticamente as fugas, tiveram em distintos momentos na análise historiográfica. Para tanto, foram retomadas questões que perpassaram a bibliografia sobre a escravidão, a saber: transição do trabalho escravo para o trabalho livre, modos de produção, iniquidade da escravidão, assim como as formas de resistir e a autonomia escrava. No que concerne a produção historiográfica mineira, retomamos trabalhos emblemáticos que esmiuçaram ‘pequenos’ atos dos cativos, desvelando as diversas formas de resistir escrava e, além disso, aproveitamos para demonstrar as parcas análises e, mesmo alusões, ao universo dos fugitivos. Tendo em vista a complexidade da escravidão na província de Minas Gerais, destacamos os trabalhos que valendo-se de fontes diversificadas exploraram o cotidiano dos cativos nessa porção do império.

No segundo capítulo, discutimos as concepções ideológicas em torno dos periódicos e, ainda, colocamos em debate questões em torno da lei do Ventre Livre - como impulsora para as evasões escravas -, as posturas municipais e as leis e medidas que regulamentavam as fugas e os acoitamentos, a saber: Ordenações Filipinas, Código Criminal de 1830 e, ainda, circulares de polícia. Abordamos, também, as motivações das fugas escravas, como: surras em excesso, má alimentação, além das quebras de laços familiares, quebra de contrato por parte do senhor, quando o proprietário morria, dentre outros. Ressaltamos, porém, a capacidade de sistematização dos cativos, que fugiam ao perceberem a aceitação do seu ofício no mercado de trabalho, o que fez com que interpretássemos essa possibilidade de inserção como impulsionadoras das evasões.

Ainda nesse capítulo, embasados nos relatórios dos presidentes, abordamos as condições das cadeias em Minas Gerais, dificuldades encontradas pelo corpo

policial em conter os desmandos dos fugitivos, dificuldade em arregimentar homens disciplinados para as tarefas de polícia, fazendo com que as autoridades admitissem indivíduos que, mais que outros, precisavam ser policiados.³⁷ Além é claro, do armamento dos cativos que causava grandes transtornos na província mineira. Essa documentação ainda nos subsidiou na elaboração de algumas tabelas referentes à quantidade de cativos capturados. Discutimos, ainda, as marcas da (in)submissão dos escravos e como esses dados, assim como a nome, idade, sexo, proprietário, foram substanciais na identificação do escravo foragido.

No terceiro capítulo, exploramos os anúncios de fuga que se apresentaram como verdadeiros “retratos falados”. Criamos algumas tabelas referentes à cor, condição, faixa etária, letramento, qualidade (crioulo ou africano), principais ocupações, e ainda, alguns dados sobre as fugas individuais e coletivas, o modo de vestir-se, a estratégia de mudar de nome, dentre outros.

Procuramos no quarto capítulo, demonstrar como o crescimento urbano e seus conseqüentes melhoramentos, as vias férreas, universo militar, demandas do mercado de trabalho foram palco das inclusões sociais do cativo fugido. Essas possibilidades seriam frustradas sem o companheirismo e as relações de compadrio, tão ratificadas nas denúncias. À luz de todos os quesitos apontados nesse capítulo e nos precedentes, buscamos convergir no sentido de perceber a participação do escravo especializado no encaminhamento da sua libertação. Para tanto, trabalhamos na perspectiva de identificar o seu perfil que apresentou diferenciação do perfil do escravo fugido da primeira metade do século XIX. Desenvolvendo atividades de pedreiro, carpinteiro, ferreiro, pintor, marceneiro, cozinheiro, músico, tropeiro, alfaiate, sapateiro, escravos especializados visualizaram chances de se esquivar do

³⁷ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, por ocasião de sua instalação em 9 de setembro de 1875, pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, presidente da província. Ouro Preto, Typ. de J. F. de Paula Castro 1875, p.42.

cativeiro para desfrutar a liberdade definitiva e mesmo espaços de liberdade.

Capítulo I

Concepções teóricas acerca da escravidão.

Aspiramos nessa seção apresentar, sumariamente, os discursos que objetivaram compreender a escravidão no Brasil, bem como as modalidades de protesto praticadas pelos cativos. Diversas interpretações na produção historiográfica acabaram por romper, paulatinamente, os estereótipos de escravos passivos, acomodados ou mesmo de rebeldes e inconformados. Atualmente, inclina-se para a idéia de escravidão moldada segundo acordos, negociações e arranjos entre seus elementos constituintes: escravos, senhores, agregados, homens livres, libertos etc. Enquadrados na historiografia como marginalizados e vadios, os escravos foragidos sempre foram vistos à margem da história seja a esconder-se, constantemente, dos olhares do seu senhor ou mesmo avolumando os ajuntamentos de escravos fugidos. Interpretação simplista para um ato constantemente praticado desde a implantação da escravidão no Brasil. Nesse sentido, procuramos percebê-los como agentes históricos do seu meio e interpretamos o seu ato como uma forma de resistência que ajudou a minar a instituição escravista.

1.1 - Inferioridade do homem negro.

Predominou na literatura do século XIX a idéia de que os negros eram desprovidos de normas e vínculos sociais causados pela vivência no cativeiro. Questionou-se a sua capacidade de organização e capacidade de manter padrões civilizados o que lhe imprimiu uma inferioridade na produção histórica e mesmo no imaginário brasileiro. Essa incapacidade, segundo essa literatura, foi o corolário de uma patologia social que retirou dos escravos e ex-escravos os desejos, perspectivas e ações sistemáticas.

Emblemático dessa perspectiva são os trabalhos de Oliveira Vianna, Nina Rodrigues e Pandiá Calógeras sobre a defeituosa formação da sociedade brasileira, uma vez que se constitui de negros e índios, ‘raça inferior’. As teses desses autores foram de fundamental importância para se criar a imagem de negros promíscuos, sem laços de parentesco e desprovidos de consciência, que adentrou o século XX e influenciou numerosos trabalhos. De acordo com Nina Rodrigues o problema do negro no Brasil era um problema social, imprimindo, dessa forma, uma análise pessimista da presença negra em nossa história. Em suas palavras, a raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo. Tal, pois, a fórmula do nosso problema ‘o negro’.³⁸

Autores como Oliveira Vianna advertiu que o “branqueamento da raça” seria uma solução para o desenvolvimento de um povo civilizado. Essas idéias reforçavam as concepções da incapacidade de organização dos negros e sua inferioridade em termos culturais para se manter em padrões civilizados. Seus comportamentos foram intermediados pela ação do homem branco, caindo sobre si a responsabilidade da

³⁸ RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. 6ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1982, p.7.

nossa submissão. Coube a Gilberto Freyre a inconformidade em se atribuir os problemas brasileiros, simplesmente, à escravidão e, mormente, aos negros.

1.2 - Benévolos brasileiros.

Embasado na idéia de democracia racial, Gilberto Freyre com a obra *Casa-Grande e Senzala*,³⁹ difunde na produção historiográfica brasileira o estudo da escravidão. Embora análises antecedentes também analisassem o assunto, ainda assim, foi depois da obra de Freyre, segundo Stuart Schwartz, que “a escravidão e os africanos ganharam papel fundamental no relato histórico do Brasil”.⁴⁰

Ressaltando a idéia de que o Brasil seria um país multirracial Freyre atribuiu tal característica ao caráter colonizador do Português, pois “assemelha-se uns pontos à do inglês; noutros à do espanhol. Um espanhol sem a flama guerreira nem a ortodoxia dramática do conquistador do México e do Peru; um inglês sem as duras linhas puritanas. O tipo do contemporizador. Nem ideais absolutos, nem preconceitos inflexíveis”.⁴¹ Tecendo uma visão sobre a harmonia e moderação nas relações entre senhores e escravos, acabou por difundir a noção de senhor patriarcal que exigia obediência, mas que ao mesmo tempo era dotado de fraternidade e benevolência. A idéia de paternalismo ganhou as páginas dos estudos históricos relegando ao escravo o papel de submisso, incapaz de agir sem o intermédio do senhor e mesmo ressaltou o caráter brando do trabalho escravo.⁴²

³⁹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 30ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1985.

⁴⁰ SCHWARTZ, Stuart. “A historiografia recente da escravidão”. In: *Escravos roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru: EDUSC, 2001, p. 23.

⁴¹ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.* p. 219.

⁴² Para maiores detalhes ver: COSTA, Emília Viotti da. “O mito da democracia racial no Brasil”. In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª edição. São Paulo: Ed. Unesp, 1998. Para pensar outro tipo de paternalismo, consultar: BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João Del Rey – século XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007 e LIBBY, Douglas Cole. “Repensando o conceito do paternalismo escravista nas Américas.” In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira (Org.) *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo

Sua análise ultrapassou as fronteiras brasileiras influenciando autores como Stanley Elkins e Frank Tannebaum, os quais propuseram um estudo comparativo entre os sistemas escravista norte americano e da América Latina, acabando por disseminar a idéia de amenidade da escravidão no Brasil. Estes estudos nos Estados Unidos foram produto das tensões sociais e investidas do movimento negro já na década de 1950, o que deu fôlego ao debate e incitaram análises que perceberiam as semelhanças, diferenças e relações entre o sistema escravista nos dois países. Pioneiro, no sentido de perceber as dissensões, foi o trabalho de Frank Tannenbaum, o qual recorreu a Gilberto Freyre propondo uma comparação entre a América do Norte protestante e a América Latina católica, sendo que nesta um exame da legislação, tradições e intervenção estatal seria suficiente para explicar a amena escravidão praticada na América Ibérica e as relações harmoniosas entre senhores e escravos.⁴³ Em contrapartida na América do Norte de cultura anglo saxônica e descentralização política promovida pela ausência do catolicismo, “resultaram numa variante mais dura de escravismo, onde a personalidade moral do escravo era negada”.⁴⁴ Na defesa dessa tese também se agrupou Stanley Elkins que ratificou a tolerância da escravidão brasileira acrescentando o impacto psicológico que acabou por infantilizar o escravo. Segundo ele, nos Estados Unidos, a miscigenação e a alforria eram condenadas, e a concepção que o homem branco tinha dos escravos e dos livres era afetada pelo racismo, uma vez que a discriminação era algo institucionalizado.⁴⁵

Horizonte: PPGH – UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008.

⁴³ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 24

⁴⁴ TANNENBAUM, Frank *apud* HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Trad. Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 32.

⁴⁵ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.230.

Os trabalhos avançaram. Agora, no entanto, questiona-se o caráter brando da escravidão brasileira e começa a analisar suas similitudes com o escravismo Norte americano, descartando a idéia de que os dois sistemas foram marcados por profundas divergências. Encabeçando esse debate destacam-se David B. Davis, Marvin Harris, C. R. Boxer, os quais questionaram as fontes e hipóteses de Tannenbaum e Elkins, descortinando um universo que também foi adotado nos estudos brasileiros. Segundo Stuart Schwartz mesmo com todas as críticas empreendidas a Tannenbaum, ainda assim, “permanecia uma pergunta não respondida, as diferenças óbvias nas relações raciais entre a América Latina e a América Norte”.⁴⁶

Assim como os estudos norte-americanos, os estudiosos brasileiros voltaram sua atenção para a obra de Gilberto Freyre e sua conseqüente idéia de ‘democracia racial’. Dessa maneira, questionou-se a benignidade da escravidão e admitiu-se que a violência era o ponto basilar da relação entre senhores e escravos.

1.3 - Teoria da coisificação

A partir da década de 1950, no entanto, e enfaticamente nos anos 60 do século XX, surge uma linha interpretativa, rotulada de Escola Paulista, que se contrapõe aos pressupostos de Freyre e começa a pensar a escravidão à luz de outra perspectiva. Significativo nesse sentido foram os trabalhos de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Emília Viotti da Costa, Otávio Ianni, dentre outros, os quais influenciaram a interpretação historiográfica que questionou a benignidade da escravidão brasileira enfatizando a violência como baluarte da relação escravista, bem como o papel condicionador das forças econômicas no transcorrer da história

⁴⁶ SCHWARTZ, Stuart. *Op. cit.*, p. 25

nacional.

Emergiram estudos nessa perspectiva que estabeleceram analogias entre a desagregação do regime escravista e a expansão do capitalismo no Brasil. Alguns autores interpretaram a escravidão como uma etapa do processo evolutivo da história brasileira, sendo um espaço de transição do trabalho compulsório para o trabalho livre. Tal análise pode ser percebida em um trabalho feito por Emília Viotti da Costa, intitulado “Da escravidão ao trabalho livre”,⁴⁷ no qual a autora enfatiza que a substituição do trabalho compulsório nada mais era do que uma adequação ao sistema capitalista e que significava, ao mesmo tempo, uma aniquilação da herança colonial brasileira. Deste modo, ratificou Rogério Forastieri que “o marco entre o colonial e o não-colonial está sendo identificado pela ausência ou presença do trabalho escravo, e a negação do colonial seria dado em última instância no momento do capitalismo constituído”.⁴⁸ Fernando Henrique Cardoso sintetizou o papel atribuído ao aspecto estrutural na produção historiográfica brasileira, assim como o significado de ser negro no Brasil, “em todo esse processo de ‘passagem’ [para uma sociedade capitalista e burguesa], os escravos, os índios, os peões livres, os libertos, os ‘camponeses’ são (...) uma espécie de instrumento passivo sobre o qual operam as forças transformadoras da história”.⁴⁹ Como podemos observar, tanto Cardoso quanto Emília Viotti da Costa atribuíram ao aspecto estrutural papel determinante na história brasileira, admitindo que o processo histórico tem uma lógica em que as relações do mercado são reguladoras e não passíveis de mudança devido à ação de poucos.

⁴⁷ COSTA, Emília Viotti da. “Da escravidão ao trabalho livre”. In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª edição. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

⁴⁸ SILVA, Rogério Forastieri. *Colônia e Nativismo. A história como “Biografia da Nação”*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.45.

⁴⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. “Classes sociais e história: considerações metodológicas”. In: CARDOSO, Fernando H. *Autoritarismo e Democratização*. 2ª edição. Rio de Janeiro, 1975, p. 112.

No que concerne a outras temáticas, houve uma valorização no estudo das grandes lavouras, das relações de mercado, lutas de classe, da passagem do estágio do pré-capitalismo para o capitalismo estabelecido, dentre outros. Essas abordagens foram debatidas em inúmeros seminários e obras, demonstrando a ênfase que a historiografia do período atribuiu às análises de cunho estruturalista. Predominou o aspecto econômico nos estudos brasileiros, sendo que a nossa trajetória histórica estava condicionada por modelos universais e, calcado nestes, as análises historiográficas tentaram explicar as 'experiências' humanas nas suas mais diversas relações.

Em estudo publicado em 1979, Ciro Flamarion Cardoso descreve o papel das forças externas no processo histórico, mesmo num contexto em que os cativos adquiriram pequenos lotes de terra que denominou como “brecha camponesa”.⁵⁰ Essa se traduziu, na obra do autor, enquanto atividades agrícolas desenvolvidas pelos escravos no cerne do sistema escravista e que, porém, era uma forma do proprietário manter a ordem no interior das senzalas. Segundo Ciro Cardoso, não há dúvida, no entanto, que as atividades camponesas eram secundárias mediante o escravismo dominante, já que havia um modo de produção escravista independente de atividades desenvolvidas por escravos.⁵¹

Nessa nova linha interpretativa convergiram estudos quanto à idéia de perversidade da escravatura, relegando ao escravo papel de produtor de riquezas e subjugado aos ditames do regime escravista. Inúmeros foram os trabalhos nessa corrente que valorizaram o aspecto mercadológico e lucrativo. No que se refere a

⁵⁰ Os estudos sobre a brecha camponesa iniciaram-se com os trabalhos de Sidney Mintz sobre o Caribe. No entanto, para os estudos brasileiros, pioneiro foi CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

⁵¹ *Ibidem*, p. 136. Em contrapartida, é conveniente ressaltar, que tiveram estudos que foram de encontro ao proposto por Cardoso, analisando a “brecha camponesa” como um espaço de autonomia conquistado pelo cativo e não como, simplesmente, concessão do senhor. Outros estudos questionaram o termo ‘brecha camponesa’, uma vez que o sistema escravista proporcionou diversas outras ‘brechas’, além da camponesa.

qualquer circunstância de ação escrava – quando estas chegavam a ocorrer - argumentaram que os senhores de escravos, valendo-se da coerção, conseguiram manter a ‘ordem’, visto que o regime escravista manteve-se por mais de três séculos.

Os intelectuais brasileiros do período atribuíram ao caráter violento da escravidão papel de destaque em suas análises. Ilustrativa é a obra de Suely Robles Reis de Queiroz, a qual assinala que “uma estrutura estabelecida para obedecer a imperativos econômicos não poderia ter contemplações e o objeto dessa ação também não poderia ser passivo a não ser coagido”,⁵² dessa forma, refuta as alegações vinculadas aos pressupostos de que a escravidão brasileira era mais humana e branda devido à benévola índole do seu povo.

Essa discussão perpassou outros trabalhos como o de Jacob Gorender, denominado *O Escravismo Colonial*, que ressalta o caráter iníquo do cativo tendo como consequência o aniquilamento da vitalidade do escravo num prazo calculado, implicando a coação num clima de aterrorização permanente das massas escravas, a que exigia castigos cotidianos.⁵³ Podemos perceber que para Gorender a violência empreendida durante o período escravista relegou à massa cativa função secundária na história nacional.

Tais estudos, apesar de enfoques diferenciados, salientam que as modalidades de protesto dos cativos como suicídio, roubos, assassinatos, formação de quilombos, fugas, foram formas de o escravo exteriorizar suas inquietações, porém, em nada abalava o curso da economia externa, além de serem atitudes atípicas no transcurso da história. Desse modo, ao propor estudo sobre as ações de rebeldia dos escravos, denominavam-nas como produtos de atos perversos e que todas essas formas de protesto tinham em comum a impotência diante da organização social. Todas

⁵² QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio/MEC, 1977, p. 41.

⁵³ GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

acabaram frustradas nos seus objetivos e nunca chegaram a abalar o alicerce da sociedade escravocrata.⁵⁴ Ao fazer considerações sobre as evasões dos cativos, já na década de 1980, Ronaldo Marcos dos Santos assinala que os motivos mais freqüentes para as fugas estavam associados aos “maus tratamentos ou ainda a ameaça de venda a um novo senhor, com a inevitável conseqüência de transferência para uma nova fazenda”,⁵⁵ e não como resultado de um ordenamento escravo cuja pretensão era intervir no processo de mudanças na história.

No findar da década de 1950, Clóvis Moura com um trabalho intitulado *Rebeliões da Senzala*, atribui às revoltas organizadas, às insurreições e às fugas, papel determinante na canalização da abolição. Em seu trabalho, a evasão assume a função de uma das principais ações contestadoras do escravismo, admitindo que o volume das mesmas no final do século XIX provocou um despovoamento das propriedades rurais, obrigando os senhores de escravo a contratar trabalhadores livres para suprir a mão-de-obra evadida. Todavia, muitas vezes eram os próprios cativos prófugos que procuravam tais empregos, dissimulando, assim, sua verdadeira condição social.⁵⁶ Segundo o autor, mesmo depois de 1870 os cativos ao empreenderem a fuga, se embrenhavam nas matas, aí permanecendo se porventura não encontrassem pequenas organizações de quilombos capazes de acolhê-los. Essas organizações, segundo Moura, eram essenciais para a sobrevivência dos escravos fugitivos, pois os mesmos só permaneceriam fora das senzalas com a ajuda dos seus semelhantes.⁵⁷ O autor divide a sociedade escravocrata, basicamente, em dominantes e dominados, apontando a dicotomização da sociedade entre senhores e escravos e,

⁵⁴ SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e Superação do escravismo na província de São Paulo (1885 – 1888)*. São Paulo: IPE/USP, 1980.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 47.

⁵⁶ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas*. 3ª edição. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981, p. 88.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 217.

dentre estes, os passivos e os ativos, assinalando a existência de uma luta de classes no período. Segundo Moura a “escravidão passiva sustentava a escravidão. O rebelde solapava-a”.⁵⁸ Sob influência do marxismo, Moura admite que havia uma estrutura imposta que conduzia os rumos da história, a qual poderia ser dinamizada com as ações dos escravos rebeldes, mesmo esses não tendo consciência de classe nem mesmo dos resultados das suas atitudes.

Embasado nessa vertente interpretativa, já na década de 70, José Alípio Goulart com a obra *Da fuga ao suicídio; aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*, não obstante se dedicar a um estudo referente à revolta escrava, argumenta que os “maus tratos e excessivos trabalhos foram, com efeito, as principais causas e razões mais comuns para as fugas”.⁵⁹ O autor assinala que a evasão foi um ato esporádico dos escravos frente à perversidade do regime escravista, e mesmo com o empreendimento da mesma, estes não teriam liberdade devido às constantes perseguições. Amparado por testemunhos de viajantes, relatórios de presidentes de província e de chefes de polícia, Goulart desenvolve um argumento que reafirma o papel de figurante atribuído aos cativos no contexto da escravidão, e que mesmo com o sucesso da fuga seriam compelidos à delinqüência e a marginalidade o que os forçavam ao roubo e à vida ‘fora da lei’.⁶⁰ Nesse sentido, ao evadir o escravo não supunha que pudesse transformar a sua condição social ou mesmo adquirir a liberdade como simples resultado de seu gesto aventuroso.

Subsidiado pelos periódicos do final do século XIX da cidade de Campinas, província de São Paulo, Ademir Gebara, ao analisar as fugas como modalidade de protesto, salienta que, com relação a essa ação escrava, é necessário um enfoque que

⁵⁸ *Ibidem*, p. 251.

⁵⁹ GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio; aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista INL, 1972, p. 25.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 25.

a coloque para além do âmbito mais geral da temática da resistência e do protesto, pois, no que se refere à mesma, existem peculiaridades e múltiplas implicações que as diferenciam das outras possibilidades de resistência.⁶¹ Essa diferença de análise, proposta pelo autor, refere-se ao fato dessa ação do cativo não se restringir às fazendas, mas estar diretamente relacionada com o espaço urbano, onde poderia estabelecer estreitas relações com a comunidade que abriga, reprime ou se distancia do problema. Ao empreender a fuga, segundo Gebara, a maioria dos escravos estava fadada à marginalidade e ao isolamento, criando uma circunstância bastante diferente daquela esperada pelo escravo o que, certamente, facilitava sua localização e conseqüente aprisionamento. Para além dessas questões, o autor menciona que o capitalismo em expansão foi o responsável pela inserção dos escravos prófugos no mercado de trabalho livre, decorrendo disso a crescente inviabilidade do regime escravista. Ou seja, o determinismo econômico foi o sustentáculo do trabalho do autor, assim como de outros autores, atribuindo a modelos globais, papel decisivo no encaminhamento político da abolição da escravatura. Todavia, Gebara assinala que mesmo envolto a um sistema regulador, ainda assim, os cativos com suas expectativas e anseios e em consonância com as demandas abertas pelo capitalismo em expansão, elaboraram estratégias que permitiram sua inserção no mercado de trabalho.

De modo geral, podemos perceber que aqueles trabalhos que interpretaram as revoltas escravas como formas de protesto ao escravismo, ainda assim se assemelham às demais produções quanto à idéia que havia uma força maior que condicionava os rumos da história. Ainda nas situações mais adversas, a saber, lutas dos escravos, fugas, assassinatos, homicídios, dentre outros, ainda assim, essas

⁶¹ GEBARA, Ademir. Escravos: Fugas e Fugas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, 1986, p. 90.

seriam incapazes de mudar o devir da história, uma vez que o capitalismo tudo conduzia.

Retomando o contexto em que tais trabalhos foram produzidos, ressaltamos sua proeminência ao questionar o conceito de “democracia racial”, bem como denunciar os horrores da escravidão no Brasil. Mesmo atribuindo ao processo histórico uma análise negativa, ainda assim, essa produção historiográfica teve o mérito de denunciar a discriminação racial da sociedade brasileira. Destacamos desse modo, a relevância dessa produção que criticou a discriminação racial e social presentes no mito da relação harmoniosa entre dominante e dominado, mas que acabou por “coisificar” o escravo no processo histórico do Brasil. Segundo Silvia Hunold Lara essas denúncias acabaram por construir estereótipos, até então irreversíveis, pois a “primeira imagem que vem à cabeça é a de um homem negro, com o corpo marcado de chicotadas, acorrentado ou preso a um tronco, submetido a uma exploração sem limites por parte de senhores brancos, cruéis e desumanos”.⁶² Nesse processo, a ‘verdade’ de uma geração torna-se, freqüentemente, em mito da geração seguinte.⁶³

1.4 - Novas abordagens.

Em anos mais recentes, novas abordagens historiográficas empreenderam críticas às análises de cunho estruturalista em que a lógica econômica se sobressaía a qualquer circunstância de ação individual. A produção precedente teve o mérito de denunciar a discriminação racial e questionar a concepção de “democracia racial”, todavia, dicotomizou a história, descaracterizando as diversas ações escravas em

⁶² LARA, Sílvia Hunold. Trabalhadores escravos. In: *Trabalhadores*. Campinas: Unicamp/IFCH, 1990, p. 11

⁶³ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 250.

favor de atos de rebeldia tidos como única forma de resistência, a saber: as grandes sublevações.

Os novos estudos mediante mudanças significativas de orientação, métodos e interpretação (re) escreveram o processo histórico segundo a ótica de que o cativo não estava, simplesmente, ligado a uma rede de formas de trabalho, mas também integrado em um universo social e cultural. Como tal, suas ações foram essenciais para o esfacelamento da instituição escravista, dando impulso aos estudos da história regional, o que revelou problemas tidos como improváveis pelos estudos históricos.

Nessa nova tendência analítica, foram elucidados questionamentos que ampliaram o leque de abordagens concernentes ao escravismo, na qual o escravo-coisa foi suplantado em favor de um escravo-agente cujas ações cotidianas abalou as bases do regime escravocrata. Como expoentes desses novos estudos mencionamos Sílvia Hunold Lara, Célia Maria Marinho de Azevedo, Sidney Chalhou, Robert Slenes, Kátia Mattoso, Eduardo França Paiva,⁶⁴ os quais enfocando “pequenas” ações escravas recuperaram as táticas utilizadas pelos mesmos na busca por liberdade e autonomia, demonstrando assim, o papel dos cativos no processo histórico. Diante disso, conceitos como: modo de produção, sistema capitalista, exploração irrestrita dos cativos, imobilidade social, deixaram o primeiro plano mediante a ascensão de conceitos como os de resistência e autonomia dos escravos, que de acordo com Maria Helena de T. Machado foram “apontados como núcleos centrais para a

⁶⁴ Ver também: FIGUEIREDO, Luciano Raposo de. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro, José Olympio. Brasília, EDUMB, 1993; BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o Poder: Irmandades leigas e políticas colonizadoras em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho numa economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

reconstituição de uma história preocupada em reverter as perspectivas tradicionais e integrar os grupos escravos em seus comportamentos históricos, como agentes efetivamente transformadores da instituição”.⁶⁵

Sidney Chalhoub é emblemático na busca de agentes históricos⁶⁶, na sua obra *Visões de Liberdade* tenta constituir a idéia de liberdade para os escravos através de ações executadas pelos cativos no tribunal de Júri do Rio de Janeiro, demonstrando os artifícios utilizados pelos mesmos para impedir a sua “coisificação”.⁶⁷ Segundo o autor, a liberdade pode ter representado para os escravos, de antemão, “a esperança de autonomia de movimento e de maior segurança na constituição das relações afetivas. Não a liberdade de ir e vir de acordo com a oferta de emprego e o valor dos salários, porém a possibilidade de escolher a quem servir ou de escolher não servir a ninguém”.⁶⁸ Segundo Chalhoub, essas investidas por liberdade no tribunal do Júri, descortina as possibilidades de luta entranhada na própria instituição escravista e que o cativo se utilizava para alargar seu campo de oportunidades de inserção na sociedade, quiçá, moldar a sua condição de propriedade. Com as discussões acerca das transgressões escravas o “13 de maio está cada vez mais desmoralizado enquanto uma data de ‘concessão’ ou ‘doação’ da liberdade aos negros por um ato de humanidade de uma princesa, ou mesmo de toda uma classe dominante”.⁶⁹ Segundo o autor, muitos escravos erigiram meios de se esquivar do escravismo o que contribuiu, substancialmente, para a crescente desagregação do regime escravocrata,

⁶⁵ MACHADO, Maria Helena P. T. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, 1988, p. 146.

⁶⁶ Numerosos são os trabalhos que abarcam essa temática – escravo enquanto sujeito -, no entanto, cito aqui: MACHADO, M. H. P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 143-160, 1988; REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁶⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: companhia das letras, 1990.

⁶⁸ *Ibidem*. p. 80.

⁶⁹ CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*, p.251.

ou seja, a extinção da escravidão também se operou de baixo para cima e não como simples decorrência da bondade dos homens de poder.

O caráter violento da escravidão, demasiadamente explorado, ganhou novas interpretações a partir dos estudos de Silvia Hunold Lara. Segundo essa historiadora a ênfase dada à questão da violência na escravidão estava associada com a coisificação do escravo, despojado de qualidade que lhe conferisse certa humanidade. Assim, segundo a autora “a violência do senhor era vista como castigo, dominação. A do escravo, como falta, transgressão, violação do domínio senhorial, rebeldia.” O castigo físico impunha-se como algo perfeitamente natural, as que foi remediado, e tornou-se essencial para a continuidade do escravismo, bem como a reprodução da relação senhor-escravo.⁷⁰ Essa foi uma prática constante no mundo moderno e não um exclusivismo no caso brasileiro.

As ações escravas, que na vertente precedente assumiam um caráter de desespero, luta sem expressão e fadadas ao fracasso, na nova visão são interpretadas como uma forma de resistência em que o cativo, seja através da negociação, da reivindicação passiva ou forçada, ou mesmo utilizando frestas na lei da instituição escravista, procurava vias de conseguir sua libertação e autonomia. Diversificadas foram as formas de resistência do escravo às adversidades impostas, a saber: constituição da família ou não,⁷¹ insurreições, assassinatos, suicídios, fugas, resistência lingüística, sincretismo religioso, formação de quilombos, dentre outros. Todas essas modalidades de ação escrava passaram a ser interpretadas segundo novas entonações, as quais foram substanciais para compreender as multiplicidades das

⁷⁰ LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.72.

⁷¹ No caso específico desse trabalho atribuímos que a constituição da família escrava era um empecilho à fuga do cativo. As fontes corroboram com tal proposição, uma vez que numerosos foram os anúncios de escravos solteiros fugidos e ínfimos foram os casos em que escravos que estabeleciam laços conjugais evadiram. A família impulsionou a fuga quando um escravo era vendido para outra propriedade ou mesmo outra localidade, dessa forma, o cativo saía à procura dos seus familiares. Nesses casos admitimos a importância da família na evasão.

experiências negras que ocorreram também de acordo com seus projetos, anseios e valores.

1.5 - Produção historiográfica sobre Minas Gerais

Dentro do rol de temáticas que envolveram os estudos mineiros a partir das últimas décadas do século XX, merecem destaque aqueles que enfatizaram a diversidade nas relações entre senhores e escravos e seus padrões de conflito e negociação, miscigenação, relação de gênero, modalidades de resistência escrava, constituição de família, dentre outros. No entanto, nem sempre essas temáticas estiveram no cerne dos estudos. Predominou por muito os grandes eventos, como o declínio aurífero, o boom canavieiro, ou mesmo questões em torno de aspectos políticos e administrativos da província mineira.

Em estudo publicado na década de 1960, Oíliam José denunciou a “pobre” historiografia mineira por dar excessivos cuidados “as lutas pelo poder, a sucessão de chefes, as experiências de unificação ou desmembramento da realidade administrativa”,⁷² criticando assim, os trabalhos que se voltaram fundamentalmente para o âmbito político, com seus fatais desvios para os episódios particulares. Estudo como o de Francisco Iglésias sobre Minas,⁷³ – referência na historiografia – comprova a proposição de Oíliam José ao destacar no cenário histórico mineiro os aspectos políticos, questões partidárias, conflitos, dentre outros, com poucas alusões aos escravos, força de trabalho essencial no período. Nesse trabalho, no entanto, o autor faz referência à dinâmica interna em Minas Gerais, admitindo que o processo “mineratório não se esgota na bateia ao longo dos rios ou na exploração de um veeiro”, já que em Minas Gerais a sociedade era menos extremada que as demais

⁷² JOSÈ, Oíliam. *Historiografia mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, p. 36.

⁷³ IGLÉSIAS, Francisco. “Minas Gerais”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1968, tomo II, vol. 4, p. 364-412.

províncias, havendo entre o senhor e o escravo uma lacuna onde eram estabelecidas relações de trabalho.⁷⁴

As análises sobre a economia mineira ganharam fôlego com o trabalho de Roberto Borges Martins e Amílcar Martins os quais refutaram a historiografia tradicional ao fundamentar suas análises na idéia de que não houve qualquer relação entre a produção de café ou mineração e o fluxo da migração forçada de escravos, uma vez que na província a reprodução da escravaria era local. Segundo os autores, houve na primeira metade do século XIX uma “intensa importação de escravos africanos para o Brasil para suprir o setor cafeeiro e não necessariamente os ‘redundantes’ escravos de Minas Gerais”.⁷⁵ A economia local não estava condicionada pelas flutuações do mercado externo, segundo os Martins, pois a província sobrevivia à base de uma economia direcionada para o auto-consumo. Nesse sentido, ratifica que a produção para exportação não era o motor que movia a província, mas sim as atividades desenvolvidas para o mercado interno.

Em contrapartida, tem-se o trabalho de Robert Slenes o qual critica os Martins argumentando que há uma suplantação da importância do setor de exportação de Minas, visto que essa atividade não só facilitava um grande tráfico de escravos, mas também “constituía o centro dinâmico da economia mineira”.⁷⁶ Segundo Slenes, se a província mineira não estabelecia estreitas relações com o mercado externo, então de onde viria o capital para obtenção dos escravos? No que concerne à dinâmica da economia interna, ratifica que, ao produzir para o mercado externo (produção não só de café, mas também de gado, suínos, pano de algodão,

⁷⁴ *Ibidem*, p. 370.

⁷⁵ MARTINS, Roberto Borges; MARTINS, Amílcar. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 181-209, jan./abr. 1983. p. 186.

⁷⁶ SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos ICHL/UNICAMP*, Campinas, n. 17, 1985, p.453.

toucinho, queijo e tabaco), gerou-se na província uma renda monetária significativa que favorecia a compra dos cativos e ao mesmo tempo criava-se uma demanda por mantimentos, bens de consumo e materiais, aproveitados tanto pelo setor exportador, quanto pelas atividades internas ligadas a esse setor.⁷⁷ Assim, Slenes argumenta que as diversificadas atividades econômicas em Minas circundavam as necessidades do setor exportador da província, sendo que essa atividade condicionava a produção em Minas Gerais.

Como podemos observar ambas as análises concebem, de maneiras distintas, que na província mineira havia uma economia diversificada que absorvia a mão-de-obra escrava e a livre. Destarte, tem-se o trabalho de Douglas Cole Libby o qual demonstra que havia na província atividades de transformação, a saber: a indústria doméstica, a siderurgia e a mineração subterrânea, as quais demandavam numerosa força de trabalho escrava. Essa mão-de-obra se encontrava em quase todas as categorias e subcategorias profissionais, obviamente, não naquelas destinadas aos profissionais liberais, mas registrava-se no comércio, “através da freqüente utilização de cativos nas tropas que transportavam mercadorias dentro e fora da província”.⁷⁸ Este autor assinala que a base da “economia mineira do século XIX foi a agricultura mercantil de subsistência, ou seja, a produção de alimentos básicos destinados ora ao auto-consumo, ora ao mercado interno, dentro e fora da província”.⁷⁹ Para Libby, todas essas transformações estavam diretamente relacionadas com a crescente implantação do capitalismo no Brasil e a conseqüente extinção do regime escravista.

Essas temáticas permearam a produção historiográfica mineira. Todavia, não devemos deixar de mencionar aqueles trabalhos acerca da religiosidade, expansão de

⁷⁷ *Ibidem*, p. 480

⁷⁸ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho numa economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 14. Transformação entendida por Douglas Cole Libby como um conjunto de atividade produtivas visando a transformação de matérias-primas em artigos acabados.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 84.

fronteiras, transição do trabalho cativo ao trabalho livre, manumissões, estudos referentes à demografia, os quais desvendaram a complexidade da escravidão nessa província, tornando possível compreender Minas na suas diversificadas facetas. Além disso, desmistificaram a tradicional hipótese de uma sociedade extremada cuja trajetória histórica viu-se subordinada aos ‘booms’ do ouro e do café.⁸⁰ Assim sendo, esses estudos deram um novo impulso à história econômica, política, demográfica e no âmbito da história social.

A partir de um esforço dos novos historiadores sociais começou-se a descortinar o universo indistinto das relações entre senhores e escravos que, com suas diferentes formas de resistências, procuraram meios para se libertar do cativo. Emblemático, nesse sentido, foi o trabalho de Eduardo França Paiva que destacou a relevância em se admitir as estratégias de resistência através dos testamentos. Este tipo de abordagem passa pelo crivo da história social que possibilita explorar as táticas de inclusão utilizadas pelos cativos num contexto em que os homens de cor eram hierarquicamente inferiores. Paiva, no intento de re-interpretar a história da escravidão em Minas, no século XVIII e XIX, ratifica que a cada nova estratégia de dominação, novas estratégias de resistir são desenvolvidas pelos escravos e libertos nas relações cotidianas.⁸¹

Numerosos trabalhos em Minas Gerais destacaram as formas de resistência dos escravos. Deixaram o primeiro plano as formas mais violentas de contestação, como as insurreições, os assassinatos, os suicídios dentre outros e ascenderam trabalhos que valorizaram as inúmeras maneiras de contestar a condição de cativos,

⁸⁰ Para um maior aprofundamento dessas questões, ver: GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. Agricultura e caminhos de Minas (1700-1750). In: *Revista do Departamento de História*. Nº 4, Departamento de História- FAFICH/UFMG, 1987; BOSCHI, Caio César. Nem tudo o que reluz vem do ouro. In: *Revista História & Perspectiva*, Uberlândia, (11): 33-42, Jul./Dez. 1994. Explorando o espaço urbano.

⁸¹ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995, p.61.

seja através de negociações e arranjos, mas sempre permeada de conflitos.⁸² Seguindo essa linha destacamos o trabalho de Luciano Figueiredo⁸³ no que concerne à importância das mulheres negras no ramo comercial. Nessa análise, o autor descortina o modo de resistir e comerciar das mulheres que circulavam pelas ruas em Minas Gerais com seus tabuleiros, além de demonstrar seu significativo papel na dinâmica interna da economia mineira no século XVIII. Lança luz sobre um ‘novo’ modo de resistir que contava com a ineficiência das autoridades locais na sua repressão.

Análises de outra natureza como sobre as irmandades leigas estudadas por Caio Cezar Boschi, também deram impulso aos estudos referentes às estratégias erigidas pelos homens de cor. Por exemplo, as irmandades negras possibilitavam aos negros “desabafar suas agruras, expressar suas necessidades e, até mesmo, tentar influir em seu futuro, procurando tornar suas vidas mais suportáveis”.⁸⁴ Esse modo de resistência apesar de não intentar, como fim único, o esfacelamento da instituição escravista, foi uma forma de contestação e mesmo de adaptação às adversidades impostas pela sociedade escravocrata.

Para além das análises sobre mulheres negras comerciantes e irmandades, os estudos sobre a formação de famílias cativas,⁸⁵ tidas como promíscuas e, essencialmente, desprovidas de organização, foi outra temática que ascendeu na interpretação historiográfica como forma da insubmissão dos escravizados. Passou-se

⁸² Quando destacamos as formas de resistir que não se valeram da força na sua maneira de contestar, não estamos falando em uma ausência de conflito. Pelo contrário, as relações estabelecidas entre senhores e escravos foram permeadas de embates mesmo na resistência ‘pacífica’.

⁸³ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro, José Olympio. Brasília, EDUMB, 1993.

⁸⁴ BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o Poder: Irmandades leigas e políticas colonizadoras em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986, p.152.

⁸⁵ Pioneiros nesse sentido foram os estudos de GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida; o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, CNPq, 1988; Gutman, Herbert G. *The Black family in slavery and freedom – 1750-1925*. New York, Vintage Books, 1976; SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1999.

a analisá-las como núcleos familiares com organização própria e que, ao mesmo tempo, sustentavam e minavam a escravidão. Referente a Minas Gerais inúmeros trabalhos, explorando fontes primárias, a saber registros de casamentos, batismos, inventários post-mortem e testamentos, paulatinamente, descortinam a formação de famílias escravas nessa província, bem como suas estratégias para resistir.⁸⁶ Damos destaque ao trabalho de Tarcísio Botelho sobre o Norte de Minas, em que explorando a ampliação do conceito de família escrava, deu novo impulso às análises sobre o peso da reprodução natural no crescimento da população cativa. Como destacou Botelho, essa reprodução foi devido às relações estabelecidas entre senhores e escravos numa dinâmica de via dupla, se para o senhor a família funcionava como meio de controlar a escravaria, para os cativos, a família era elemento essencial para atravessar a vida em cativeiro de forma mais segura e confortável.⁸⁷

Tecido esse breve panorama – das diversas formas de resistir - salientamos as dificuldades em se entender o universo dos fugitivos em Minas Gerais, tendo em vista os poucos trabalhos sobre essa temática. Trabalhos sobre o Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe⁸⁸ tornaram-se referência na produção histórica, pois perscrutaram esse universo pouco explorado pela bibliografia. Não obstante, alguns trabalhos em Minas Gerais, ainda assim, os estudos sobre as fugas de escravos continuam tímidos. Como ressaltou Flávio dos Santos Gomes até os estudos mais contemporâneos interpretam a fuga tão somente como uma perda de propriedade por parte do senhor, assim como dos lucros gerados pelo foragido. “Constituíam-se assim uma visão ora

⁸⁶ Para Minas Gerais, ver: BRUGGER, Sílvia M. J. *Minas patriarcal: família e sociedade (S. João Del Rei, séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007; ANDRADE, Rômulo. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco (Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX)*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1995; FIGUEIREDO, Luciano Raposos de A. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁸⁷ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: Demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1994, p. 195.

⁸⁸ João Jose Reis, Luiz Mott, Flávio dos Santos Gomes, Márcia Amantino, Álvaro Pereira do Nascimento e outros.

simplista, ora generalizadora de que na maioria das vezes os cativos fugiam com o único objetivo de causar prejuízo econômico aos seus senhores ou porque eram muito castigados”.⁸⁹

Num trabalho denominado “Mineração, Quilombo e Palmares: Minas Gerais no século XIX”⁹⁰ Carlos Magno Guimarães salienta que as fugas e a formação de quilombos nessa região constituíam uma das mais completas e complexas reações à escravidão. Admite que essa “contradição estrutural da realidade escravista” nada mais era do que um decréscimo do processo produtivo e, conseqüentemente, a impossível extração de lucros da propriedade evadida; perdas relativas à reposição do capital empregado; perda de impostos por parte da coroa que poderia receber sobre o trabalho escravo, dentre outros. Esses quesitos - de cunho ‘econômico’ - postos pelo autor reforçam o argumento de Flávio dos Santos Gomes ao inferir que os estudos que abarcam a questão da fuga, a interpretam, mormente, como uma tentativa de causar prejuízos econômicos aos seus proprietários e não como uma ação que almejava a liberdade e que muitas vezes foi empreendida com sucesso.

Utilizando o periódico *O Universal* (1825 – 1832) de Ouro Preto, Márcia Amantino analisa o perfil do escravo fugido, para assim indicar as possíveis causas das fugas, bem como, analisar o cotidiano da vida em cativeiro. Segundo Amantino, o perfil dos escravos fugidos de Minas Gerais é predominantemente do tipo africano - ainda que seguido pelo crioulo - sem especialização ocupacional, detentor de traços culturais típicos e problemas de saúde decorrentes das péssimas condições no cativeiro. No que se refere às ocupações, Amantino destaca que os crioulos saíam na frente, uma vez que estavam mais adaptados, dominavam a língua e já mantinham redes sociais, o que foi determinante para o desenvolvimento de uma habilidade. Já o

⁸⁹ GOMES, Flávio dos Santos. “Experiências negras e Brasil escravista: questões e debates.” p.4

⁹⁰ REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

africano, ‘boçal’, sem contato, preferia embrenhar-se nas matas ou concorrer por empregos nos centros urbanos, porém sem uma habilidade específica.⁹¹

Trabalhos como o de Luiz Eduardo de Oliveira sobre o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora e emprego da mão-de-obra escrava - para a viabilização de uma infra-estrutura regional de transportes, para a expansão e constituição de quarteirões e ruas centrais juizforanas - deixa escapar à temática abordada, que os fugitivos aí viam uma possibilidade de esquivar da escravidão. Bem notificou o jornal *O Pharol* em 25/10/1877 analisado pelo autor:

“Fugiu (...) o escravo João Miguel, que (...) já esteve um mês fugido, trabalhando nas obras da Câmara Nova, em Juiz de Fora, e disse também ter estado nas obras da *Estrada de Ferro D. Pedro II* três meses, onde passou por livre; tem os sinais seguintes: mulato meio aço, cabelo de negro ruivo escuro, pouca barba, idade 22 anos, estatura alta, cheio de corpo, pés e mãos grandes, olhos escovados, fala grossa e descansada (...) Quem o prender e levar à casa de seu senhor [Simpliciano Augusto José de Gouvêa] receberá 100\$000.”⁹²

Perceber as estratégias de resistência utilizadas pelos escravos, não se resume a uma observação das fontes primárias, mas, também, nas entrelinhas de novas abordagens. Ao tratarem de outros temas, deixam despontar essas táticas que nada mais significam que uma forma dos escravos fugidos disputarem empregos no mercado de trabalho com os homens livres pobres, escravos de ganho e de aluguel.

Nas palavras de Ademir Gebara “fugir que é um ato isolado de protesto pode transformar-se em um ato político com conseqüências mais complexas”.⁹³ Assinalamos que a evasão poderia ser originada como uma reação aos maus tratos, morte do proprietário, forma de encontrar entes queridos, por venda ou transferências não admitidas ou mesmo por uma ação instintiva. Todavia, devemos interpretar em

⁹¹ AMANTINO, Márcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal ‘O Universal’ 1825 a 1832. *Locus Revista de História*, p.1

⁹² OLIVEIRA, Luiz Eduardo de. Uma cidade construída por cativos: o trabalho escravo no núcleo urbano de Juiz de Fora (1830-1880). *XVI Encontro Regional de História ANPUH-BH, 20-25 de julho de 2008*, p.4

⁹³ GEBARA, Ademir. *Op. Cit.*, p.91.

quais condições e a disposição dos cativos ao empreender a evasão; quais as possibilidades do seu ato ser bem sucedido; qual o perfil do escravo foragido, bem como o perfil do escravo especializado que teve sucesso na evasão e quais seriam as perspectivas de captura e que medidas tomavam para preveni-las. Esses questionamentos nos instigam no sentido de melhor entender a evasão escrava como uma resistência ao escravismo, cujo intuito do cativo era se inserir no mercado de trabalho, corpo militar, espaço urbano e na própria sociedade, o que possibilitaria desfrutar de espaços de liberdade antes desconhecidos devido a dura realidade do cativo. Segundo Leila Merzan Algranti ao usufruir pequenas frestas de liberdade muitos cativos se acomodavam à escravidão. Mas havia outros que gostariam de desfrutá-la completamente, aí se chega às vias de fato com a fuga, sendo a opção de viver fora do sistema a sua negação máxima.⁹⁴

Admite-se na historiografia que as fugas dos escravos se avolumaram no decorrer do século XIX e, especificamente, nas últimas décadas da escravidão. Como a base empírica desse trabalho são os anúncios de fugas publicados nos periódicos, pudemos constatar que tal assertiva não converge com os dados coligidos na documentação. Além de nos referirmos, mormente, às fugas que foram publicadas, não temos embasamento empírico suficiente para ratificar tal proposição para a província como um todo. Tendo em vista os tímidos trabalhos sobre as evasões escravas em Minas Gerais, propomos buscar o universo do fugitivo enveredando pelas suas estratégias de inserção. Nesse sentido, aspiramos compreender como o universo militar, mercado de trabalho, espaço urbano na área de construção civil, transportes, vias férreas, e contando com o companheirismo de muitos, os escravos fugidos engendraram estratégias variadas e complexas.

⁹⁴ ALGRANTI, Leila Merzan, *O Feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: vozes, 1988, p. 51.

Nessa busca, corroboramos com a perspectiva de que para fugir e permanecer longe dos olhares dos capturadores era necessário que os cativos colocassem em prática exercícios de criatividade. “Tudo tinha que ser pesado e temperado. O momento certo para a fuga, as direções e caminhos a tomar, as possíveis redes de proteção e solidariedades a serem acionadas, as precauções, etc. A fuga podia ser uma longa e difícil batalha pela liberdade”.⁹⁵ Entender as motivações dos fugitivos não se resume em considerar, simplesmente, os maus tratos e carga de trabalho excessiva, mas também a sua insubmissão. A partir da coleta dos dados, acreditamos numa sistematização escrava ao empreender a fuga.⁹⁶ Porém, não uma sistematização que objetivava como fim último o aniquilamento da instituição, mas sim, desfrutar de espaços de liberdade. Admitimos que a fuga individual teve um papel ímpar, muitas vezes negligenciado pelo olhar de uma tradição historiográfica preocupada em interpretar os “grandes eventos”. Porém, não somente os escravos habilidosos, espertos, diligentes eram capazes de empreender a evasão, mas sim, teriam maiores possibilidades de sucesso de fora do cativeiro.

⁹⁵ GOMES, Flávio dos Santos. Experiências negras e Brasil escravista: questões e debates. *Anais do XX Congresso Internacional da ALADAA*, Rio de Janeiro, 2001, p.4.

CAPÍTULO II

Repressão, motivações e expectativas na evasão.

2.1 - Questões em torno dos periódicos.

Nossa análise incide especificamente sobre os relatos de escravo fugido. Estes, segundo Gilberto Freyre, eram os mais ricos em informações, pois “quem tinha seu escravo fugido e queria encontrá-lo precisava dar traços e sinais exatos. Fosse o anunciante embelezar a figura do fujão que era capaz de ficar sem ele para toda a vida”.⁹⁷ Se este tipo de anúncio descrevia o cativo em minúcias, os de venda e aluguel exaltavam a “mercadoria” a ser vendida e pouco a descreviam, com o intento de encobrir algumas características do cativo o que poderiam comprometer a venda. O caso abaixo é ilustrativo:

Vende-se por preço razoável um escravo crioulo de 20 e poucos anos de idade, apto para todo e qualquer serviço, trata-se em Marianna com Antonio Ramos, ou em Ouro Preto com Augusto Pantaleão.⁹⁸

Diante de um anúncio tão sucinto, alguns questionamentos são inevitáveis: por que alguém desejava vender um escravo que estava no seu auge de seu período produtivo? Porque o oferecia por um “preço razoável”? Se o senhor decidira vender o escravo porque necessitava do dinheiro, porque não descreveu as características físicas e as qualidades do cativo? Estaria doente o escravo a ser vendido? Quais seriam as aptidões às quais o vendedor se refere? Seria o vendedor um comerciante de escravos que, por havê-lo comprado pouco tempo antes, desconhecia suas qualidades e defeitos? Enfim, com pouca descrição são muitas as indagações.

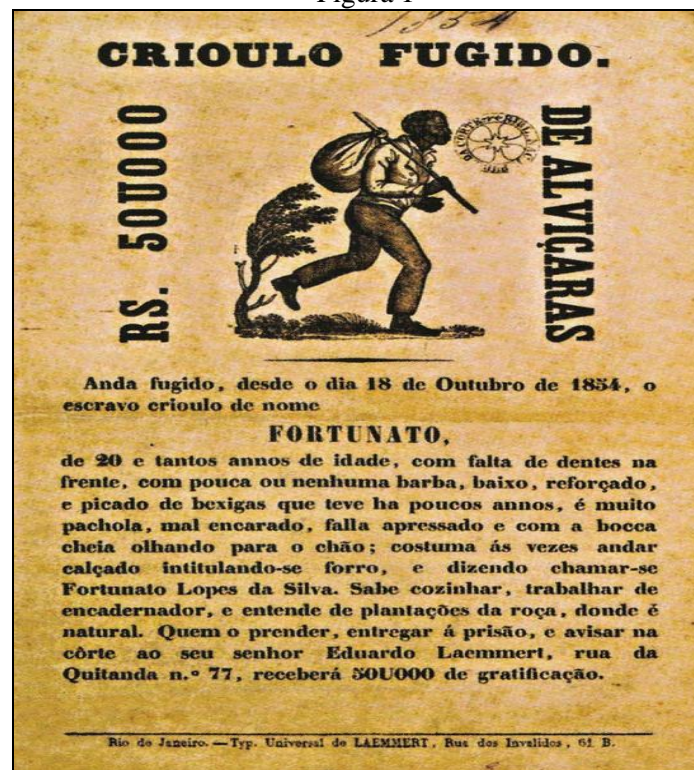
Os anúncios de escravos fugidos apresentam, em contrapartida, uma série de

⁹⁷ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2ª edição. São Paulo: Editora nacional, 1979. p. 26.

⁹⁸ *Diário de Minas*, 14 de fevereiro de 1878, número 972, p. 4.

características dos mesmos. Desse modo, tais anúncios também suscitam uma série de questionamentos, mas não propriamente pela falta de informações. Como eles nos fornecem detalhes sobre as características físicas e até psicológicas, as aptidões, os trajes e até o modo da fuga, podemos, a partir dos elementos fornecidos, melhor conhecer as estratégias dos escravos e formular questões com um nível maior de profundidade. No cabeçalho de alguns anúncios deparamo-nos com a imagem de um negro com uma pequena trouxa às costas e descalço, à procura de um lugar longe do cativoiro. A imagem abaixo ilustra o mencionado:

Figura 1



Cartaz de crioulo fugido. Rio de Janeiro, 1854

Nessa investigação, nos valem dos seguintes periódicos: *Noticiador de Minas* (Ouro Preto) – 1871-1873, *Diário de Minas* (Ouro Preto) – 1873-1878, *A Actualidade* (Ouro Preto) – 1878-1881, *A Província de Minas* (Ouro Preto) – 1882-1887, *Liberal Mineiro* (Ouro Preto) – 1885-1886 e *O Diabinho* (Ouro Preto) – 1884-1888, os quais abarcam todo período dessa análise, porém, também recorreremos, na década precedente, aos jornais *Noticiador de Minas* e *O Bem Público*. O estudo das

fugas noticiadas, não significa a inexistência de outras evasões, pois nem sempre os proprietários recorriam aos jornais para reaverem sua posse ou mesmo publicaram anúncios em outros periódicos que não foram por nós pesquisados. Queremos, com isso, salientar a impossibilidade de qualquer tentativa de se proceder a uma análise quantitativa no sentido de computar as fugas escravas ocorridas no final do século XIX. Procuramos sim, identificar as estratégias de escravos das várias regiões mineiras, o que nos possibilita estender essa análise para Minas Gerais, sem qualquer pretensão de exaurir o assunto nesta província.

Os jornais veiculavam as concepções políticas de seus idealizadores. O *Noticiador de Minas* observado a partir de 1871 é órgão do partido conservador sob mando de João Francisco de Paula Castro. Esse periódico teve sua primeira edição em agosto de 1868 e a última em 1873, ano em que publicou nota sobre seu esfacelamento. O *Noticiador de Minas* trazia no seu cabeçalho palavras classificando-o como de posição conservadora e já, no primeiro número, declarava sua adesão. Tendo como princípios básicos a moralidade, justiça e respeito garantidos pelas leis a todos os cidadãos, os redatores anunciaram: “está definida a posição que vamos tomar na imprensa”.⁹⁹ Esse periódico foi responsável por 16,8% dos anúncios aqui analisados e apresentou mais de 920 (novecentos e vinte) repetições. Na sua primeira edição, já publicava sete anúncios de fugas de escravos e uma declaração sobre um escravo fugido que tinha sido apreendido e encontrava-se na cadeia de Tamanduá.

⁹⁹ *Noticiador de Minas*, 19 de agosto de 1868, número 1, página 1

Quadro 1
Fuga/repetições, Jornal *Noticiador de Minas*, 1871 – 1872.

Escravos fugidos	59
Repetições	920

Já o *Diário de Minas* fundado em 1866, também por J. F. de Paula Castro apresentava-se como porta-voz do governo, o que lhe possibilitou usufruir da receita das publicações oficiais. Estas eram de extrema importância para a sobrevivência do periódico, pois vinham se somar à receita oriunda dos anúncios, vendas avulsas e assinaturas. Dois anos mais tarde, com a ascensão do Partido Conservador, o *Diário de Minas*, interessado em manter o apoio oficial, passou a ser porta-voz deste partido. Dez anos mais tarde, contudo, quando os liberais retornaram ao governo, o jornal se viu em circunstâncias difíceis, pois o governo provincial rescindiu o contrato com relação às publicações oficiais, desferindo golpe mortal no *Diário de Minas*.¹⁰⁰ Apontamos que, no cabeçalho do mesmo, não encontramos referências quanto à sua postura política, ao contrário dos outros periódicos, demonstrando, com certa medida, os interesses econômicos dos idealizadores do jornal. Foi no *Diário de Minas* que conferimos o maior número de publicações referentes à fuga de escravos: quase 40% do cômputo total. Este número torna-se ainda mais relevante considerando-se que o *Diário de Minas*, apesar deste título, era publicado numa média de três vezes por semana, periodicidade inferior à de outros jornais. No que se refere às repetições dos anúncios, observamos que apenas trinta e sete anúncios não efetuaram nenhuma repetição, ao passo que cento e dois relatos somaram mais de seiscentas e setenta repetições. Para uma melhor visualização:

¹⁰⁰ MENDES, Jairo Faria. Os romances virtuais no século XIX. Disponível em: http://www2.metodista.br/unesco/rede_alcar/rede_alcar_58/rede_alcar_nucleos_mineiro_romances_virtuais.htm, Acesso em: 05-04-2007.

Quadro 2
Fugas/repetições,
Jornal *Diário de Minas* 1873 – 1878.

Escravos fugidos	141
Repetições	677

Já o *A Actualidade* – pesquisado entre 1878 a 1881 – que traz no seu cabeçalho a denominação “órgão do partido liberal”, contribuiu para a pesquisa com 20% (vinte por cento) dos relatos de escravos fugidos. Neste jornal, o número das repetições dos anúncios atingiu 656 (seiscentos e cinquenta e seis) casos. Apesar de publicar menos anúncios que o *Diário de Minas*, ainda assim, apresentou repetições equivalentes, o que pode significar um maior poder aquisitivo dos que ali anunciava ou que o jornal cobrava um preço inferior pelos anúncios. A título de exemplo, mencionamos o caso do escravo Thobias, evadido de São João Nepomuceno, o qual teve sua fuga divulgada nesse jornal em torno de cinquenta vezes no ano de 1880.¹⁰¹ É necessário ressaltar que *A Actualidade* era publicado numa média de cinco vezes por semana.

Quadro 3
Fugas/repetições,
Jornal *A Actualidade*, 1878 – 1881.

Anúncios	71
Repetições	656

O periódico *A Província de Minas*, apesar de no seu primeiro número proclamar ter como intento defender os conservadores de “injustiças cruéis” e “perseguições revoltantes”,¹⁰² também publicava nas suas páginas, a exemplo dos demais, debates de abolicionistas confessos. Mesmo blasonando posição

¹⁰¹ *A Actualidade*, 07 de outubro de 1880, número 100, p. 3.

¹⁰² MENDES, Jairo Faria. *Op. cit.*,

conservadora, este periódico noticiou a realização de uma reunião do Club Abolicionista Mineiro Visconde do Rio Branco, em que a diretoria do mesmo se dirigia, por meio de ofício, “à todas as redações dos jornaes que se publicação na provincia pedindo – lhes afim de não acceitarem annuncios para captura de escravos fugidos”, publicado na seção livre. No mesmo número, na seção “Gazetilha”, veiculava a transcrição de um projeto para a extinção da escravidão no Brasil, apresentada no Senado pelo conselheiro Dantas.¹⁰³ Essas passagens bem demonstram que, mesmo tendo posição contrária, os jornais do período estavam mais preocupados em angariar fundos para manter a imprensa, do que propriamente, com as posições políticas envolvidas. Ainda em 1887, este periódico publicava anúncios de escravos fugidos. Apesar do longo período analisado nesse jornal, se comparado aos demais, percebemos que os anúncios de fuga foram menos expressivos, assim como as repetições dos mesmos:

Quadro 4
Fugas/repetições, Jornal
A Província de Minas, 1882 – 1887.

Anúncios	74
Repetições	162

O jornal *O Diabinho* – que se intitulava “órgão Democrata e Crítico” – fundado em 1883, passou a recusar anúncios de escravos fugidos a partir de 1884. Após a Abolição, já em 19 de maio, o editorial deste jornal criticou o *A Província de Minas* pelo “número expressivo” de anúncios de escravos que este estampava em suas páginas. A crítica tinha por objetivo desqualificar os conservadores que se apresentaram como abolicionistas, somente, após 13 de maio de 1888. Depreciando a atitude do jornal conservador, quanto à “celebração” da abolição, o redator de *O*

¹⁰³ *A Província de Minas*, 03 de junho de 1886, número 341, p. 3.

Diabinho afirmou:

“...antecederão-nos os colegas escravistas: *Província de Minas e União*. Eles que ainda hontem empunhavam o azorrague escravista são hoje abolicionistas confessos. Aquelle manteve sempre o annuncio de escravo fugido a tantos por linha... Está quando a gente esmorece de aturar esta vida e de lutar por ella; pois tanto vence quem açula o inimigo como quem o combate! Em todo o caso lá vai o nosso rojão: SALVE! BRASIL! LIVRE!”¹⁰⁴

Quanto ao jornal *Liberal Mineiro*, não tivemos contato com os números anteriores a 1885. Neste ano, nenhum anúncio de evasão de cativos foi anunciado, mas, no ano de 1886, encontramos uma referência à prisão de um cativo, o qual encontrava-se na cadeia da cidade de Sete Lagoas havia mais de dois meses. Deparamos-nos, no entanto, nesse mesmo ano, com a seguinte notícia: “O *Liberal mineiro* mais uma vez declara ao publico que não aceita annuncios de escravizados fugidos,” denotando que esse periódico se recusava, em números anteriores, a publicá-los, apesar de não encontrarmos tal referência. Esta decisão era considerada em prol da extinção da escravatura, nesse sentido, classificamos o *Liberal Mineiro* e o *Diabinho* como órgãos antiescravistas.

Os jornais, apesar de manterem vínculos com partidos e/ou grupos políticos ligados ao governo da situação, nem sempre podiam contar com esta fonte de recursos, sobretudo aqueles de oposição. Admitir que os periódicos se recusassem a publicar anúncios de fuga a despeito da sua posição partidária, acaba por negar as dificuldades de manter um jornal em circulação naquele período, uma vez que esse tipo de anúncio era uma forma de mantê-lo. Nesse sentido, os anúncios de escravos foragidos eram veiculados por todos os jornais, independentemente da posição política do grupo responsável por sua direção, com exceção dos últimos anos da escravidão que alguns periódicos se recusaram a publicar tais relatos.

¹⁰⁴ *O Diabinho*, 19 de maio de 1888, número 2, p. 1.

Os periódicos sobreditos apresentam-se explicitamente, como difusores de idéias, veículos de comunicação, promotores de embates políticos, veiculadores de anúncios de compra, venda e fugas dos escravos, além de anúncios de produtos de beleza, espetáculos, dentre outros. Na descrição do fugitivo, o anúncio nos fornece elementos que possibilitam captar vestígios do cotidiano dos escravos e ainda compreender a função do relato de escravo prófugo como arrimo da ordem na sociedade escravocrata. Devemos ratificar, no entanto, que tais fontes foram produzidas pelas mãos brancas, por isso não devemos ansiar por declarações explícitas sobre o dia-a-dia dos cativos, mas sim captar sinais, aparentemente irrisórios, para conhecer o universo que o circunda. Para além dessas características, apontamos a volumosa massa de dados presentes nos periódicos, tornando propício rediscutir em bases novas o processo de inserção do escravo às custas de atos, à primeira vista, isolados.

De acordo com uma tabela elaborada (ver anexo I), observamos que alguns senhores denunciavam a fuga do cativo em vários jornais de Ouro Preto, para que assim o anúncio da evasão tivesse uma maior abrangência na província, alargando o campo de possibilidades para captura do foragido. O proprietário Fernando A. Pereira Lima notificou a fuga do seu escravo Firmino no jornal *A Actualidade*, com a seguinte descrição:

Fugio da cidade de S. João d'El –Rey (Minas Geraes) há 7 annos, pouco mais ou menos, um escravo, de nome Firmino, crioulo, idade 29 para 30 annos, baixo, reforçado de corpo, barba a cavanhaque, e falhada dos lados, bons dentes na frente, fallante; *tem o officio de pedreiro, e entende de animaes, como ferrar, arrear, com bastante pratica de viajar. Elle é muito esperto. A primeira vez foi preso nas immediações da estrada de ferro no Juiz de Fora, trabalhando como forro. Troca o nome proprio por outro. Consta com certeza que ha um anno estivera na cidade de Ubá, escapando de ser preso e fugindo logo para S. João Nepomuceno. Traz em seu poder um papel, sem ser assignado pelo seu senhor, servindo talvez de passaporte falso* illudir as autoridades. S. João Nepomuceno, Fernando Augusto Pereira

Lima.¹⁰⁵

Ao compararmos o anúncio sobredito com o publicado em 1874, pelo jornal *Diário de Minas*, notamos que alguns elementos foram adicionados, como, por exemplo, as habilidades profissionais de Firmino, o fato de ser “muito esperto”, além de reter um passaporte falso, o que certamente lhe favoreceu no sentido de conseguir empregar-se nas estradas de ferro de Juiz de Fora. É provável que, entre as datas das publicações (1874 e 1880), o senhor tenha recebido alguma informação sobre o paradeiro do seu escravo, permitindo-lhe melhorar a descrição do foragido em outro relato. Em muitos anúncios notamos que o senhor tinha alguma idéia do paradeiro do fugitivo, assim reformulava o anúncio no intento de facilitar a captura da sua propriedade.

Os periódicos editados em Ouro Preto, possivelmente, atingiam os pontos mais distantes de Minas Gerais e, até mesmo, cidades de outras províncias, se comparado com os periódicos de caráter localizado. Nesse sentido, senhores de outras regiões e províncias, neles noticiavam a fuga do seu cativo. Esse foi o caso de Sabino Alexandrino Pinheiro, que comunicou a fuga do seu escravo João, de “30 annos, creoulo fula, grosso, bem alto, da freguesia do Calháo”.¹⁰⁶ Fugitivo do Norte de Minas, João, assim como tantos, teve as suas características veiculadas nos jornais da região mineradora. Além disso, não são raros os anúncios que notificavam a fuga de cativos oriundos de outras províncias como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Espírito Santo. As fugas de outras províncias, acreditamos, estão relacionadas com o tráfico interno de escravos, são os “filhos da Bahia”, “filhos de São Paulo”, “filhos do Ceará”, que se aventuravam na fuga para encontrar esposas, filhos, mães que

¹⁰⁵ *Diário de Minas*, 29 de dezembro de 1874, n. 390, p. 4; e *A Actualidade*, 17 de fevereiro de 1880, n. 19, p. 4. Grifos nossos. A parte grifada corresponde aos dados acrescentados no anúncio de 1880.

¹⁰⁶ *Diário de Minas*, 03 de julho de 1874, n. 280, p. 4. Atualmente, Araçuaí, localizada no nordeste de Minas Gerais.

havia deixado na província de origem. O proprietário L. de Mello Brandão, morador em Sant'Anna do Deserto, Juiz de Fora, teve um desfalque na sua produção, em 1875, pela evasão dos seus escravos Domingos “filho do Rio de Janeiro”, Vicente e Raymundo “filhos do Ceará”, além de Marciano “filho da Bahia”. A notícia das evasões foi publicada vinte dias depois, demonstrando os possíveis caminhos seguidos e a seguir. Foram conduzidos por um ‘cabra, alto, magro, olhos grandes, com signaes de pega n’uma perna’, e propriedade do Sr. Marcellino de Britto.¹⁰⁷

Os escravos comercializados via tráfico interno, mormente, fugiam e tomavam a direção de familiares e/ou antigos senhores. O escravo João que, sendo vendido a Antonio Augusto da Silva Ramos, fugiu da Caieira para os “lados da Capelinha de Minas Novas, d’onde veio” trazido por Pedro Gomes Lisbôa.¹⁰⁸ Já Raymundo que era natural do Rio Grande no Norte e Thiago, natural de Pernambuco, foram comprados no Rio de Janeiro, e ao evadirem tomaram a direção do Norte de Minas, seguindo por “Curvello, Diamantina, Montes Claros, Rio Pardo ou Januária”,¹⁰⁹ possivelmente, em direção aos familiares. Esse anúncio foi publicado treze vezes no *Diário de Minas*.

Ao destacar as repetições dos anúncios, almejamos demonstrar a insistência dos senhores em encontrar a sua propriedade num período posterior à abolição do tráfico. Mas, além de tudo, perceber a dificuldades que esses senhores encontram para capturar um escravo foragido no final do século XIX. Em termos gerais, registramos pouco mais de trezentos e cinquenta fugitivos e, para nossa surpresa, 2418 (dois mil quatrocentos e dezoito) repetições dos relatos. Esses números nos levaram a alguns questionamentos relativos ao universo dos fugitivos e que serão apresentados e, na medida do possível, sanados no decorrer do presente trabalho. A

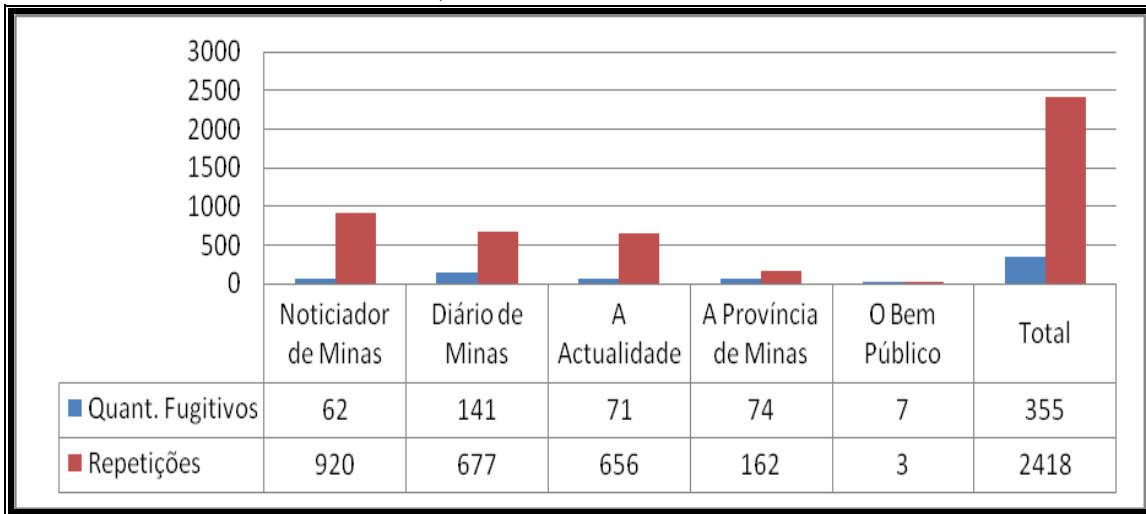
¹⁰⁷ *Diário de Minas*, 22 de março de 1875, número 426, p.4

¹⁰⁸ *Noticiador de Minas*, 27 de julho de 1872, número 468, p. 4

¹⁰⁹ *Diário de Minas*, 06 de abril de 1876, número 615, p. 4.

tabela seguinte sintetiza os valores apresentados.

Quadro 5
Quantidade de fugitivos e as repetições nos
anúncios, Minas Gerais 1871 – 1888.



2.2 - Motivações das fugas:

“- Sinhá, olhe como está esta perna; esta toda ferida. Ferro pesa muito, fale com sinhô para tirar.”

E mostrava o tornozelo ulcerado pela pega, fétido, envolto em trapos muito sujos.

- Mas, que fez você para estar sofrendo isto?

- Pecado, sinhá; fugi.

- Era maltratado, estava com medo de apanhar?

- Nada sinhá: negro é mesmo bicho ruim, às vezes perde a cabeça.

- Se você me promete não fugir mais, eu vou pedir ao coronel que mande tirar o ferro.

- Promete, sinhá: negro promete, palavra de Deus! Deixa estar. S. Benedito há de dar a sinhá um marido bonito como sinhá mesmo.

E deu uma grande risada alvar.”

Júlio Ribeiro.

Assim como o cativo do coronel Barbosa - do romance *A carne*¹¹⁰ - fugir dos castigos, das más condições de alimentação e vestimentas foram causas freqüentes das evasões. Bastava uma brecha dos feitores, senhores e dos próprios escravos que os empenhados na fuga não demoravam a desaparecer, mesmo com a promessa de que nunca mais fugiriam. Se apanhados seriam castigados para que servissem de exemplo aos demais cativos, como aconteceu com o fugitivo na obra de Júlio

¹¹⁰ RIBEIRO, Júlio. *A carne*. São Paulo: Editora Tres, 1979.

Ribeiro.

Por muito, considerou-se na historiografia que as fugas estariam destinadas aos grandes quilombos e que objetivavam estabelecer laços africanos e (re)criar uma nova África no Brasil. No entanto, à luz de debates atuais, começou-se a questionar as motivações da fuga, ou seja, se os escravos realmente objetivavam criar uma nova África, se buscavam viver fora do cativeiro por toda vida e mesmo se essas fugas eram ocasionais, melhor dizendo, se ocorriam nos finais de semana para usufruir dias de liberdade.

Pioneiro, nesse sentido, foi o trabalho de Debien, o qual faz uma distinção de dois tipos de fugas: a *grand marronage* e a *petit marronage*¹¹¹. Esta última, caracteriza-se pelas fugas de curta duração em que o cativo almejava retornar ao cativeiro depois de um tempo foragido. A tendência em considerar esse tipo de evasão é um tema ainda pouco explorado pela historiografia, contudo, já na década de 1980, Ademir Gebara chama a atenção para essa válvula de escape.

Como ressalta Gebara o curto espaço de tempo em que alguns cativos ficavam fugidos significa que os mesmos, ao empreender a evasão, não objetivavam viver fora do cativeiro, mas sim usufruir de pequenas frestas de liberdade, pois retornariam em seguida. Eram escapadelas efêmeras. Esse autor considera que, nesses casos, era com a aquiescência do senhor que o cativo se aventurava para tal empreendimento. Nos casos analisados relativo à Campinas, Gebara assinala que as evasões de curta duração foram mais expressivas que as de longa duração. Para tanto, analisou o período que o senhor demorava a denunciar a evasão num periódico e as medidas tomadas antes de noticiá-la. Entende que a percepção da duração de uma

¹¹¹ DEBIEN, Gabriel (1979). "Marronage in the French Caribben." In: PRICE, Richard. *Marron societies: rebel slave communities in the Americas. Baltimore and London*, The Johns Hopking University Press, p. 104.

fuga é possível a partir do momento que a mesma deixa de ser veiculada.¹¹²

Quanto a *grand marronage*, a produção histórica explorou de forma satisfatória, fosse destinado às matas, aos quilombos e mesmo para viverem marginalizados, cometendo roubos, assaltos e assassinatos. Segundo Amantino, o enfoque da produção historiográfica sobre esse tipo de fuga - que tinham o objetivo premeditado de não mais voltar ao cativeiro -, pode ter uma relação direta com o olhar seletivo da documentação, uma vez que, entre outros motivos, era a mais perigosa para o sistema e, conseqüentemente, comprometia os lucros dos proprietários. Para o período em foco, nos centraremos nas fugas de longa duração em que o cativo conseguia viver por longo tempo fora do cativeiro buscando construir uma nova vida, misturando-se à massa livre das áreas rurais e nos pequenos e grandes centros urbanos no final do século XIX. Assim como Gebara entendemos que a partir de um exame das datas da fuga e o momento que a mesma deixou de ser veiculada, podemos classificá-las como de curta ou longa duração. Percebemos no corpo documental analisado, que muitas fugas foram, detidamente, voltadas para fora, ou seja, para o espaço urbano onde poderiam oferecer seus serviços e sobreviver com os ganhos dele proveniente, sem precisar retornar à propriedade do seu senhor.

Um quesito motivador das fugas foram os laços familiares quebrados. Percebemos que os cativos foragidos, em sua maioria, eram solteiros e ínfimos foram os casos em que cativos(as) acompanhados de esposos(as) e filhos fugiram. Das cativas que evadiram, mencionadas na documentação, constatamos que apenas uma fugiu carregando prole. Foi o caso da escrava Raymunda, a qual levou seu filho João de 2 anos. Esse caso também repetiu-se com o cativo Gil “jogador de busio” que

¹¹² GEBARA, Ademir. Escravos: Fugas e Fugas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, 1986, p. 93.

escapuliu do seu proprietário José Maximiano Pereira levando sua filha e já estava desaparecido a quase um ano.

Os números confirmam que, nos últimos decênios do século XIX, assim como estudos sobre décadas anteriores, os escravos fugiam mais que as escravas. Quanto aos escravos casados foragidos, pudemos constatar casos irrisórios. Na maior parte das denúncias, observamos que as fugas diretamente relacionadas às famílias, foram dos cativos que mediante venda e tráfico interno se viram longe dos seus familiares. Assim, os mesmos fugiam em direção destes e dificilmente com eles. Isso não exprime, no entanto, que os cativos não fugissem com seus entes e mesmo que as escravas não fugissem com seus filhos, não obstante, as parcas referências.

Num trabalho denominado “Uma escrava que fugiu e consta que já tem dous filhos”: fugas e família entre os escravos na Bahia,¹¹³ Isabel Cristina Ferreira dos Reis nos fornece dados significativos sobre o desejo de liberdade e de vida familiar do escravizado na Bahia, do século XIX. Dentre os casos analisados, recorremos ao episódio que envolveu o crioulo, liberto, Marcello e uma escrava de Henrique Duarte, posta à venda. No intento de viver em família e impedir a negociação, o casal planejou envenenar o proprietário da cativa. Porém, suas pretensões foram descobertas e o casal teve que fugir por temer represália. No encaço dos mesmos, a mando da polícia, um capitão-do-mato os encontrou numa cidade vizinha e os apreendeu. Esse episódio acena para os possíveis planos traçados pelos escravos e seus companheiros para permanecerem em família, mesmo que esses planos tivessem que acabar tragicamente como a captura do casal supracitado.

De caráter emblemático recorremos a um conto machadiano escrito, provavelmente, nas primeiras décadas do século XX. Ao perscrutar o cotidiano da

¹¹³ REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. “Uma escrava que fugiu e consta que já tem dous filhos”: fugas e família entre os escravos na Bahia. *Afro-Ásia*, 23 (1999), 27-46

sociedade escravista, Machado de Assis em “Pai contra Mãe”,¹¹⁴ descreve o episódio de uma negra escrava que empreendeu a evasão para viver fora do cativeiro com seu filho que estava por nascer. Numa sociedade em que a paisagem social era repleta de negros arrastando correntes aos pés, outros ferros aos pescoços e ainda a máscara de folha-de-flandres - “a máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só tres buracos, dous para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado.” – Machado, narra a saga de uma escrava grávida e fugitiva que tentou se esconder de homens que visavam recompensas pela sua captura nas ruas e becos do Rio de Janeiro. Concomitante a essa saga, o autor descreve a pobreza de homens livres e pobres, como Cândido Neves - em família, Candinho - que se arriscava ao delatar, procurar e apreender escravos foragidos como forma de adquirir recompensas.

Na tentativa de capturar algum escravo para arrecadar fundos para sua incipiente família, Candinho se viu impelido a ficar no encalço de algum fugitivo. E (in)felizmente capturou a escrava Arminda que alegando estar grávida e prometendo servi-lo, implorava que a soltasse. Mas tudo em vão. Fora apreendida, e por conseguinte, abortara o filho em casa de seu senhor. E a recompensa prometida de cem mil réis pela captura foi paga.

O episódio acima narrado, acena para as diversificadas maneiras que os escravos e escravas encontraram para tentar viver em família. Fugir foi seu princípio básico. Sob esse prisma, a família funcionava mais como abalo do que arrimo da sociedade escravocrata. Coadunando-se a essa idéia, deparamo-nos, na documentação, com escravos que se arriscaram a sofrer castigos para encontrar seus familiares ou fugiram em direção a estes na certeza que seriam acoitados.

¹¹⁴ ASSIS, Machado de. “Pai contra mãe”. In: _____ *Relíquias de Casa Velha*. Rio de Janeiro: Ed. Garnier, 1990, pp. 17-27.

Outro ponto merecedor de destaque foram as possíveis quebras de contrato por parte do senhor. Essa perspectiva permeia o trabalho de João José Reis e Eduardo Silva, os quais argumentam que, quando a negociação falhava, abriam-se os caminhos da ruptura. E a fuga era o primeiro passo. Na documentação consultada podemos observar casos que comprovam tal assertiva, a saber:

“Acha-se fugido, desde 13 de Novembro de 1877, o escravo José, de nação, cor preta, estatura mais que regular, bons dentes, pouca barba, costuma trazer bigodes e barba no queixo tem um dos dedos grandes de um dos pés com falta de metade da unha, proveniente de um golpe de machado, entende de alguma cousa do officio de carpinteiro, trabalha bem em obras de taquaras, expressa-se bem e parece ser crioulo, em consequencia de ter vindo para o Brasil de tenra idade; este escravo pertenceo a Manoel Pereira de Barros, morador no municipio da cidade de Valença, província do Rio de Janeiro, e hoje pertence ao abaixo assignado: este escravo, tratando de obter liberdade por meio de um pequeno peculio, e não apresentando a quantia pela qual foi arbitrado, desapareceu do poder do depositario, desconfia-se que se intitule liberto e que se ache na provincia do Rio ou Minas, acoutado com recommendações de alguém que o proteja [...] Cidade do Rio Preto, 9 de setembo de 1878. João Evangelista de Souza França”.¹¹⁵

José, de nação, porém “parece ser crioulo”, conforme a descrição do anunciante apresentou um pequeno pecúlio no intento de adquirir sua carta de liberdade. Todavia, como anunciado, o valor apresentado era inferior ao acordado com seu senhor o que fez com que o mesmo se recusasse a vendê-lo. Tendo em vista esta situação, José empreendeu a fuga “acoutado com recommendações de alguém que o proteja”. Perante essa circunstância, o escravo que “entende alguma cousa do officio de carpinteiro, trabalha em obras de taquaras” e se expressa bem, fugiu e estava desaparecido há quase um ano. Podemos elucidar alguns questionamentos: a fuga do cativo justifica-se pela não apresentação do valor arbitrado pelo senhor ou este descumpriu um trato estabelecido com o cativo José? Porque o proprietário venderia um escravo com tantos atributos? Se o escravo não tinha o valor acordado então porque não fugiu antes, uma vez que contava com o apoio de acoitadores? Essa

¹¹⁵ *Actualidade*, 18 de setembro de 1878, num. 87, p. 4.

fuga pode ser justificada por uma quebra de contrato? Se o senhor se acha no seu direito, então porque noticiou a evasão do cativo, somente, um ano depois? Algumas questões são inevitáveis, mas o episódio narrado, aponta para uma violação de contrato entre senhor e escravo, já que este, vendo a possibilidade de compra da liberdade esgotar-se, empreende a evasão contando com laços de solidariedade.

A morte do proprietário, também, era motivador de evasão. Nesse sentido, recorreremos a um auto de pergunta, feito pela polícia de Santa Luzia, ao cativo de nome Manoel Gonçalo preso na cadeia da mencionada cidade. Indagado sobre seu nome, idade, filiação, naturalidade, estado, profissão, residência e se sabe ler e escrever

Respondeu chamar-se Manoel Gonçalo, com sessenta e sete annos e eu tendo sua mãe Vicencia, vindo da Costa d'afrika deu-lhe a lus no oceano, lavrador, solteiro, residente na fazenda denominada (S)ecretado, a cinco legoas distante da cidade da Parahiba do Sul, e que não saber ler nem escrever.

E ainda: perguntado se é homem livre ou escravo

Respondeu que não sabe, porque fallecido seu senhor Luiz Rodrigues Caldas proprietário da referida fazenda, deixou a todos os seus escravos forros, com o ônus porem de trabalharem quatro annos na mesma fazenda, para com este produto, sua mulher Dona Ermelinda da CostaCabral pagar o que ele ficou devendo a seu vizinho Antonio Pereira Gonçalves.

Não tendo certeza do seu possível destino, após a morte do seu senhor, Manoel empreendeu a fuga da fazenda Secretado, próxima à Parahiba do Sul e foi apreendido em Santa Luzia onde aguardou a sentença. Além dos motivos que impulsionaram o cativo a fugir, não podemos perder de vista a mobilidade vivenciada por esse escravo. Inferimos que, assim como Manoel Gonçalo, muitos outros escravos, após a morte dos seus senhores, se aventuraram na fuga na esperança de viverem como libertos o que, também, pode ser constatado nos relatos de escravos fugidos. Infelizmente, não deparamo-nos, na documentação seguinte,

com o destino do cativo sentenciado pela polícia em Santa Luzia.

Conforme elucidou Silvia Hunold Lara, o momento de venda, do afastamento do domínio direto do senhor ou mesmo da sua morte, constituíam-se em pontos críticos da relação senhor/escravo, o que causava reformulações de tratos relativos à alimentação, trabalho ou alforria e para as fugas escravas.¹¹⁶ Motivos não faltaram para os cativos empreenderem a evasão. Trabalhos excessivos, assassinato de senhores, feitores e outros escravos, medo de castigos, saudade de familiares, dentre os fatores já mencionados, foram fundamentais para o cativo aventurar-se. Porém, além desses pontos, trabalhamos na perspectiva que muitos cativos sistematizavam suas fugas por visualizar brechas na sociedade escravocrata. Mesmo destinado a ficar afugentado de ávidos caçadores de recompensas, os cativos se dissolveriam no anonimato da massa livre e liberta. Era exequível viver fora do cativo oferecendo seus préstimos, uma vez que os cativos exerciam atividades demandadas pelo mercado, a saber: carpinteiros, pedreiros, rebocadores, pintores, alfaiates, dentre outros, além do substancial apoio dos acoitadores, ora ajudando-os, e ora tirando proveito da situação.

2.3 – Fugas na Lei.

Depois do comércio, a maior preocupação da legislação metropolitana centrou-se nas fugas escravas.¹¹⁷ Nas ordenações portuguesas há títulos específicos sobre as penas a serem aplicadas àqueles que ocultavam os escravos foragidos, bem como as medidas a serem tomadas contra quem por ventura os colocassem a salvo. Desde muito cedo, acoitar escravos foragidos foi uma prática criminosa, todavia, o ato de fugir não constituía como uma ação delituosa nas ordenações.

¹¹⁶ LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750 – 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 p.285

¹¹⁷ LARA, Silvia Hunold. *Op. cit.*, 1988 p. 37.

Nos termos das *Ordenações Filipinas* a punição a ser aplicada aos que ocultavam escravos fugidos passou pelo prisma de pagamento equivalente ao tempo em que o cativo ficou acoitado e apreensão do acoitador. As *ordenações* foram categóricas ao enfatizar que não permitiriam acoitamentos de escravos, seja, “para os porem em salvo, e saírem de nossos Reinos, nem lhes mostram os caminhos, por onde se vão, e se possão ir, nem outrosi dêem azo, nem consentimento aos ditos scravos fugirem, nem os encubirão”.¹¹⁸ Essas medidas, no entanto, não inibiram livres, libertos e escravos de homiziar cativos em fuga, seja para ajudá-los ou mesmo para tirar proveito da circunstância.

Nessa investigação percebemos que raramente as leis se referiam ao escravo foragido. No entanto, numerosos foram os requerimentos da sociedade escravista pedindo medidas do Estado, no sentido de precaver as fugas que se alastravam nessa parte do Império. Em carta enviada aos oficiais da Câmara da cidade de Vila Rica, nos primeiros anos do século XIX, Lucas Antonio Monteiro de Barros e Pedro Afonso Galvão de São Marinho condenam os constantes insultos perpetrados

“todos os dias pelos negros fugidos e quilombolas que nas vizinhanças desta Villa assaltão os tropeiros e viadantes , alargando a sua ousadia a virem mesmo ao interior della cometer roubos, e atrocidades, e devendo-se tomar as medidas mais adequadas, afim de se precaverem semelhantes attentados, e procurar-se a tranqüilidade publica”.¹¹⁹

Pedem medidas urgentes para diferenciar os “quilombolas e negros fugidos” dos escravos empregados pelas ruas públicas, destarte, propõe uso de bilhetes por parte destes contendo nome, sinais e nação, caso contrário, seriam recolhidos à cadeia e castigados com cem açoites. Essas medidas, tomadas nos primeiros anos do século XIX, refletiram como formas de conter o avanço das fugas na província

¹¹⁸ *Ordenações Filipinas*. Livro V. Título LXIII.

¹¹⁹ Carta de Lucas Antonio Monteiro de Barros e Pedro Afonso Galvão de São Marinho aos oficiais da Camara de Vila Rica sobre a diferenciação entre escravos, negros e quilombolas. Vila Rica, 05 de outubro de 1809. Arquivo Público Mineiro, Notação CC. Cx.161, Rolo 549.

mineira e pressionaram as autoridades a tomar medidas que prevenissem tais desregramentos, o que parece ter surtido efeito. Em 1831 a Câmara Municipal da Imperial cidade de Ouro Preto em aditamento às posturas municipais, resolve:

É proibido a todo escravo de um e outro sexo Africano ou crioulo sair desta cidade, ou das povoações, fazendas e casas do termo dela sem levar consigo uma cédula de seu senhor, administrador, ou feitor, em que declara seu nome, naturalidade, sinais, o lugar para onde vai, e o tempo que se lhe concede.

E ainda:

O escravo que for achado fora do lugar do seu emprego sem a cédula do artigo antecedente, e não declarar quem seja seu senhor ou este não for conhecido pelos apreensores será remetido ao juiz criminal pelo juiz de paz do distrito, e este publicará por editais ou pela imprensa o nome e sinais do apreendido para que possa ser procurado.¹²⁰

O uso do bilhete de identificação tornou-se parte de uma postura municipal em 1831, facilitando a identificação dos escravos que empreendessem a fuga. Prevenções às evasões foram tomadas no decorrer do século XIX, no entanto, nenhuma, explicitamente, se refere ao escravo fugido. Eram iniciativas que visavam: controlar a mobilidade dos escravos, garantir a propriedade dos senhores, perseguir quilombos e, como no requerimento apresentado acima, prevenir insultos e roubos perpetrados pelos quilombolas e escravos fugidos na Imperial cidade de Ouro Preto. Ratificamos as dificuldades em se encontrar tais referências, pois, de todos os anos pesquisados anterior ao estudado, ínfimas foram as posturas concernentes ao universo dos fugitivos. Deparamo-nos nas posturas municipais com as penas a serem aplicadas àqueles que acoitavam escravo, mas dificilmente encontramos documentos que tratassem especificamente da fuga, o que acreditamos ser indício da ausência do Estado nas relações senhor/escravo, que não ultrapassavam o âmbito da casa grande. Era cada um “cuidando de si e dos seus”.¹²¹

¹²⁰ Arquivo Público Mineiro, CMOP 3/2 - Posturas municipais, cx., 2, 1831, fls. 16.

¹²¹ LARA, Silvia Hunold. “Do singular ao plural: palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos.” In: REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*.

Para Sílvia Hunold Lara foi Palmares o episódio que causou maior impacto na política de controle da movimentação dos escravos. Mudanças significativas se espalharam secularmente e marcaram o comportamento dos senhores sobre seus cativos. Mecanismos burocráticos de captura aos escravos fugidos foram criados no intuito de ressarcir os custos aos proprietários “vítimas” das evasões. Surgiram corpos auxiliares, cargos de capitão-do-mato,¹²² guardas de quarteirão, dentre outros meios, para evitar as transgressões dos fugitivos. Dentre esses auxílios, o propriamente destinado a perseguir os escravos foi o cargo de capitão-do-mato. Para exercer tal tarefa, o indivíduo necessitava de uma patente, todavia, homens pobres sem a necessária autorização a exerciam, como Candinho da obra de Machado de Assis. Todos esses mecanismos, no entanto, segundo Sílvia Hunold Lara, não nos deve levar à conclusão de uma prática repressiva eficiente.¹²³ Pelo contrário. As fugas foram inerentes à instituição escravista e persistiram até a abolição.

O primeiro código criminal do Império brasileiro datado de 1830 nos fornece alguns dados referentes ao elemento servil, apesar da sua rara menção. Passo considerável, uma vez que, apesar de circulares distribuídas pela província, as leis se desvencilharam do problema da evasão, talvez porque os problemas internos à fazenda fossem ali mesmo solucionados, cabendo ao Estado interferir, mormente, para garantir a propriedade do senhor.

No que concerne à violência da escravidão percebemos, no primeiro código imperial, que as autoridades consideravam como “crimes justificáveis” aqueles que tinham certeza do mal que se propunha evitar; falta absoluta de outro meio menos

São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 85.

¹²² Sobre uma patente de capitão-do-mato concedida a Santo Antonio para que auxiliasse na busca dos fugitivos, ver: MOTT, Luiz. “Santo Antonio, o divino capitão-do-mato”. In: REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹²³ LARA, Sílvia Hunold. *Op. cit.*, p.304.

prejudicial e probabilidade da eficácia do que se empregou. Nesses quesitos se enquadravam a defesa da própria pessoa, da família, de um terceiro e da propriedade escrava. Os castigos, desde que moderados, poderiam ser aplicados aos cativos sem que o senhor precisasse responder por isso.¹²⁴ Castigá-los severamente era algo condenado pelos órgãos competentes, no entanto, a prática de fugir justificaria castigos mais sobrecarregados na certeza que se propunha atalhar tal mal e serviria de exemplo para os demais. Muitos cativos percebendo os desmandos de senhores e, principalmente, seus intermediadores, os feitores, recorriam às autoridades no sentido de justificar seus crimes e pedir proteção. O código criminal deixou brechas visualizadas pelos cativos?

Deparamo-nos com diversos casos dessa natureza. No ano de 1871, no termo de Mar d’Hespanha, apresentaram-se ao delegado de polícia diversos escravos fugidos, da fazenda do Barão de Pitangui, alegando que queriam ser vendidos, devido aos maus tratos efetuados pelo feitor e o referido Barão.¹²⁵ Outro caso foi dos escravos Luiz e Miguel, os quais assassinaram o senhor Antonio Augusto de Almeida e um feitor no distrito de Leopoldina em 1878 e, reunidos com mais 22 escravos, direcionaram-se à cidade, armados com cacetes, e entregaram-se à prisão.¹²⁶ O fato de entregar-se às autoridades e confessar o crime, acena para uma possível proteção ou que seguiria um inquérito para comprovar excessos por parte dos assassinados. Cabe ressaltar que essa foi uma prática corriqueira nos anos precedentes à abolição da escravidão, além de apontar para frestas nas leis que regiam a província.

No primeiro código criminal do Brasil, mais uma vez os acoitadores e/ou

¹²⁴ *Código Criminal do Império*. Título I, capítulo II, art., 14 §6º.

¹²⁵ Relatório que a Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou no acto da abertura da sessão ordinária de 1871, o vice-presidente Francisco Leite da Costa Belem. Ouro Preto. Typ. de J. F. de Paula Castro, 1871, p.32.

¹²⁶ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, na abertura da 2º sessão da 22º legislatura, a 15 de outubro de 1879, pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Manoel José Gomes Rebello Horta. Presidente da mesma Província. Ouro Preto. Tipografia da Actualidade, 1879, p. 16.

incitadores foram advertidos pelas autoridades. Tais indivíduos, ao fornecerem aos escravos armas, munições, ou outros meios para rebelarem-se, incorriam ao crime de insurreição e as penas iam de prisão com trabalho de no mínimo oito anos e no máximo de vinte anos.¹²⁷ No corpo documental analisado, notamos numerosas denúncias que os cativos fugiam armados, justificando a preocupação do governo Imperial no sentido de manter a ordem na província e punir os que incitavam os escravos fornecendo-lhes armas ilícitas. E mais uma vez os perseguidos foram os que ocultavam escravos e não exatamente o escravo foragido.

Sem alusão explícita aos escravos fugidos, a Lei do Ventre Livre foi um incentivo a mais para os escravos inconformados com sua condição. De uma forma indireta, a Lei de 28 de setembro de 1871, acreditamos, incidiu no comportamento dos escravizados. Tendo como princípio básico, libertar os filhos de mulheres escravas a partir de sua sanção, a lei, também garantiu aos escravos o direito de comprar a sua liberdade a partir do momento que arrecadassem pecúlio para esse fim. Criou, também, o fundo de emancipação obrigando as autoridades a matricular e classificar os cativos, segundo nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, quando conhecida.¹²⁸ Para muitos, a lei de 28 de setembro simbolizou nada mais que uma continuidade da existência de escravos, uma vez que os mesmos ficavam endividados.¹²⁹ Outros a interpretam como um componente para a organização do trabalho livre no Brasil no momento de transição para o capitalismo.¹³⁰ De acordo com Gebara, é a partir desse momento que a escravidão começou a ser legalmente extinta no Brasil o que, para ele, evidencia as várias

¹²⁷ *Código Criminal do Império*. Título IV, capítulo IV, art., 115.

¹²⁸ Lei do Ventre Livre, 28 de setembro de 1871, art. 8º.

¹²⁹ Ver CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, 1875.

¹³⁰ GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986 p. 33

dimensões da lei.¹³¹ Analisá-la como uma política acabada e de longo prazo, no sentido de organização e disciplina no trabalho, é um equívoco de acordo com outros. Essa interpretação unívoca e totalizante perde de vista as oportunidades abertas aos escravos, que enxergaram possíveis negociações com os senhores e se caso falhasse, bastava apresentar o pecúlio em Juízo e esperar o arbitramento judicial.¹³²

Nessa perspectiva, corroboramos com a hipótese de que os escravos foragidos visualizavam, na lei, chances de conseguir a sua liberdade, tendo em vista que poderiam oferecer os seus préstimos no mercado de trabalho e assim adquirir pecúlio para agenciar a sua libertação. Elucidativo foi o caso do escravo José, mencionado anteriormente (ver pág. 62), que fugiu ao ver sua tentativa de negociar com seu proprietário fracassar e já estava a “mais de ano” foragido.

Tendo em vista o grande fluxo de escravos para a capital da província nos últimos anos da escravidão no Brasil, a câmara de Ouro Preto, através de uma postura municipal em 1886, declara que estava proibida a entrada, no município, de escravos vindos de fora, para nele residir.¹³³ Essa medida pode ser vista como um reflexo das constantes debandadas dos escravos para essa localidade no findar do século. Nas palavras do memorialista Aurélio Pires, que freqüentou o *Liceu Mineiro* no período compreendido nessa pesquisa:

(...) Durante todo o anno de 1888, a velha capital se transformou em asylo de numerosos fugidos, que desertavam as fazendas, em busca da liberdade que lhes era assegurada pelos irmãos brancos, a quem o espectáculo da escravidão se tornara odioso.¹³⁴

Acreditamos que essa debandada iniciou-se em anos anteriores ao

¹³¹ *Ibidem.*

¹³² CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990 p.161.

¹³³ APM, Câmara Municipal de Ouro Preto CMOP 3/2 Cx. 05, 1886, fls. 04

¹³⁴ PIRES, Aurélio. *Homens e factos de meu tempo: 1862 -1937.* São Paulo: 1939, p. 82

mencionado pelo memorialista e abolicionista, já que Luiz Gustavo Santos Cota presenciou um aumento das Ações de Liberdade no pós 1871, comprovando a hipótese de que, com a regularização da Lei do Ventre Livre as possibilidades de liberdade dos cativos ampliaram. Nesse sentido, os escravos direcionavam-se para a capital do Império e recorreram à justiça com mais frequência.¹³⁵ Acrescentamos a essa perspectiva o mercado de trabalho que, também, fora um grande atrativo para os escravos especializados nos últimos decênios do século XIX.

Confundir escravos e libertos pelas ruas de Minas Gerais foi comportamento habitual no findar do século XIX. Num contexto em que os homens de cor eram admitidos como comerciantes, exercendo atividades demandadas pelo mercado, escravos de aluguel, de ganho, não seria difícil um negro fugido encontrar respaldo em uma sociedade escravocrata em fim de regime. Tendo averiguado que a suspeita de ser escravo fugido era pretexto para apreensão, o chefe de polícia Levindo Ferreira Lopes expediu, em 1887, algumas instruções para as autoridades policiais. Tentando prevenir tais enganos, chama a atenção sobre os possíveis erros cometidos em se prender escravos com, simples, suspeita de fugitivos. Desse fato decorria longo tempo apreendido; entrega para quem o reclamasse sem a comprovação de posse, além de que, nem sempre as autoridades procediam corretamente quando um escravo apresentava-se reclamando de excessivos castigos infligidos pelo proprietário. Tendo em vista tais abusos, o chefe de polícia lança as seguintes instruções:

1º A autoridade policial tem o dever de mandar por em custódia o escravo fugido, que pode ser um elemento de perturbação da ordem: mas não pode fazê-lo, sem certeza de sua condição (...)

¹³⁵ COTA, Luiz Gustavo Santos. O Sagrado Direito da Liberdade: Emancipacionismo e Abolicionismo em Ouro Preto e Mariana – Minas Gerais, 1871 – 1888. In: *I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social – LAHES*., 2005, Juiz de Fora – MG. Anais do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social, 2005, p.8.

2º A detenção a requerimento do senhor (Decreto citado art. 4) somente será ordenada à vista do título de propriedade, certidão da matrícula e talão do pagamento da taxa respectiva (...)

3º O escravo detido não será demorado por motivo algum em custódia; a autoridade, verificada a detenção, ordenada imediatamente a intimação do senhor, para o reclamar, marcando-lhe o prazo de cinco a trinta dias, conforme as circunstâncias.

4º Não serão atendidas as reclamações que não forem acompanhadas dos referidos documentos o qualquer outros, para a prova da identidade.

5º Findo o prazo, sem ter havido reclamação, ou não sendo esta atendível, mandará a autoridade policial apresentar o detido à autoridade judiciária, para proceder na forma da lei. (...) ¹³⁶

Somente mediante apresentação de documentos que comprovassem posse, os cativos poderiam ser entregues aos proprietários. O fato de não poder ser detido sem “certeza da sua condição”, abriu caminhos para muitos escravos foragidos que circulavam por Minas Gerais com passaporte falsificado. Essas medidas – além dos itens referentes aos ingênuos, libertos desordeiros, classificação de escravos para emancipação, dentre outros – foram essenciais para reorganizar e delimitar o papel da polícia num contexto em que se vira, constantemente, questionada sobre sua verdadeira função.

Instigante, em anos precedentes, foi o episódio ocorrido na cidade de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, Comarca do Rio das Velhas. João, de nação congo, foi apreendido e colocado na cadeia dessa cidade pelas autoridades policiais em 1839. Ignácio José Pais, “suposto proprietário”, apresenta petição requerendo seu cativo africano alegando ser seu o “escravo em sua identidade o próprio do suplicante.” Tendo em mãos documentos comprobatórios da posse, apresentando testemunhas, dando sinais do foragido e se dispondo a pagar os custos da apreensão,

¹³⁶ Falla que o Exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes. Na segunda sessão da vigesima sexta legislatura em 5 de julho de 1887. Ouro Preto. Typographia de J. F. De Paula Castro, 1887.

Ignácio Pais quase convenceu o Juiz de Paz. No entanto, Valeriano Manço Reys Costa, curador do cativo, provou a condição de livre do mencionado africano, denominando Ignácio José Pais e as falsas testemunhas como “sagazes traficantes do monopólio da carne humana.”

Esse episódio lança luz sobre as possíveis artimanhas de homens - como Ignácio José Pais - que forjaram documentos e compraram testemunhas para adquirir escravos fugidos que se encontravam nas prisões. O falso proprietário foi desmascarado, mas João de nação congo usufruiu sua condição de liberto por pouco tempo, pois faleceu na Santa Casa de Misericórdia quatro meses depois de ser declarado João Congo africano liberto.¹³⁷

Dentre os mecanismos adotados no sentido de prevenir as fugas, o olhar da sociedade foi o mais eficiente. Mesmo contando com o apoio de acoitadores, os fugitivos viram-se constantemente vigiados por homens temerosos de que as fugas se alastrassem nessa parte do Império. Nesse sentido, foram expressivos os requerimentos cujos intuitos eram proteger provincianos e proprietários dos desmandos de cativos fora da lei, além de restringir sua mobilidade.

Segundo Eduardo Silva e João José Reis os nem sempre competentes, ou mesmo laboriosos capitães-do-mato foram mais eficientes que a própria sociedade na vigilância dos escravos fugidos, a qual com sua forma de ser e de estar, sua percepção da realidade, seus valores, serviu como eficaz meio de controle. Essa vigilância foi denominada pelos autores supracitados como “paradigma ideológico colonial”,¹³⁸ o qual apresentou-se eficiente até a primeira metade do século XIX, no entanto, mostrou falhas no findar do mesmo. Num processo de transição, as

¹³⁷ IBRAN/Casa Borba Gato. Notação: Cartório do Crime (01) 18 Processo Crime: Requerimento de Ignácio José Pais relativo ao escravo João Congo que teve a sua condição de livre ratificada pelo curador Valeriano Manço dos Reys Costa.

¹³⁸ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 66.

motivações para as fugas tiveram outros impulsos e, conseqüentemente, mudou-se a percepção da sociedade sobre a realidade escravocrata.

Essa mesma sociedade era repreendida pelos escravos que encobriam seus companheiros foragidos, como ocorreu em 1875. Pouco distante da cidade de Minas Novas, fazenda do Buraco, os escravos Miguel e José assassinaram a Joaquim Paulista e feriram gravemente a Domingos Gonçalves Caminha, por terem prendido seu parceiro Jerônimo que andava fugido. Esse crime demonstra que os fugitivos contavam com o apoio dos seus companheiros escravos para precaver sua captura, além de ratificar os laços de amizades permanecidos posterior à evasão.¹³⁹ Segundo Gebara, o fato da fuga não ser considerada uma atividade criminosa *stritu senso*, fez crescer a participação de vários setores da sociedade no sentido de instigar e homiziar escravos fugitivos.¹⁴⁰

Perscrutando as formas de repressão às fugas escravas, percebemos que a primeira medida a ser tomada pelo senhor restringia-se à fazenda. Em segundo plano estariam as medidas repressivas da sociedade e em último lugar entrava o papel dos anúncios de jornal oferecendo recompensas pela captura dos fugitivos. No que concerne ao papel desempenhado pela polícia na repressão, notamos que diversas foram as dificuldades enfrentadas pelo corpo militar na província mineira, a começar pela estrutura e a inabilidade dos admitidos para tal exercício.

2.4 – Falhas na repressão: “Diversas causas concorrem para esse mal”

Concomitante ao capitão-do-mato e à sociedade, a polícia em Minas Gerais foi um dos principais órgãos na repressão aos criminosos e perseguição aos escravos

¹³⁹ Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, por ocasião de sua instalação em 9 de setembro de 1875, pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, presidente da província. Ouro Preto, Typ. de J. F. de Paula Castro 1875, p.46.

¹⁴⁰ GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil. Op. cit.*, p.123

fugidos. Disciplina, hierarquização, regras são palavras que adjetivam essa organização. No entanto, tais adjetivos não condizem com os fatos e números que os chefes de polícia apresentaram para os presidentes da província nos últimos decênios do século XIX. É de notar que as falhas no corpo policial são decorrentes de indisciplina, vastidão da província, deficiente força pública, dificuldade de comunicação, uso de armas proibidas pelos criminosos, dentre outros.

Em anos precedentes e nos anos abarcados nessa investigação, pudemos constatar, nos relatórios de Presidente de Província, que o *universo militar* enfrentou variadas dificuldades na sua estruturação. Abuso de poder por parte das praças, conivência dos mesmos na evasão dos criminosos, deficiência na infra-estrutura, foram fatores que concorreram para os desmandos de criminosos e a alta percentagem de evasões das cadeias em Minas Gerais. Segundo, o Major Comandante Antonio Dias dos Santos, as urgências do serviço público, as constantes requisições para condução de presos e outras diligências, comprometeram a disciplina dos indivíduos do corpo, “pois vezes tem acontecido que um ou mais indivíduos no mesmo dia alistados, no mesmo dia são fardados e armados, e sahem para fora da Capital, sem ao menos saberem fazer uso da arma que se lhes entrega”.¹⁴¹

Constantes foram as denúncias de evasões de presos das cadeias de Minas Gerais. De acordo com os chefes de polícia, uma das primeiras medidas para conter as fugas seria a construção de prisões seguras na província. Em 1877 o presidente João Capistrano Bandeira de Melo apresentou uma relação das cadeias em Minas Gerais e de suas condições de segurança. Num primeiro plano aparece a prisão de Ouro Preto “a melhor, mais segura e espaçosa”, em segundo lugar a de São João

¹⁴¹ Relatório com que Exm. Sr. Senador Joaquim Floriano de Godoy no dia 15 de janeiro de 1873, passou a administração da província de Minas Gerais ao 2º vice presidente Exm. Sr. Dr. Francisco Leite da Costa Belem por ocasião de retirar-se para tomar assento na camara vitalícia. Ouro Preto, 1873, p.68.

d'El-Rey “pelas dimensões e solidez de construção”, além da prisão de Campanha, por ser “um edifício arejado e salubre.” Também se destacaram a cadeia de Marianna, apesar da ausência de enfermaria para cuidar dos enfermos, a de Tamanduá e a de Sete Lagoas. Entre aquelas em péssimo estado de conservação se encontravam as prisões de Barbacena, Formiga, Curvello, Uberaba, Baependy, a qual “acha-se em estado de ruína”, Sabará “que não merece o título de prisão”, Queluz, “apesar de dispor de muitos commodos, não tem um só que offereça a precisa segurança” e a que mais surpreendeu o presidente, a de Juiz de Fora, “cidade tão importante”, mas, sua cadeia era “aquelle pardieiro, destituído de todas as condições de uma prisão, a servir de tal”.¹⁴²

Arrombamentos, assalto de presos, convivência de carcereiros, afronta às autoridades, réus acorrentados como único meio de segurança, concomitante às péssimas condições em que se encontravam as cadeias em Minas Gerais e soldados como principais “agentes da insubordinação e desordem” provocaram descrédito sobre o papel da polícia em conter os desregramentos na província. Nesse sentido, qual a função dessa organização na repressão aos escravos fugidos em Minas Gerais? As denúncias de apresamento de cativos e sua posterior evasão são sinais de fragilidade nessa corporação. Tendo em vista tantos contratemplos, o olhar da polícia mostrou-se ineficiente na busca dos escravos fugidos no final do século XIX

Como complemento ao corpo policial, para conter as fugas e outros desmandos na província, criou-se, em Ouro Preto, a Guarda Municipal pelos termos da lei provincial n. 2023 de 1º de dezembro de 1873. Porém, a experiência demonstrou ser impossível arregimentar homens minimamente disciplinados,

¹⁴² Falla que a Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes por ocasião da instalação dos trabalhos da segunda sessão da vigésima primeira legislatura dirigio o Illm. e Exm. Sr. Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello, presidente da mesma provincia em 17 de agosto de 1877. Ouro Preto, typ. de J. F. de Paula Castro, 1877, p.98 passim.

fazendo com que a Guarda Municipal também caísse no descrédito. Como assinalou, em 1875, o presidente Pedro Vicente de Azevedo “os factos continuão a demonstrar de modo solene, que são amargos os fructos e dolorosa a experiênciã do ensaio com que se pretendeo prover a essa necessidade, substituindo o corpo policial, então quase completo à casta de sacrificios, pela guarda municipal creada”.¹⁴³ Em uma corporação com tantas falhas, não nos causou espanto depararmos com um anúncio que delatou o companheirismo de escravos com soldados, como o caso do cativo Marcolino, de 22 anos, que fugiu na companhia de ex-soldado de nome Manoel Alves, vulgo “Passarinho”.¹⁴⁴ Companheirismo entre escravos e soldados apareceu na documentação, principalmente na facilitação de fugas das cadeias.

Cativos fugitivos foram apreendidos na província mineira pela polícia, contudo, também foram várias as denúncias da sua evasão. Pela falta de segurança, muitos criminosos, escravos fugitivos, desertores, galés desapareciam das cadeias afrontando as autoridades “passeando publica e audazmente nas ruas das povoações”.¹⁴⁵

No ano de 1875, o presidente Pedro Vicente de Azevedo publicou a relação dos presos na cadeia de Ouro Preto. Pudemos constatar que as denúncias de apresamento de escravos fugidos foram inferiores ao esperado, uma vez que, conforme a historiografia, as evasões escravas se avolumaram no final do século. O gráfico seguinte bem exemplifica o proposto

¹⁴³ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais, por ocasião de sua instalação em 9 de setembro de 1875, pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, presidente da província. Ouro Preto, Typ. de J. F. de Paula Castro 1875, p.41.

¹⁴⁴ *A Província de Minas*, 05 de junho de 1884, número 209, p. 4

¹⁴⁵ Minas Gerais (Província) presidente (Machado Portella) Relatório...13 abril 1886, p.28.

Gráfico 1
Relação dos presos na cadeia de
Ouro Preto em 1875.



Fonte: Relatório de presidente de província de 1875.

Em 1875, dos 374 presos na cadeia de Ouro Preto, “a mais segura”, apenas 1,3% dos detentos corresponde a escravos fugidos. Se a produção historiográfica ratificou o adensamento das fugas em Minas Gerais no findar do século, os números sobre aprisionamentos dos cativos em Ouro Preto não corroboram com tal proposição. A partir dessa incompatibilidade de historiografia e números dos relatórios, surgem alguns questionamentos. Se as evasões crescerão no final do século XIX qual o motivo das mesmas ficarem encobertas nos relatórios? Estaria o chefe de polícia ocultando as falhas do *universo militar*? Os escravos fugiam menos ou sua captura ficara mais difícil? Várias questões emanam dessa qualidade de fonte. Todavia, esses dados servem como lupa, no sentido de percebermos como o silêncio e as lacunas nas fontes abrem caminhos para novas roupagens da interpretação histórica.

Desde as *Ordenações Filipinas*, passando por decreto e leis que regiam o comportamento escravo, o uso de armas foi uma constante preocupação das autoridades. Porém, valiam-se desse recurso, proprietário de terras que montavam suas próprias milícias escravas, os escravos com seus interesses, e até mesmo, o Estado que “acabou incorporando tal prática, montando tropas de escravos armados

e, também, os convocando entre os proprietários leais ao governo”.¹⁴⁶

Armar cativos foi uma maneira dos senhores alargarem sua influência em termos político, econômico e simbólico. Porém, para os escravos era uma forma de melhorar suas vivências, a partir da constituição de famílias e ampliando, conseqüentemente, suas redes parentais, de amizades e de vida comunitária.¹⁴⁷ Escravos armados era algo que as autoridades temiam e reprimiam, no entanto, segundo Eduardo França Paiva, esse armamento “tinha sido uma situação comum na América portuguesa.”¹⁴⁸

O uso de armas pelos escravos, não necessariamente ligados às milícias como nos séculos antecedentes, causou inquietação na sociedade, também, no final do século XIX. Os relatórios dos presidentes denunciavam as dificuldades em se conter os desmandos devido ao “fatal uso de armas proibidas”, por elementos que deveriam ser reprimidos. Em 1879 um escravinho “muito activo” de nome Manoel fugiu da fazenda da Floresta, Villa de Cataguases, levando para mais de 1:000\$000 de réis. Manoel Fortunado Ribeiro, seu proprietário, adverte que leva armas, possivelmente, “garrucha e revolver”.¹⁴⁹ Da mesma forma agiu Baldoino, que fugiu numa besta “pello de rato, alta, crioula” e levou uma “espingarda aparelhada de metal branco”,¹⁵⁰ João “muito amante de fazer papel de palhaço” que fugiu armado com um rifle com bainha de folha, e talvez uma pistola,¹⁵¹ e Gregório e Aniceto, os quais “fugirão juntos por combinação” carregaram uma “pistola de dous e uma de

¹⁴⁶ PAIVA, Eduardo França. De corpo fechado: o gênero masculino, milícias e trânsito de culturas entre a África dos mandingas e as Minas Gerais da América, no início do século XVIII. In: LIBBY, Douglas Cole. FURTADO, Júnia Ferreira. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p.118.

¹⁴⁷ COSTA, Ana Paula Pereira. Negociações e reciprocidades: interações entre potentados locais e seus escravos armados nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. *Almanack braziliense*. Número 57, novembro de 2008.

¹⁴⁸ PAIVA, Eduardo França. De corpo fechado...*Op. cit.*, p 118.

¹⁴⁹ *A Actualidade*, 23 de agosto de 1879, número 75, p.?

¹⁵⁰ *A Actualidade*, 01 de setembro de 1880, número 85, p. 4.

¹⁵¹ *Diário de Minas*, 09 de setembro de 1873, número 122, p.4

um cano, finas, um revolver pequeno e uma garrucha ordinária”.¹⁵²

Fugir armado foi uma estratégia que os escravos encontraram para defender suas possibilidades de liberdade. Do termo de Juiz de Fora, o escravo Florindo que estava fugido, disparou à queima roupa contra o soldado Antonio Augusto Alves Pereira por este tentar aprisioná-lo.¹⁵³ Na freguesia do Senhor Bom Jesus de Mattosinhos, termo de Sabará, o Juiz de Paz, numa tarde de 1834, foi “chamado violentamente”. Encontrava-se morto João Felipo e, gravemente ferido, Manoel Felipo, filho do falecido. Seguidas as diligências do inquérito comprovou-se que os mesmos foram agredidos por Joaquim Xatto, escravo fugido do Alferes Antonio Barbosa. Na ocasião de ser preso, Joaquim Xatto, que se encontrava na casa de senhorinha Pulqueria, assassinou João Felipo com uma “facada abaixo do peito esquerdo, que tinha de abertura quatro dedos e profundo até penetrar” e feriu Manoel Felipo com uma “facada no ventre da parte esquerda que profundou uma polegada”. Os argumentos da senhorinha sobre a presença do cativo foragido na sua residência, não convenceram as autoridades. Dada a sentença, Joaquim Xatto foi acusado de assassinato com uso de arma, porém a senhorinha e seus filhos foram declarados acoitadores, além do usufruto dos roubos que o escravo cometia.¹⁵⁴ Esse episódio abre precedente para entendermos o uso da arma como mecanismo de defesa por parte dos cativos, mas também nos permite visualizar os acoitamentos e as redes de proteção, mesmo com interesses, que os cativos contavam na hora da fuga. Por isso o presidente em 1884 declarou que “a impunidade, filha do patronato, o uso de armas proibidas, o jogo, a vadição e a embriaguez são, inquestionavelmente, outras tantas

¹⁵² *Diário de Minas*, 24 de março de 1877, número 798, p.4

¹⁵³ Relatório que a Assembléa Legislativa provincial de Minas Geraes apresentou o Exm. Sr. Senador João Florentino Meira de Vasconcellos, por ocasião de ser installada a mesma assembléa para a 2º sessão ordinária da 23º legislatura. Em 7 de agosto de 1881. Ouro Preto, typ. da Actualidade, 1881, p. 79.

¹⁵⁴ IBRAN/Casa Borba Gato. Cartório do Crime, notação CC (01) 17.

causas de crimes”,¹⁵⁵ perpetrados na província.

2.5 – Abolicionistas anônimos.

Decorridos mais de trezentos anos de escravidão, questões em torno da abolição mobiliza a sociedade escravista no final do século XIX. Debates sobre o emancipacionismo afloram no pós 28 de setembro de 1871 e, a partir daí, as idéias abolicionistas tomam o cenário dos centros urbanos. Se a lei desagradava aos escravocratas, é verdade também que não satisfazia abolicionistas convictos.¹⁵⁶ A extinção lenta e gradual da escravidão em Minas Gerais, respeitando a propriedade privada e precavendo desordens, foi uma constante nos trabalhos concernentes à abolição. Entretanto, nos últimos anos, novas análises sobre abolicionismo percebem sua heterogeneidade na província mineira, ressaltando sua incisiva participação na libertação dos escravizados.

Oiliam José, pioneiro sobre a temática da abolição em Minas, afirmou que “não houve na nossa Província um esforço coletivo e de sólida envergadura em prol da liberdade da gente negra”.¹⁵⁷ Segundo o autor, essa tímida participação mineira se deve à formação moral e religiosa que alicerçou nossa civilização. Essa moderação, também foi ratificada por Liana Maria Reis que interpretou o emancipacionismo mineiro sobre o prisma do legalismo e do caráter moderado. Em suas palavras, a propaganda antiescravista em Minas não pode ser considerada revolucionária, uma vez que não defendiam a cisão imediata com a escravidão¹⁵⁸ e, uma prova disso, eram as associações emancipadoras espalhadas pela província que libertavam os

¹⁵⁵ Falla que o Exm. Sr. Dr. Theophilo Ottoni dirigio á assemblea provincial de Minas Geraes, ao installar-se a 1º sessão da 24º legislatura em o 1º de agosto de 1882. Ouro Preto, 1882. Typ. De Carlos Andrade, p. 88.

¹⁵⁶ JOSÉ, Oiliam. *A Abolição em Minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962, p.29

¹⁵⁷ JOSÉ, Oiliam. *Op. cit.*, p.9

¹⁵⁸ REIS, Liana Maria. *Escravos e abolicionismo na imprensa mineira – 1850/88*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1993, p.11.

cativos moderadamente,

Não havia por parte das associações um projeto de abolição imediata e geral dos escravos, mas apenas um auxílio para a liberdade de indivíduos que precisavam completar a quantia exigida para sua libertação.¹⁵⁹

Legalismo, moderação, civismo foram palavras que denotaram os movimentos antiescravistas em Minas Gerais. Todavia, estudos mais recentes começaram a focar a complexidade do movimento abolicionista nessa parte do Império. Destacando Ouro Preto e Mariana, Luiz Gustavo Santos Cota percebe como a sociedade dos “mais antigos centros de poder das Minas”, reagiram após a implementação da lei do Ventre Livre em 1871. Em sua análise, clero local e advogados – abolicionistas confessos - atuaram em processos judiciais a favor dos escravos que buscavam liberdade, o que fez com que as *ações de liberdade* se intensificassem no final do século XIX.¹⁶⁰ Em suas palavras: “os detalhes sobre a luta antiescravista da velha capital ainda podem estar guardados sob a poeira dos jornais, dos arquivos das Escolas de Minas e de Farmácia, além dos processos judiciais”.¹⁶¹

Os jornais são reveladores nesse sentido. Constantemente deparamo-nos, nas sessões de noticiário e seção livre, com debates que envolviam abolicionistas e escravocratas, manifestos de apoio à abolição, dos males da instituição e mesmo notas vangloriando os que libertavam escravos como ato de benevolência. Incluindo os anúncios de fugas que, segundo Lilia Moritz Schwarcz, era uma forma indireta dos senhores afrontarem os abolicionistas.

Inflamados debates estampavam as páginas dos periódicos. Abolicionistas

¹⁵⁹ Ibidem, p.116

¹⁶⁰ COTA, Luiz Gustavo Santos. O Sagrado Direito da Liberdade: Emancipacionismo e Abolicionismo em Ouro Preto e Mariana – Minas Gerais, 1871 – 1888. In: *I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social – LAHES*., 2005, Juiz de Fora – MG. Anais do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social, 2005, p.3 e 4.

¹⁶¹ Ibidem, p.14.

que condenavam a propriedade da “carne humana”, mas que ao mesmo tempo, exaltavam a moderação quanto à abolição da escravidão. Elucidativo foi uma nota divulgada no periódico *Liberal Mineiro* em 1888, com o título “Fugas das fazendas”:

Devemos como órgão de um partido sério na província e insuspeito à causa do abolicionismo, que nos tem merecido todos os extremos, desmascarar, para inutilisá-la, a calúnia, adrede, assolhada, de que cabe-nos responsabilidade por esse êxodo de trabalhadores servis que tem procurado a capital como refúgio para sua sorte miseranda.

E ainda:

Pensamos que, se é um crime ante a moral e um erro econômico altamente fatal ao país a perduração do elemento servil, não é menos condenável deslocar o trabalhador dos estabelecimentos onde lhe era procurar brevemente a liberdade para se atirar à pior escravidão, a do vício nas tavernas e nos prostíbulos, caminho que o levará direto às prisões.¹⁶²

Essa passagem faz referência ao avolumado número de cativos que se dirigiam para o centro da província no final do século XIX. Tentando eximir-se das acusações de acoitadores, os “abolicionistas” lançam notas sobre a moderação com que os fatos deveriam ser encaminhados, pois, apesar da escravidão ser condenável, também não era admissível prejuízo aos proprietários. O mais correto seria o preparo dos escravos para o gozo da liberdade, pois assim, não se veriam envoltas à outra escravidão, a das tavernas e prostíbulos. Por isso, louvavam aqueles que libertavam seus escravos paulatinamente, sem atingir a economia da província e que, ao mesmo tempo, servia de “incentivo para iguaes provas de philantropia e generosidade”. O trecho acima, apesar de assaz moderado, também deixa transparecer que havia, na província mineira, abolicionistas e “abolicionistas”. Mesmo em anos anteriores, as denúncias de acoitamentos na capital da província, foram expressivas. Em 1885, Jesuina Manoela do Carmo Guerra, declara:

“Desde o mez de dezembro próximo passado, se acha fugido o escravo João Francisco, pertencente a abaixo-assignada, residente em Marianna. Desapareceu do lugar Encardidura, da freguezia de

¹⁶² *Liberal Mineiro*, 03 de março de 1888, número 16, p.2

Antonio Dias, e consta achar-se occulto mesmo na cidade de Ouro Preto. Pede-se que ninguém faça qualquer ajuste com o dito escravo sem audiência de sua senhora, e protesta-se contra quem o acoutar, rogando-se noticia certa sobre o mesmo fugitivo. . Marianna, 5 de abril de 1885”.¹⁶³

Talvez, o mais justo seria falarmos dos “abolicionistas anônimos”. Como tais, desafiavam as autoridades e os emancipacionistas dos jornais, ao homiziar escravos fugidos na capital da província.

Em termos gerais, afirmamos que não obstante nos depararmos com as repulsas dos abolicionistas quanto à escravização de homens negros, também encontramos, nos anúncios e processos crimes, homens anônimos que não estavam, necessariamente, ligados às associações, clubes, agremiações, mas que agiam no afã de libertar os escravos. Eram os acoitadores,¹⁶⁴ os quais homiziavam cativos em fuga e foram considerados criminosos nas *Ordenações Filipinas*, código criminal do Império, posturas municipais, além das petições que denunciavam tal atrevimento. Abolicionistas ou não, título que dependia da sua inserção em algum grupo, associação ou clubes, os acoitadores foram essenciais na escapada dos fugitivos e na construção de formas de inserção. Segundo Cota, assim como em Ouro Preto e Mariana que conviveram com um movimento diversificado e complexo de defesa dos escravos, em outros pontos do Império, esse movimento compreendia desde confrades e padres até os acoitadores anônimos.¹⁶⁵

2.6 – Marcas e sinais da (in)submissão.

Havemos de ver no que há de parar a lavoura quando esta gente não tiver no eito, a tirar-lhe cócegas, uma boa guasca na ponta de um pau, manobrada por um feitor destorcido. Não é porque eu seja maligno que digo e faço estas coisas; eu até tenho fama de bom. É que sou lavrador, e sei o nome dos bois.

¹⁶³ A *Província de Minas*, 09 de abril de 1885, número 256, p.4

¹⁶⁴ Aqui consideramos que os acoitadores de cativos não eram, somente, homens benevolentes. Também havia acoitadores que se beneficiavam por ocultar escravos, já que usufruíam de mão-de-obra mais barata.

¹⁶⁵ COTA, Luiz Gustavo Santos. *Op. cit.*,

Enfim, você pede, eu vou mandar tirar o ferro. Mas são favas contadas – ferro tirado, preto no mato.

Júlio Ribeiro, *A carne*.

A investigação sobre a saúde e as doenças dos cativos tem crescido nos últimos anos no Brasil. Como ressaltou Betânia Gonçalves Figueiredo, fontes como teses médicas, relatos dos viajantes, registros de tratamento das Santas Casas de Misericórdia, registros das paróquias indicando as supostas causa *mortis* da população, além dos tratados direcionados aos proprietários de escravos, constituem um corpo documental riquíssimo para descortinar as doenças que atingiam a população escrava no século XVIII e XIX.

A saúde e as doenças da população escrava nos séculos XVIII e XIX “compõem um universo de temas possíveis para análises e investigações.”¹⁶⁶ Nossa pesquisa retoma essa temática como adjacente ao tema central. Todavia, é de fundamental importância para compreendermos como as marcas no corpo – castigos, argolas de ferro no pescoço, marcar de doenças – foram essenciais na identificação do escravo fugitivo e não somente, as características que facilitaríamos na hora da escapada.

Em uma tabela, Ilka Boaventura, esboçou as principais doenças dos escravos em Minas Gerais no século XIX, extraindo dados dos relatos de viajantes que percorreram a província.

¹⁶⁶ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. As doenças dos escravos: um campo de estudo para a história das ciências da saúde. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo et al. *Uma história brasileira das doenças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, pp. 252-274.

Quadro 6
Doenças dos escravos nos relatos dos viajantes em
Minas Gerais no século XIX.¹⁶⁷

Tipo de doenças	Viajantes
Acidentes de trabalho	Saint-Hilaire
Arcus senilis	Spix e Martius
Cólica	Spix e Martius
Coluna	Mawe
Debilidade do tubo intestinal	Saint-Hilaire
Doenças de pele	Mawe
Doença Catarral	Spix e Martius
Desnutrição	Pohl e Wells
Disenteria	Freireyss
Fadiga, apatia	Saint-Hilaire
Inflamação de garganta	Spix e Martius
Nostalgia	Freireyss
Papeira, pescoço inchado	Mawe
Resfriado	Gardner
Reumatismo	Eschwege, Spix e Martius
Sarcocele	Gardner
Varíola	Freireyss
Verme da Guiné	Luccock

Essas doenças decorriam, principalmente, das péssimas condições de moradia, excesso de trabalho e alimentação inadequada. Não seria difícil imaginar que nessas condições os cativos vivessem pouco tempo. Segundo Figueiredo “os próprios viajantes reconhecem que as condições não eram favoráveis à manutenção da boa saúde”.¹⁶⁸

Os anúncios de fugas dos cativos são reveladores nesse sentido. Não descreviam os cativos por descrever, mas ressaltavam características importantes na

¹⁶⁷ Tabela retirada de: LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996 p.170.

¹⁶⁸ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *As doenças dos escravos...* op. cit., p.265

captura do mesmo, e aí se encaixam as doenças, marcas de castigo, acidentes de trabalho, dentre outros, que tornavam o escravo reconhecível. Além da iniquidade inerente à escravidão, essas marcas acenam, também, para a insubmissão dos cativos, uma vez que alguns senhores especificam o porquê dos sinais. Emblemático foi o caso de João que “levou signaes de castigos, brechas na cabeça em consequência de resistência em acto de prisão e levantamento contra seu senhor”.¹⁶⁹

O recurso aos anúncios de fuga, como forma de entender as características físicas dos cativos, conforme descrição dos seus senhores foi preocupação inaugural de Gilberto Freyre. “Deformações de corpos de escravos fugidos”, foi um ensaio publicado em 1935, em que Freyre descreve as principais marcas dos escravos foragidos e que, em 1963, viria a compor a obra *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*.¹⁷⁰ A partir dessa iniciativa, outras pesquisas perscrutaram essa peculiar fonte e produziram análises sobre as fugas e o cotidiano da escravidão no Brasil.

Valendo-se dessa fonte, Márcia Amantino analisou as condições físicas e de saúde dos escravos fugidos, no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. A autora ratifica que a partir das características e doenças, pode-se inferir sobre a situação em que viviam os cativos no período de 1850. As marcas no corpo podem ser explicadas, de acordo com a autora, por ter sido aquela sociedade marcada por trabalhos pesados e violência como forma de conseguir maior produtividade. No entanto, a partir do fim do tráfico, para Amantino

(...) houve uma melhora no tratamento dispensado a eles (escravos), a fim de manter o investimento do senhor por um período maior. Logo, afirmam os historiadores, as fugas que continuaram em ritmo cada vez maior, mesmo depois dessa melhoria de tratamento, não podem ser

¹⁶⁹ *Diário de Minas*, 03 de julho de 1874, número 280, p.4

¹⁷⁰ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

justificadas pelos maus-tratos.¹⁷¹

Queimaduras, fraturas, feridas, surras, uso de instrumentos de castigos e gagueira foram características encontradas nos anúncios. Mas, somente os maus tratos, não justificam as fugas, uma vez que outras questões emanam dessa complexa forma de resistir. Mesmo após o fim do tráfico de escravos, os relatos continuaram a noticiar as marcas no corpo dos fugitivos. Talvez porque, mesmo no findar do século, a prática repressiva era um instrumento constantemente utilizados pelos senhores.

Os sinais de doenças, surras, acidentes de trabalho eram descritos pelos proprietários no intuito de facilitar a captura do escravo, são marcas antigas de doenças ou de ferimentos, como as de Sebastião que tem no pescoço “um signal de golpe dado por elle mesmo em pequeno”, Firmino que “tem um signal particular: conserva ainda vestígios de uma empigem na nuca e pescoço”, Laurindo “tem uma carne levantada no peito proveniente de uma machucadura já cicatrizada”. Contribuíam, ainda, com o rol de sinais, aqueles provenientes das habilidades do cativo, a saber: Antonio, bom carreiro “tem em um dos pés um signal de roda de carro que passou”, outro Antonio que é peão, tropeiro e boiadeiro, o qual tem pés e mãos bem feitos “que estão calejados do serviço”, Belisario que “tem um signal no dedo índex de uma das mãos, proveniente de uma pancada de malho na tenda, como fundidor” ou mesmo o habilidoso Aurelio que sabia carrear, sendo “natural ter um signal em uma das canellas, feito pela pressão d’uma roda de carretão”. Tinham, também, aquelas mutilações que tornavam o cativo reconhecível. Maximiano “soffreu uma contusão em uma das mãos, resultando-lhe ficar com os dois dedos médios e máximo com signaes visíveis”, João que faltava o braço esquerdo, Julio

¹⁷¹ AMANTINO, Márcia S. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Comércio (RJ) em 1850. *Imagens*. v.14, n.4, p. 1387. Sobre a temática consultar: EUGENIO, Alisson. Ilustração, escravidão e condições de saúde dos escravos no Novo Mundo. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.,25, n.41: pp. 227-244, jan/jun 2009.

“tem a perna direita amputada abaixo do joelho, e algumas cicatrizes no joelho esquerdo e este um pouco mettido para dentro”, mas que andava foragido mais de seis anos. Em muitos casos não podemos fazer um prognóstico das marcas denunciadas, porém alguns outros são claros os motivos das agressões, por exemplo, Manoel que tem em uma das pernas “signaes de chumbo grosso, por cuja causa alardêa-se tel-as recebido no Paraguay, porem fora em ocasião de fuga da cadêa de S. João d’El-Rey, onde se achava preso como captivo”, e João que levou brechas na cabeça por resistência e por voltar-se contra seu senhor. Muitas marcas de relhos nas costas, sinais de açoite e ganchos no pescoço acenam para insubordinações dos cativos. Ademais, confirmam a violência da instituição escravista. Esses dados são indicativos de que, mesmo no findar do século, os senhores não hesitavam em repreender com severidade seus escravos, mormente, quando estes eram apreendidos após uma fuga. Firmino que estava foragido, foi apreendido na cidade de Sabará e rogou às autoridades para impedir que seu senhor o castigasse quando chegasse a casa.¹⁷²

Em suma, uma análise da saúde e das doenças apresentadas pelos escravos fugidos, nos permitiria esboçar um quadro das principais moléstias que atingiam a população escrava naquele contexto. Todavia, tal proposição extrapola os limites dessa investigação. No momento, podemos inferir que os sinais de castigos e doenças, também, foram elementos utilizados pelos senhores na tentativa de recuperar a propriedade evadida, além de deixar claro que, apesar das resistências erigidas pelos cativos, a iniquidade estava presente nas relações propriedade/proprietário nos últimos anos da escravidão no Brasil.

¹⁷² IBRAN, Casa Borba Gato. Cartório do Crime, (11) 459 – Auto de Perguntas 1874.

Capítulo III

“Refinado tratante e qualquer o tem por forro”:

estratégias de inserção social.

Uma releitura da evasão nos proporcionou perceber o escravo como protagonista na conquista da liberdade. Erigir estratégias e forjar características foram táticas utilizadas por aqueles que se recusaram a agir, violentamente, e mesmo a negociar a sua liberdade dentro da própria instituição. Evoluíram na interpretação histórica as narrativas sobre escravos que se valeram de ações costumeiras para exigir espaços de liberdade. Mas, e os que fugiam? Quais eram suas pretensões? Tinha um perfil diferenciado? Fugiam por condicionamento ou havia uma sistematização? Qual o momento da fuga? Almejavam a liberdade definitiva? Uns sim, outros não. Perscrutar esse universo, no decorrer da pesquisa, foi um desafio. Sigamos!

3.1 - “Mosaicos”: composição dos anúncios de fuga.

A despeito das muitas discrepâncias, alguns elementos nos permitem perceber critérios semelhantes e dissonantes em periódicos diferenciados, temporal e ideologicamente. Nesse sentido, buscamos as táticas dos cativos no final do século XIX e percebemos como suas habilidades – lingüísticas, físicas, lúdicas e, mormente, as profissionais – foram fundamentais para sua inserção na sociedade escravocrata mesmo como fugitivos do sistema. Todavia, não esgotaremos todas as questões que brotam dessa qualidade de fonte, dada a complexidade dos elementos que envolvem o relato de evasão.

Podemos notar que a estrutura dos anúncios manteve-se, relativamente constante, em todos os periódicos. Em termos gerais, informavam o nome do senhor, local da fuga, a gratificação, além da idade, cor, defeitos físicos, habilidades e outras características merecedoras de consideração. Alguns anúncios mencionavam o uso de cartas de alforria pelo cativo, dos seus apadrinhamentos, das tentativas de inserção no corpo militar, além da posse de animais e de ferramentas de serviço, bem como de outros itens de importância para o escravo em seu processo de inclusão no mercado de trabalho. Numerosos anúncios se destacam pelo caráter minucioso dos dados, descortinando vestígios que lançam luz sobre o universo dos fugitivos. Elucida isso o caso do escravo João “muito ladino e esperto”, propriedade de Sabino Alexandrino Pinheiro que descreve seu escravo com detalhes, a saber marcas no corpo, habilidade de eloquência, profissionais e traços característicos, como “nenhuma barba”, “caminhar desmantelado”, “cabelo preto torcidos”, porém adverte que é astucioso, “capaz de alterar artificialmente algum dos signaes aqui declarados: é valente e perigoso, pelo que deve haver a maior cautella e estratégia para o prenderem”.¹⁷³

¹⁷³ *Diário de Minas*, 03 de julho de 1874, número 280, p.4

Assim como o cativo João, muitos Manoéis, Josés, Joaquins, Antonios, foram mestres na arte de forjar estratégias de sobrevivência no cerne da instituição escravista.

Com relação à composição dos anúncios observamos que os cativos fujões ocuparam condição similar ao dos animais, a começar pela estrutura do relato. Não é muito difícil confundir estes dois tipos de anúncios. Isso acontece, mesmo nos periódicos contrários à denúncia da fuga, demonstrando uma padronização dos relatos de escravos e animais foragidos no final do século XIX:

Desappareceo do Seramenha, em a noite de 28 para 29 de Outubro p.findo, uma besta pello de rato. Alta, bem feita, estrella apagada, marca S no queixo direito. Foi comprada pelo Sr. Antonio Joaquim da Silva ao Sr. José Jacinto Pereira Brandão, da Espera, e por este ao genro do Sr. Antonio José de Oliveira Bastos, de Santo Amaro; foi nascida e criada na fazenda da Pedra. Gratifica-se generosamente a quem della der noticia certa ou a entregar ao proprietário no hotel Monteiro. Ouro Preto, 07 de Novembro de 1885.¹⁷⁴

Mediante essas semelhanças, ratificamos a inferioridade do cativo na sociedade escravocrata, o que não significa que era “coisa” e que assim se entendia. Pelo contrário, de acordo com os dados compilados, observamos que a fuga escrava foi o produto de uma sistematização e, não simplesmente, como corolário de maus tratos. Diante de uma sociedade que vigiava e exercia uma coerção, ainda assim, os cativos criaram táticas de resistência que possibilitou o seu anonimato por muitos anos ou por toda vida longe do cativo.

A cor dos fugitivos era uma questão comum aos anúncios. Era essencial para a identificação dos foragidos, uma vez que essa característica não poderia ser burlada, ao contrário de outros aspectos como: corte de cabelo, indumentárias e adornos. Mormente eram identificados como pretos, mulatos, fulas, pardos claros ou escuros, cabras e avermelhados, havendo algumas descrições de complexa

¹⁷⁴ *Liberal Mineiro*, 18 de novembro de 1885, número 160, p., ?.

compreensão, como são os casos seguintes:

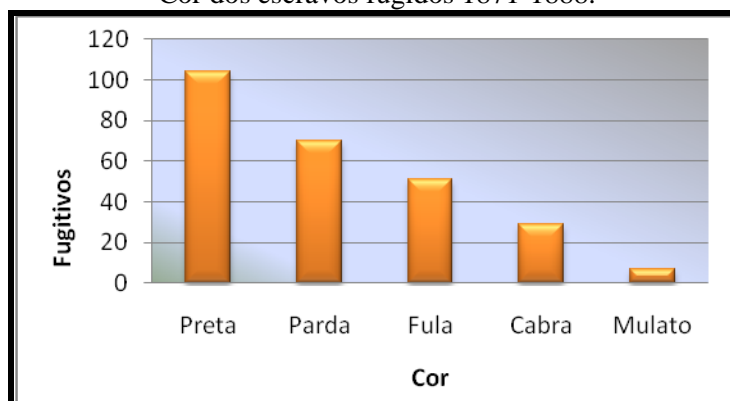
Fugio da fazenda de Santa Thereza, districto de Santo Antonio do Aventureiro, o escravo Virginio, com os seguintes signaes: estatura mais que regular, cheio de corpo, *côr parda acaboclada escura...* Mar de Hespanha, Barão da Conceição.¹⁷⁵

E ainda:

Desde janeiro de 1875 fugio do abaixo assignado, nesta cidade, seu escravo Casemiro, maior de 40 annos, de *côr preta descorada...* Itabira, Dr. Joaquim Carneiro de Miranda.¹⁷⁶

Essas características eram de suma importância para identificar a propriedade evadida. Destarte, notamos a presença do elemento cor em mais de 75% dos dados, reforçando a hipótese que esse era, certamente, um dos primeiros passos em direção à tentativa de aprisionamento do escravo fugido. Observamos uma predominância dos ‘pretos’ e uma menor incidência de ‘mulatos’,

Gráfico 2
Cor dos escravos fugidos 1871-1888.



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Jornais 1871-1888

Pudemos observar que, em algumas ocasiões, não existia uma precisão com relação à cor dos fugitivos. O cativo Manoel, que evadiu em fins de 1868, teve a sua cor denominada como ‘preta’ nos anúncios do jornal *Noticiador de Minas*.¹⁷⁷ Porém, o mesmo anúncio, reaparece cinco anos depois no periódico *Diário de Minas*¹⁷⁸ caracterizando o devido escravo como fula. O mesmo episódio aconteceu com o

¹⁷⁵ *A Província de Minas*, 25 de janeiro de 1887, número 406, p. 4. Grifos nossos.

¹⁷⁶ *A Actualidade*, 17 de maio de 1879, n. ?, p. ?. Grifos nossos.

¹⁷⁷ *Noticiador de Minas*, 14 de março de 1871, número 287, p. 3.

¹⁷⁸ *Diário de Minas*, 05 de junho de 1873, número 86, p.3.

cativo Zacarias que em 1878 e 1879, foi descrito, respectivamente como preta e fula. Isso demonstra que mesmo a cor sendo uma característica fundamental na captura do fugitivo, em muitos casos não havia uma precisão quanto a sua definição para os anunciantes.¹⁷⁹

Quanto ao oferecimento de gratificações para a captura dos cativos, observamos valores de 30\$000 até 1.000\$000 de réis. No entanto, os valores variavam na média de 100\$000 mil réis e 250\$000 mil réis. Contudo, em diversos anúncios, os senhores preferiram não informar a gratificação pela restituição da propriedade evadida. Em alguns anúncios as bonificações chegavam a 500\$000 mil réis, sendo um atrativo para quem se interessasse em sair à procura dos cativos e mesmo denunciar o seu paradeiro. Em sua maioria, esses altos valores estavam relacionados com as fugas que ultrapassavam os limites da província de origem - geralmente os senhores de São Paulo e Rio de Janeiro que ofereciam as maiores gratificações - e, também, as regiões mais longínquas da província mineira. Todavia, o caso seguinte expressa o valor atribuído ao cativo, residente em São José do Chopotó, localidade próxima ao centro da província, cuja gratificação foi de 500\$000 (quinhentos mil réis):

No dia 6 de janeiro deste anno fugio do arraial de S. José do Chopotó, o escravo de nome Antonio, pertencente ao abaixo assignado: tem os signaes seguintes: caboclo claro, boa dentadura, bonito e bem feito de corpo, sabe ler e escrever perfeitamente, sabe bem lidar com aromarias de egreja, inclinando a pelintra, tem orgulho de ser fallante; fugio a cavallo bem arreado, com sellim patente e de caçambas, calçado de botas de cavallinho, luneta nos olhos, passou pelo Carias, pernoitou na fazenda de Alferes Francisco Antonio de Souza Barros, passou por S. Caetano do Chopotó, e foi para os lados da cidade de Piranga, onde tem pai, irmãos, e alguns parentes; já morou em

¹⁷⁹ Interessante para se pensar a questão da cor dos escravos, livres e forros, ver: CASTRO, Hebe M. M. de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995. LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007. LIBBY, Douglas Cole. “A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX.” 2009. (mimeo)

Calambáo, onde deve ser bem conhecido.¹⁸⁰

O anúncio transcrito revela que o alto valor atribuído ao “fallante” Antonio não estava diretamente relacionado com a distância da fuga, mas sim com as habilidades do mesmo em organizar “aromarias”, mais o fato de saber ler e escrever “perfeitamente”, ser “bem feito de corpo” etc. Nas seguintes circunstâncias, Antonio, facilmente passaria por forro: “fugiu a cavalo” e “calçado de botas de cavalinho, luneta nos olhos,” sabendo ler e escrever, habilidoso em arrumar “aromarias”, além dos laços de solidariedade que se valia nos lugares que passava e que se destinava. Todos esses quesitos aumentaram as chances do fugitivo conseguir se estabelecer como forro, mas também, foram substanciais para a elevação do preço da sua captura. A gratificação de 500\$000 mil reis, possivelmente, colocou muitos no seu encaço. Todavia, já se passava quase um mês sem notícias do mencionado fujão. Esse exemplo elucida que as habilidades dos cativos eram de suma importância no empreendimento da fuga, e era para a captura desses escravos, que os senhores ofereciam gratificações acima da média, admitindo que tais características seriam fundamentais no sucesso da evasão.

Ao comparar os anúncios de outras localidades, notamos que os valores oferecidos em Minas eram mais expressivos. Não descartamos que as condições dos senhores de Minas muito determinavam os valores da remuneração pelo apresamento dos fugitivos. Quem eram esses senhores? Tratava-se de grandes proprietários? Ou de proprietários com pequenas posses como hoje se admite na produção historiográfica sobre Minas Gerais? A província mineira concentrava elevado percentual de pequenos proprietários de escravos, mas acreditamos que as fugas noticiadas eram provenientes, em sua maioria, das camadas mais altas, uma vez que constantemente nos deparamos com barões, comendadores, capitães, coronéis dentre

¹⁸⁰ A *Província de Minas*, 29 de janeiro de 1885, número 245, p. 4.

outras procurando sua propriedade. Conjecturamos, nesse sentido, que as fugas noticiadas nos jornais em Ouro Preto eram provenientes de senhores com alto poder aquisitivo.

Outro elemento que contribuía para elevar o preço da gratificação era o fato dos escravos fugirem ao roubar instrumentos de trabalho, animais, dinheiro, dentre outros. A fuga do cativo José bem exemplifica o mencionado. Foragido há mais de 2 anos, ele teve sua evasão noticiada no periódico *Diário de Minas* ao desaparecer da fazenda do capitão Estevão Cassimiro dos Reis. Supõe-se que estivesse na cidade de Ouro Preto por onde tinha passado, “e quem sabe si está como praça, intitulado-se forro?” Por isso, o proprietário roga ao Ilm. Sr. Dr. de polícia e mais autoridades a captura deste escravo não só por andar fugido, mas por “desconfiar-se que foi elle o autor do roubo feito ao coronel José dos Reis S. Rezende na quantia superior a 2:000\$ em notas, moedas e prata.” O fato de, supostamente, roubar o dinheiro do Coronel pôs o cativo José na mira das autoridades e “não só por andar fugido”.¹⁸¹

O valor da gratificação, também variava de acordo com as notícias que senhor obtinha do cativo, como exemplo o fugitivo Gabriel que evadiu em 1874 da cidade de Queluz, cuja gratificação pela sua captura foi de 100\$000 réis. Porém, em 1878 seu senhor teve notícias que andava pela cidade de Ouro Preto, “onde ocupa-se em vender lenha e balaios de taquara.” Vendo que essa informação não valera no sentido de capturar a sua propriedade, seu senhor noticia 2 anos depois, com o dobro da gratificação, mesmo assim, anunciou mais de 40 vezes sem ter resposta sobre seu paradeiro. Depois de seis anos foragido teria o senhor capturado sua propriedade? Infelizmente ou felizmente, não tivemos notícias da captura do escravo Gabriel, o que aponta para o sucesso da fuga do referido cativo que vivia pelas bandas de Ouro

¹⁸¹ *Diário de Minas*, 01 de abril de 1874, número 230, p. 4

Preto oferecendo seus préstimos e assim sobrevivendo.

Outro aspecto merecedor de destaque, sobretudo pela frequência com que aparece, é a preferência lúdica do cativo. Essa informação nos permite conhecer peculiaridades dos escravos e do seu universo. Não foram raros os casos em que os cativos eram jogadores de búzios, tocavam viola, dançavam, cantavam, sendo que, geralmente, essas características estavam associadas à esperteza dos escravos e mesmo à embriaguez. É ilustrativo o anúncio seguinte da fuga do escravo Manoel, natural de S. Francisco do Glória (Muriahé),

(...) manifesta respeito e humildade perante seus superiores, conversador, insinuante... Levou sobretudo cinzento-claro, cavour escuro, 2 cobertores, paletóts brancos, camisas de algodão, de chita e morim, calças de algodão, de riscado e brim e chapéo de Chile grande. Lavra e serra madeira, faz vallos, é carreiro, é pratico e desembaraçado para qualquer serviço de lavoura, e sabe lidar com animaes. Usa cigarrar, beber cachaça, tocar viola e frequentar caterêts.¹⁸²

Como descrito, a preferência lúdica do escravo Manoel, associada à sua esperteza “pratico e desembaraçado para qualquer serviço”, foram elementos utilizados pelo seu senhor como arma para sua captura. Inúmeros são os episódios em que essas características foram anunciadas para melhor descrever a propriedade evadida, como exemplo “jogador de búzios”, “é flautista”, “canta modas”, “frequenta cateretês”, “toca viola e gosta de dançar”, dentre tantos. Ressaltamos que outro aspecto corriqueiro nos anúncios são as delações quanto às habilidades de eloquência dos escravos. Esta característica era vista como um amparo importante na evasão, por isso os senhores denunciavam a agilidade dos cativos em ludibriar quem por ventura os encontrasse. O exemplo do escravo abaixo é elucidativo:

Fugio no dia 20 de Abril de 1883 da fazenda da Floresta, termo da cidade de Ponte Nova, freguezia do Jequiry, o escravo Benedicto, cor fula, estatua regular, corpo regular, olhos pequenos, beiços robicudos,

¹⁸² *A Província de Minas*, 23 de setembro de 1882, número 117, p. 4.

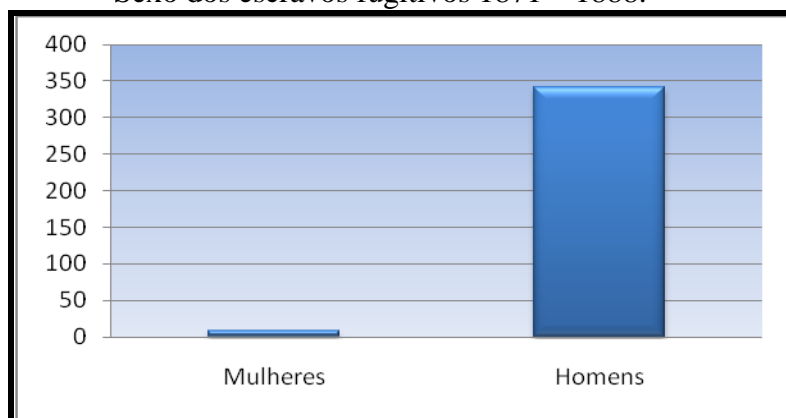
tem signal em um braço de sangria, *falla bem, é activo* e muito inclinado a caçar, gosta de restilho, é inclinado andar armado com faca e espingarda.¹⁸³

Numerosos são os anúncios em que a capacidade de retórica do escravo era determinante para a sua evasão. Assim, é o caso de escravo Benedicto que vai escapulindo devido à sua destreza e desembaraço. Diversas são as expressões utilizadas nos anúncios para se referir à esperteza do cativo como: “são bem conversados e passam por forros”, “é um refinado tratante e muito civilizado, gosta de tratar-se e qualquer o tem por forro”, “é inteligente”, “previne-se que esse escravo anda fugido pela segunda vez e é muito esperto”. Assim, são múltiplos os elementos que subsidiaram os cativos no ato da fuga, sejam suas habilidades de eloquência, sua esperteza, ocupações, laços de amizade, dentre outros.

Para essa investigação, significativos foram os dados referentes à quantidade de fugas masculinas e femininas. Não surpreende, pela quantidade de estudos que abordam a temática, que a maioria da escravaria em Minas Gerais constituía-se de homens, destinados ao trabalho pesado nas propriedades rurais. Nesse sentido, já esperávamos sua maior incidência entre os fugitivos. O que nos instigou nessa pesquisa, no entanto, foi a irrisória quantidade de mulheres fugitivas, uma vez que a presença de mulheres na escravaria não chegaria a ser ínfima, já que eram responsáveis pela reprodução natural dos escravos, além dos serviços domésticos, e também nos serviços da lavoura. O gráfico seguinte bem elucida os dados coligidos:

¹⁸³ *A Província de Minas*, 14 de outubro de 1883, número 175, p. 4.

Gráfico 3
Sexo dos escravos fugitivos 1871 – 1888.



Fonte: APM, Jornais mineiros 1871 a 1888.

Em números reais estamos falando em oito denúncias de evasões de cativas. Dentre as quais, registramos uma escrava que fugiu carregando filho; Crioula de 35 anos, Raymunda se aventurou na fuga saindo de Cantagallo no Rio de Janeiro em direção à província de Minas Gerais, na companhia de mais dois escravos, carregando seu filho João, de apenas, dois anos.¹⁸⁴ Outra cativa, quartada, evadiu com seu companheiro José, mulato, e desconfia-se que ambos roubaram a quantia superior a dois mil contos em notas, moedas e pratas.¹⁸⁵ Uma criança de nome Tecla, fugiu sozinha da fazenda de José Felipe da C. Lage e estava desaparecida a dois meses, sua mãe continuou na fazenda do referido senhor.¹⁸⁶ A preta Luiza, de 34 anos, a crioula Pulqueria de 40 e a africana Joanna já estavam fugidas a quase três anos.¹⁸⁷ Francisca, “muito feia” porém, “muito inteligente, sabe lavar, engomar e costurar” já estava fugida por quatro meses e a crioula Maria Antonia, de quarenta anos, “bem fallante” que evadiu em 1873.¹⁸⁸ Essas foram as evasões femininas registradas.

¹⁸⁴ *Diário de Minas*, 05 de abril de 1873, número 52, p.3.

¹⁸⁵ *Diário de Minas*, 01 de abril de 1874, número 230, p.4.

¹⁸⁶ *A Província de Minas*, 07 de julho de 1887, número 435, p.4.

¹⁸⁷ Cativa Joanna: *Noticiador de Minas*, 07 de julho de 1872, número 436, p.3; Cativa Luiza: *Diário de Minas*, 28 de março de 1876, número 611, p.4; Cativa Pulqueria: *A Actualidade*, 29 de novembro de 1878, número 120, p.4.

¹⁸⁸ Cativa Maria Antonia: *Diário de Minas*, 28 de junho de 1873, número 97, p.4; Cativa Francisca: *A Actualidade*, 04 de janeiro de 1879, número 2, p.4.

A parca presença de mulheres entre os valores totais dos escravos fugidos pode ser um indício de que os laços consangüíneos era um fator de contenção às fugas. Aí poderia entrar questões de laços familiares, uma vez que, uma escrava encontraria maiores dificuldades de mobilidade no empreendimento da fuga, quando carregava um filho. Essa proposição pode ser confirmada pela presença de apenas oito escravas fugidas dentro do *corpus documental* e apenas uma que fugiu carregando prole. Em estudo sobre a Bahia, Isabel Cristina Ferreira dos Reis registrou significativo número de fugas de escravas,¹⁸⁹ como foi o caso de Márcia Sueli Amantino sobre a província do Rio de Janeiro, Martha Rebellato para a Ilha de Santa Catarina, Márcia Elisa Campos Graff analisando os jornais paranaenses e Luiz Mott sobre os escravos em Sergipe. Não obstante, tratar-se de enfoques diferenciados, estas análises convergem quanto a menor incidência das mulheres no universo dos fugitivos se comparado aos homens. No entanto, ratificam números mais significativos que os encontrados para Minas Gerais. Acreditamos tratar-se de uma excepcionalidade dessa porção do império. Uma explicação possível para esse baixo índice poderia ser a concessão de alforrias. Peter Eisenberg, perscrutando as cartas de alforria em Campinas, identificou que as motivações e, conseqüentemente, o perfil do alforriado mudou no decorrer do século XIX. Se, até 1870, as alforrias foram concedidas às escravas mulatas, crioulas, muito jovens ou muito velhas, já nas últimas décadas do século, o indivíduo alforriado, majoritariamente, foi o escravo homem, negro.¹⁹⁰ Porém, Francisco Vidal Luna e Iraci Del Nero, a partir de seus estudos, apresentam o predomínio de mulheres no conjunto dos escravos

¹⁸⁹ REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. ““Uma escrava que fugiu e consta que já tem dous filhos”: fugas e família entre os escravos na Bahia”. *Afro-Ásia*, 23 (1999), 27-46

¹⁹⁰ EISENBERG, Peter L. “Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX”. *Estudos Econômicos*, vol. 17, n.2, 1987, pp.175 – 216.

alforriados.¹⁹¹ Semelhante análise foi feita por Tarcísio Botelho sobre o Norte de Minas, na qual, o autor corrobora com Peter Eisenberg para os dados da primeira metade do século XIX. No entanto, para a segunda metade, viu esses números aumentarem, ou seja, houve uma predominância da presença feminina entre o conjunto dos alforriados.¹⁹² Nesse sentido, tendo em vista a possibilidade de alforria, fugir seria uma aventura arriscada demais para por em risco seus filhos, o que explicaria a baixa presença de mulheres no conjunto dos fugitivos. Além disso, fugir sem os filhos, foi uma atitude atípica nas fontes aqui investigadas, ou pelo menos, não registramos expressivas menções.¹⁹³

Em estudo sobre a primeira metade do século XIX, Márcia Sueli Amantino apontou que - quanto à 'qualidade' dos escravos - os africanos eram os que mais empreendiam a fuga, pois tinham pouco a perder, além da inexistência de laços afetivos fincados na fazenda. Escravo 'boçal', o africano, ao chegar à fazenda era considerado um inimigo pelos 'ladinos', já que disputariam as poucas mulheres existentes. Esses fatores, segundo a autora, contribuíram diretamente para que os africanos fossem os mais empenhados na evasão, se comparados aos crioulos.¹⁹⁴ Os dados seguintes reforçam o mencionado por Amantino:

¹⁹¹ LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci Del Nero da. A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos. *Ciência e Cultura*. São Paulo. 32(7): 836-841, julho 1980.

¹⁹² BOTELHO, Tarcísio R. As alforrias em Minas Gerais no século XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, n.23, jul/00, p.61-76.

¹⁹³ Sobre alforrias ver: LIBBY, D. C. e PAIVA, C. A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. v.17, n.1/2, Jan./dez. 2000; PAIVA, Eduardo França. Pelo justo valor e pelo amor de Deus: as alforrias nas Minas. *IX Seminário sobre a Economia mineira*, 2000, Diamantina. Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2000, v.1, p.65-91; RIBEIRO JUNIOR, Florisvaldo Paulo. A fabricação da liberdade: alforrias e abolição da escravidão no triângulo mineiro, 1821 – 1888. *História & Perspectiva*, Uberaba (36-37): 281 – 309, jan. dez. 2007; ANDRADE, Rômulo. Legitimidade e alforrias de crianças escravas na Província de Minas Gerais. In: X Congresso Internacional da Alaada, 2001, Rio de Janeiro (RJ). *Anais do X Congresso Alaada. Cultura, poder e tecnologia: África e Ásia frente à globalização*. Rio de Janeiro (RJ): EDUCAM, 2000 v.1, p. 95-102.

¹⁹⁴ AMANTINO, Márcia Sueli. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do *Jornal O Universal* – 1825 a 1832. *Locus Revista de História*. Juiz de Fora, v.12, n. 2, 2006, p. 62.

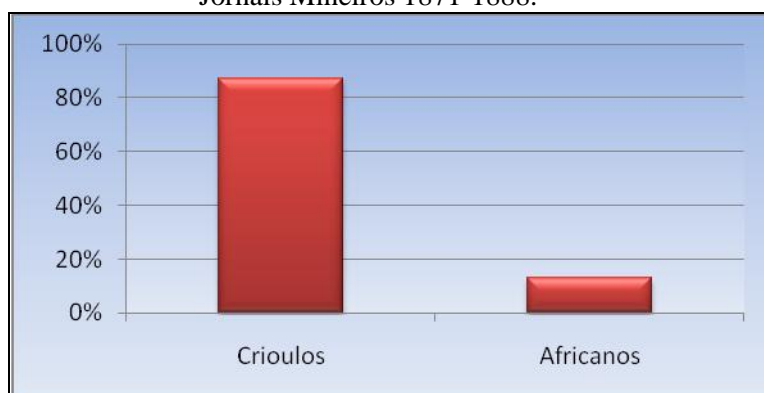
Quadro 7
Distribuição segundo sexo e etnia dos escravos anunciados no
“O Universal”. Ouro Preto 1825 a 1832.

Sexo	Africanos	%	Crioulos	%	Indeterm.	%	Total	%
Homens	52	91,22	37	92,5	8	42,10	97	83,62
Mulheres	5	8,78	3	7,5	0	0	8	6,90
Indeterm.	0	0	0	0	11	57,90	11	9,48
Total	57	100	40	100	19	100	116	100

Fonte: AMANTINO, Márcia Sueli. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal” – 1825 a 1832. *Locus Revista de História*. Juiz de Fora v.12, n.2, p. 62.

Para os anos posteriores ao término do tráfico, esses dados se invertem. Nessa investigação nos deparamos com um percentual acentuado de crioulos que evadiram nas últimas décadas do século XIX, dados bem diferentes da primeira metade. Se uma possível justificativa para os anos anteriores à extinção do tráfico eram os laços afetivos estabelecidos e a socialização dos crioulos, então qual seria a explicação para a debandada dos mesmos nos anos subsequentes?

Gráfico 4
Qualidade dos escravos fugidos,
Jornais Mineiros 1871-1888.



Conforme os anúncios computados, apenas 41 % descreveram a qualidade dos cativos. Sendo que, dentre estes, 87% corresponde às fugas de crioulos e apenas 13% às de africanos. As motivações das fugas na segunda metade do século XIX, parecem se inverter. Se antes os africanos fugiam por não ter nada a perder, já os crioulos, no findar do século, fogem por ter muito a ganhar. O crescimento urbano, a habilidade em ocupações almeçadas pelo mercado, perspectiva de viver em liberdade, laços de solidariedade, foram quesitos que contribuiram para a investida dos crioulos

na evasão. Nesse sentido, adiantamos que o perfil do escravo fugido do final do século XIX apresenta diferenças daquele perfil anterior ao fim do tráfico.

Na maioria das vezes os escravos fugiam sozinhos. Não obstante, nos depararmos no corpo documental com fugas coletivas, as quais apesar de em menor número, se comparado às fugas individuais, ainda assim, correspondem a um significativo percentual das fugas compiladas. Fugir com irmãos, companheiros de senzala e conterrâneos foi comum nos anúncios de fuga. Como mostra o anúncio seguinte

Fugirão no dia 5 de abril de 1885, fazenda do Carvalho, pertencente ao abaixo assignado e sita no districto de S. José do Chopotó, termo da cidade do Pyranga, os escravos seguintes: Adão, crioulo, idade 30 annos, mais ou menos, alto, rosto alegre, sem barba, cara chata, tem falta de dentes na frente, magro, pés compridos, desembaraçado para todo serviço, inclinado a tocar viola, tem uma signal de queimadura na perna direita na face interna do joelho. Alexandre, 37 annos mais ou menos, crioulo, altura regular, côr preta, feio de rosto, inclinado a pião e tropeiro, costuma vestir camisa de meia, é bastante moleirão para qualquer serviço, ambos são irmãos, foram nascidos e creados na fazenda do Guarara, districto da Itaverava, termo de Queluz; tem ahi, irmãos, irmãs e parentes. Quem os prender e leval-os a fazenda do abaixo assignado, receberá a gratificação acima declarada.¹⁹⁵

Diferente das fugas individuais, as fugas coletivas poderiam se desdobrar em pequenos quilombos, o que causava maiores preocupações aos senhores de escravos, além de provocar subtração na produção do eito. Mediante esse dano, o proprietário procurava descrever, com maior precisão possível, as características dos evadidos e oferecia recompensas significativas pelo aprisionamento. Segundo Lilia Moritz Schwarcz, as evasões coletivas eram, particularmente, perigosas já que revelavam, inclusive, certo descontrole do proprietário, frente à organização dos cativos.¹⁹⁶ Podemos perceber no relato acima que os cativos Adão e Alexandre empreenderam a fuga na cidade de Pyranga no mesmo dia, aparentando ser a evasão o apanágio de

¹⁹⁵ *A Província de Minas*, 24 de setembro de 1885, n. 278, p. 4.

¹⁹⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.138.

uma sistematização dos citados escravos, os quais, provavelmente, procurariam amparo perto dos seus familiares, pois com o subsídio desses, teriam maiores oportunidades de permanecerem fora das senzalas. Os ditos escravos estavam foragidos havia mais de cinco meses, sendo que foi publicada a fuga até outubro do mesmo ano, no jornal *A Província de Minas*.

A sistematização da evasão, no caso das fugas coletivas, às vezes, se torna mais perceptível que as fugas individuais. Senhores delatavam a organização dos escravos no ato da evasão. Na freguesia de Catas Altas de Noruega, termo de Queluz, oito escravos do proprietário Antonio Rodrigues Gama, dirigiram-se para a província da Bahia, “por terra, levarão todos bonet de panno azul e de brim, forão vestidos de roupas finas e de camisas de baeta azul”.¹⁹⁷ Segundo denúncias de Gama, os fugitivos fingem ser um grupo de soldados, o que, pode-se dizer, ocorreu com sucesso, uma vez que o proprietário denunciou a evasão mais de vinte vezes no jornal *Actualidade*, correspondendo, no mínimo, a mais de um mês foragidos.

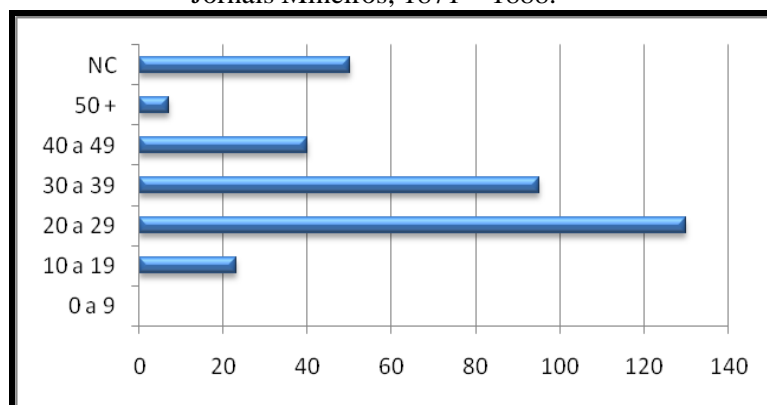
A prática de fugir em grupos e recorrer às autoridades policiais também foi um recurso dos escravos no final do século XIX. Seja por ameaças de castigos, por assassinatos de senhores e feitores, por excesso de surras, os cativos viam a polícia como mecanismo de refúgio. O caso ocorrido na Comarca do Rio das Velhas denota a presente proposição. Treze escravos e duas escravas, pertencentes a João Paula Cotta compareceram em 1882 à delegacia de polícia da cidade de Sabará “dando queixa de seu senhor por castigos irregulares”. Feitos os autos de perguntas a todos os escravos, as justificativas convergiram. O proprietário enfurecido com o desaparecimento de dois dos seus escravos deu um “coice de espingarda” na cabeça do cativo Paulo da Costa e ameaçou castigar os demais, caso não dissessem onde se

¹⁹⁷ *Actualidade*, 04 de dezembro de 1879, número 130, p.3.

encontravam os desaparecidos. Os escravos se reuniram e fugiram para a cidade de Sabará, onde procuraram as autoridades.¹⁹⁸ A motivação da fuga está clara, medo da repressão. Porém, o que ressalta no documento foi a sistematização dos cativos para fugirem e apresentar-se à delegacia de polícia no intuito de denunciar as pretensões do seu senhor. Esse relato sintetiza o comportamento de grupos de escravos que, no final do século XIX, fugiram para contornar os desafios da escravidão e não, necessariamente, como contestação da ordem vigente.

Uma análise da faixa etária dos cativos nos permite reconstituir o perfil dos escravos que optaram pela fuga. Registramos a idade dos escravos fugidos em 302 casos (84,85 %), sendo que destes 297 corresponde ao sexo masculino e apenas 5 ao sexo feminino. Ver tabela:

Gráfico 5
Faixa etária dos escravos fugidos.*
Jornais Mineiros, 1871 – 1888.



Fonte: APM, Jornais Mineiros, 1871 a 1888.

NC – Não consta.

(*) Não consideramos as fugas femininas.

Esses números são relevantes no sentido de perceber qual a faixa etária dos escravos que mais fugiam, além de formular hipóteses sobre seu perfil. Observamos que a faixa etária de 0-9 anos não apareceu nos anúncios de fuga. Esses dados apresentam diferenças com relação aos estudos referentes à Bahia e Rio de Janeiro, uma vez que as crianças que fugiam nessas províncias apresentam números mais

¹⁹⁸ IBRAN/ Casa Borba Gato. Cartório do Crime. CC – (26) 1012. Auto de perguntas feitas aos escravos pertencentes a João Paulo Cotta, 1882.

significativos.

Para as crianças, a fuga era um empreendimento mais complicado, já que estas dificilmente conseguiriam sobreviver sozinhas às adversidades impostas pela vida fora dos cativeiros. Sem especialização, que serviria como mecanismo de troca, e circulando pelas ruas seriam, facilmente, identificadas e capturadas. Sem referência de idade, nos deparamos com apenas uma “criança de nome Tecla, filha de Elydia” que fugiu da cidade de Itabira do Matto Dentro, e que já estava há 2 meses desaparecida.

Notamos redução, também, ao se tratar dos escravos de 40 a 49 anos e os com mais de 50 anos, apesar de mais expressivos que os da faixa-etária de 0-9 anos. Não foi incomum homens como, Antonio, de 50 anos, que saiu à procura dos irmãos do seu proprietário e já estava desaparecido há 9 meses; Joaquim, já idoso com “craneio quasi destituído de cabellos” fugido há mais de um ano e dois meses; e mesmo, Antonio de nação, de 50 a 60 anos com “presumpções de forro”, visto entre a capital e Marianna e fugido há mais de 2 anos. Esses casos bem exemplificam que os escravos de idade mais avançada, também empenhavam-se na fuga, mesmo que em números menores que os mais jovens. Além disso, uma justificativa, pode ser a concessão de cartas de alforrias – pelos serviços prestados - ou aquisição da mesma mediante compra.

Enfim, os escravos que mais fugiam eram os de faixa etária correspondentes a 20-29 e 30-39 anos. Estes, podemos conjecturar, eram os mais robustos, com vigor físico, habilidosos e corajosos. Avistando possibilidades de viver fora do âmbito da senzala, empreendiam a fuga e se capturados, voltavam a fugir até se verem livres do cativoiro. Emblemático foi o caso de Laurindo, crioulo, “de vinte de dous annos de idade tocador de viola, tropeiro e carpinteiro” que se aventurou na fuga, pela

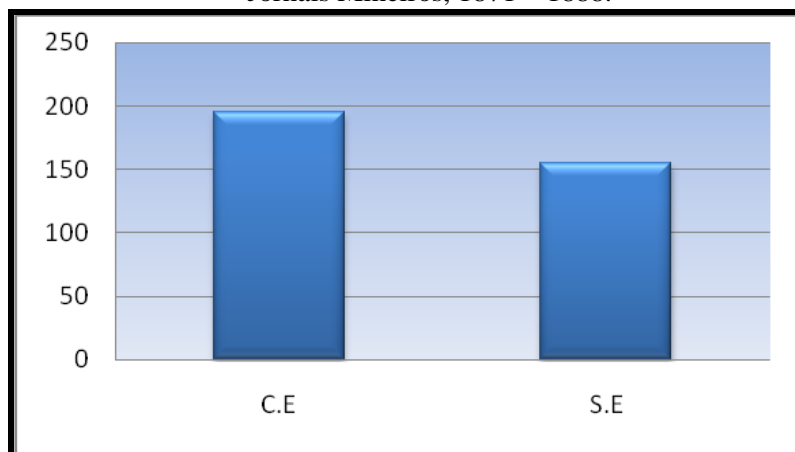
primeira vez em 1871 e que continuava desaparecido em 1879. Entre fugas e capturas seu proprietário pagou mais de 50 anúncios nos jornais *Diário de Minas*, *Noticiador de Minas* e *Actualidade*.¹⁹⁹

Dados sobre as principais ocupações exercidas pelos escravos, nos permitem identificar quem fugia mais, os habilidosos ou os ‘sem habilidade? Segundo Flávio dos Santos Gomes, os escravos que exerciam uma ocupação não eram, necessariamente, os que mais fugiam. Dos dados computados - para o período compreendido entre 1809 e 1821 no Rio de Janeiro - o autor constatou que apenas 24% dos anúncios se referiam aos escravos habilidosos e que dentre estes, se destacavam os crioulos. Nas suas palavras, havia uma “crioulização” da mão-de-obra, principalmente nas cidades.²⁰⁰ Concomitante a essa hipótese, recorremos ao trabalho de Márcia Amantino sobre a província mineira no período de 1825 a 1832. Ao utilizar o jornal *O Universal*, a autora identifica pequeno número de escravos especializados, apenas 16 casos – das 116 fugas coligidas - nos anúncios por ela analisados. Essa pequena parcela era composta de 75% de crioulos e apenas 25% de africanos, corroborando com as proposições apresentadas por Flávio dos Santos Gomes. Nessa pesquisa observamos que os escravos fugitivos especializados correspondem a 55% dos casos, dados bem diferentes apontados pelos autores acima:

¹⁹⁹ *Noticiador de Minas*, 31 de julho de 1872, número 469, página 3; *Diário de Minas*, número 9, página 3; *Actualidade*, 26 de junho de 1878, número 39, página 4.

²⁰⁰ GOMES, Flávio dos Santos. Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Tempo*, Rio de Janeiro, 1:1 (1996), p. 14.

Gráfico 6
Escravos fugidos especializados,
Jornais Mineiros, 1871 – 1888.



C.E – Com especialização.
S.E – Sem especialização.

Pudemos observar que os escravos sem menção de alguma especialização também se sobressaíram, no sentido de permanecerem por longos anos fora do cativeiro. Destarte, não inferimos que os escravos que não tiveram especialização noticiada, são desprovidos de habilidades. Zacarias, por exemplo, cativo de José Izidro Magalhães Drumond, foi descrito como “sem habilidade”, desenvolvendo, apenas, atividades voltadas para os serviços de roça. Porém, seu senhor adverte que “é muito econômico, chega a fazer pecúlio”. Conseguimos identificar mais de quarenta anúncios sobre sua fuga, o que correspondeu a mais de 6 anos desaparecido. Chegando a acumular pecúlio, possivelmente, Zacarias valia-se da sua atividade de roceiro para ficar tantos anos foragido. O fato de classificá-lo como “sem habilidade”, não denota que não conseguiria sobreviver fora dos domínios do seu proprietário, já que acumulava dinheiro e era muito econômico.

Através do conjunto das especializações coligidas sobre os escravos fugidos, o quadro abaixo destaca as mais exercidas:

Quadro 8
Principais ocupações dos fugitivos,
Jornais Mineiros 1871 – 1888.

Tropeiro	51
Carpinteiro	36
Pedreiro	33
Ferreiro	24
Lida com animais	18
Cozinheiro	10
Alfaiate	10
Sapateiro	5

Entendemos que, por exercerem atividades específicas, esses escravos eram mais valorizados que os demais. Deparamo-nos, na maioria das vezes, com tropeiro, carpinteiros, pedreiros, carreiros, ferreiros e, em menores números, trabalhadores de madeira, alfaiate, além de sapateiros, pagem e copeiros. Atividades peculiares, também foram desveladas, como músicos, pintores, curador de feitiços, “sabe fazer fogos de artifícios”, trabalho com objetos de couro, marceneiro - oficial que trabalha com mais arte -, dentre tantos. Essas ocupações, acreditamos, aumentaram as possibilidades dos fugitivos de se estabelecerem como trabalhadores livres, ou seja, vivendo dos seus préstimos sem precisar restituir valores para seus proprietários.

Dados referentes ao universo do letramento²⁰¹ dos cativos, também, abriram fendas que nos possibilitaram conhecer outras possibilidades de esquiva. Estudos sobre as chances que os cativos tinham de aprender ler e/ou escrever ascendem na historiografia para desmistificar antigos estereótipos de “iletrados”. Elucidativo é o trabalho de Christianni Cardoso Morais sobre os padrões de escrita dos cativos.

²⁰¹ Nesse trabalho nos valem do que Christianni Cardoso Morais interpretou como letramento: algo que ultrapassa o universo do espaço escolar. Aprendizados nos espaços exteriores.

Segundo a autora, o fato de alguns escravos saberem ler e, principalmente, escrever poderia “propiciar aos cativos uma liberdade perigosa aos olhos de seus proprietários”.²⁰² Nessa investigação, notamos várias denúncias que os escravos sabiam ler e/ou escrever e que poderiam se valer dessa habilidade no ato da evasão. Dentre os dados coletados, registramos certo nível de letramento em 17 ocasiões de fugas. A saber:

Quadro 9
Letramento/ocupação dos escravos foragidos
entre 1871 a 1888.²⁰³

NOME	OCUPAÇÃO	LETRAMENTO
Theofilo	Sapateiro	“Sabe assinar”
Antonio	NC	“Sabe ler”
Manoel	NC	“Sabe ler e escrever”
Lourenço	NC	“Inclinado a leituras”
Jeronimo	Faz fogos de artifício	“Sabe ler”
André	NC	“Sabe ler e escrever”
Cosme	Carpinteiro e Marceneiro	“Sabe ler e escrever”
Domiciano	Peão, valeiro e roceiro	“Escreve e lê mal”
Ricardo	NC	“Lê e escreve mal”
Luiz	Cozinheiro	“Sabe ler e escrever”
Gregorio	Serviços domésticos	“Lê mal”
Aniceto	Serviços domésticos	“Lê mal”
NC	Ajuda em missas e ferra animais	“Sabe ler e escrever”
Severino	NC	“Bom copista”
Sebastião	NC	“Sabe ler e escrever”
Antonio	Lida com aromarias	“Sabe ler e escrever perfeitamente”
Luiz Eustáquio	NC	“Lê mal”

²⁰² MORAIS, Christianni C. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731 – 1850. *Revista Brasileira de Educação*. V.12, n. 36, set./dez. 2007, p. 497. Sobre o tema ver: FONSECA, Marcus Vinicius. *Educação dos negros*. Bragança Paulista: EDUSP, 2002; PAIVA, Eduardo França. Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América portuguesa. In: Colóquio Internacional Política, nação e edição. Belo Horizonte, 2003. *Anais...* Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, 2003. v.1; WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira”. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 4 jul./dez. 2002, pp. 103 – 122.

²⁰³ *Noticiador de Minas*, 17 de dezembro de 1872, número 517, página3; *Diário de Minas*, 05 abril 1873, número 52, p.4; 21 março 1874, número 225, p. 4; 02 de setembro 1875, número 514, p.4; 28 março 1874, número 228, p.4; *Actualidade*, 26 junho 1878, número 39, p.4.

Esses dados servem como lupa para abrir caminhos sobre esse tema, ainda, pouco explorado pela historiografia. Corroboramos com Morais ao afirmar que a posse das habilidades de leitura e/ou escrita transformava-se, no caso das fugas, em um instrumento capaz de dar aos cativos condições de autonomia.²⁰⁴ Dominar a escrita e a leitura foi um dos instrumentos utilizados pelos cativos foragidos, no entanto, não encontramos uma relação entre as especializações dos cativos com o fato do mesmo saber ler e/ou escrever, ao contrário do que foi encontrado por Christianni Morais e Eduardo França Paiva.²⁰⁵ Pelo contrário, os valores equivalem nos casos de cativos que não tiveram nenhuma ocupação noticiada e aqueles que tiveram sua habilidade divulgada. Uma forma do escravo foragido valer-se dessa habilidade, pode ser ratificada pelo anúncio veiculado pelo *Diário de Minas* sobre o cativo Luiz, natural de Ouro Preto:

Cor parda, altura regular, franzino de corpo, tem um olho torcido para o nariz, e não enxerga delle, *sabe ler e escrever*, tem sido cosinheiro, tem muito pouca barba e só no queixo, pés bichentos, cabellos encarapinhados, idade de vinte e tantos annos, tem o rosto descarnado, orelhas pequenas, e tem signaes de fistula no rosto; *dizem que elle faz passaporte falso*, levou um fraque preto já usado, chapeo de coro, colxa mineira, camisa de baeta azul, calça de merino preto e roupas de algodão de Petropolis.²⁰⁶

Luiz, não obstante, ser descrito como “franzino de corpo” e tendo “um olho torcido para o nariz” demonstra tamanha esperteza na falsificação de documentos. O fato do cativo saber ler e escrever, possivelmente, o auxiliou nessa evasão. A habilidade de leitura e escrita foi essencial na sua ousada iniciativa de fazer documentos. Seu proprietário ao relatar que o foragido levava fraque, chapéu, colcha, camisa, calça e roupas de Petrópolis, adverte a sociedade que, além da ocupação de

²⁰⁴ MORAIS, Christianni C. *Op. cit.*, p. 503

²⁰⁵ PAIVA, Eduardo França. Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América portuguesa. In: Colóquio Internacional Política, nação e edição. Belo Horizonte, 2003. *Anais...* Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, 2003. v.1

²⁰⁶ *Diário de Minas*, 26 de fevereiro de 1877, número 787, p. 4. Grifos nossos.

cozinheiro e sabendo ler e escrever, Luiz poderia facilmente passar-se por liberto. Além de tudo, a possibilidade de falsificar documentos, o que poderia ser uma suposição, mas pela quantidade de cativos que carregavam documentos falsificados pela província, inferimos que essa habilidade era exercida e aceita pelos demais das escravarias. A fuga de Luiz não se caracteriza como uma fuga de pequena duração, uma vez que com tantos atributos, dificilmente, o proprietário recuperaria a mão de obra evadida.

Voltando ao letramento, encontramos alguma relação entre os escravos letrados e aqueles que tinham contato com a Igreja, seja através dos seus senhores padres, como foi o caso do escravo que “ajuda em missas”, o qual dominava a leitura e a escrita e tinha sido propriedade do padre Benicio José Ferreira de Minas Novas e o foragido Antonio que sabia “bem lidar com aromarias de igreja” e que sabia “ler e escrever perfeitamente”.

A arte de encobrir características físicas, forjar adornos, mudar corte de cabelo, passar-se por livre e “esquecer o nome do proprietário” foram artimanhas utilizadas pelos cativos na tentativa de viverem longe dos olhares dos seus senhores. Contudo, nenhuma se sobressaiu ao fato dos cativos mudarem de nome. Foi Adão se passado por José Pereira, Aleixo que “acode pelo nome de Manoel Joaquim”, André que troca o nome por Serafim, enfim essa era uma prática reconhecida pelas autoridades, uma vez que já esperavam por tal artimanha. Causou espanto às autoridades, por exemplo, o fato do escravo Antonio nação Rebollo, que ao ser preso pelas autoridades no Desterro de Congonhas e levado para a cadeia de Sabará no ano de 1846, não mudar, maliciosamente, seu nome.²⁰⁷ A polícia de Santa Barbara divulgou o seguinte anúncio:

²⁰⁷ IBRAN/Casa Borba Gato. Cartório do Crime (01) 09 – Petição de José Jacinto de Medeiros para a entrega do seu escravo Antonio africano que se achava na cadeia, 1846.

Achão-se presos na cadeia d'esta cidade de Santa Barbara, desde o dia 22 de Novembro p. p., dous escravos: um que diz chamar-se Delfino, cor preta, alto, corpulento, bons dentes e apontados, nariz chato, beijos grossos, pés e mãos compridas, dedos compridos, carrega na falla, idade de 25 annos, e é natural do Norte: outro que diz chamar-se Estanisláo, crioulo, idade de 30 annos mais ou menos, baixo, bem feito de corpo, pés e mãos pequenas, pello fino, pouca barba, bons dentes com falta de um do lado superior, também no Norte; confissão ser escravos, mas não dizem quem é o senhor; fallão em Paulino Barroso comboeiro, em fazenda da Serraria, Gamelleira e Rio Novo: quanto aos nomes são mudados, porque em outros lugares Delfino deu o nome de Pedro e Estanisláo o de Albano. Cidade de Santa Barbara, 04 de março de 1882.²⁰⁸

Simple e prático, mudar o nome foi uma prática, demasiadamente, utilizada pelos cativos. O retorno aos anos precedentes aos da investigação, nos proporcionou perceber as estratégias de resistência que foram corriqueiras no cotidiano escravista. A tática de mudar o nome visava usufruir dias de liberdade, mesmo que fosse por um pequeno espaço de tempo, como aconteceu com Antonio de nação Rebollo, recuperado pelo seu proprietário Manoel Jacinto de Medeiros.

Determinar o tempo em que o cativo ficava foragido foi um desafio a ser vencido. Primeiro, em quase todos os casos, não tivemos contato com os cativos no período posterior à evasão. Segundo, as fontes consultadas não nos proporcionam tal percepção e, por último, dificilmente um escravo fugitivo deixaria vestígios que facilitasse a sua apreensão, o que tornou difícil seu rastreamento. Dessa forma, determinamos o tempo mínimo da fuga, a partir do momento da evasão e última vez que o anúncio deixou de ser veiculado nos periódicos. Isso, porém, abre precedentes para alguns questionamentos. Com o cancelamento da divulgação do anúncio, podemos conjecturar que o cativo fora apreendido, fazendo com que o proprietário não mais pagasse pelo anúncio. Pode significar, também, que o cativo, na íntegra, conseguiu escapar, fazendo com que seu proprietário desistisse de encontrá-lo e, por fim, que os anúncios eram dispendiosos demais para o proprietário pagar anúncios

²⁰⁸ A *Província de Minas*, 13 de março de 1882, número 91, p.4

sem expectativa de encontrar o escravo foragido.

No corpo documental, a data da fuga foi noticiada em mais de 268 casos, correspondendo a 76,57 %, isso nos proporcionou determinar o tempo mínimo da fuga. Além, é claro, do expressivo número de repetições. Dessas informações, os escravos que ficaram foragidos por mais de um ano somaram 74 casos. Porém, encontramos relatos de cativos que ficaram 3, 5, 9, 11 meses desaparecidos e que foram apreendidos, mas que voltavam a fugir e ficaram a mesma quantidade de tempo sumidos. É precipitado, talvez, determiná-las como *petit marronage*. Essas escapadas foram interrompidas por denúncias de paradeiros e apreensão da polícia, e não teve como, primeiro intuito, rever parentes ou amásias, para depois retornar ao trabalho na fazenda do senhor. O anúncio sobre a fuga do escravo Raymundo, publicado em 28 de janeiro de 1874, esclarece o mencionado,

(...) Levou calça e camisa de algodão, chapéu de palha, e também um facão grande com cabo de xifre, tendo uma pequena volta no lugar onde se pega. Consta que leva uma carta de padrinho dirigida ao abaixo assassinado e com essa vai elle escapolino. *Costuma trabalhar em reboque e obras de pedra, porém grosseiramente*. Quem o apreender e trazer à fazenda do capitão Paulo Luiz Pinto, no Itambé, receberá a gratificação de cinquenta mil réis e bem assim toda a despeza que com o mesmo fizer(...).²⁰⁹

Com essa descrição, o proprietário conseguiu reaver a sua propriedade em um mês. Todavia, Raymundo voltou a fugir. Então, o senhor acrescentou,

(...) natureza timida ou fingida, falta dentes na frente, muito proza, anda ligeiro, pés pequenos e bem feitos, velhaco, astucioso, não lhe faltando embustes para não ser preso e evadir-se da mesma, levando consigo um casaco de brim amarelo já usado, calça e camisa de algodão, e uma coberta de retalho, um laço pouco usado com argolla regular de latão, e *julga-se ter levado também uma colher de rebocar* (...).²¹⁰

O fato de Raymundo ter ficado, somente, um mês foragido não denota que tinha pretensões de voltar ao cativo, uma vez que, na segunda evasão carregou um

²⁰⁹ *Diário de Minas*, 28 de janeiro de 1874, número 214, p. 4

²¹⁰ *Diário de Minas*, 20 de março de 1875, número 422, p. 4.

instrumento condizente com sua habilidade de “trabalhar em reboque”. No primeiro anúncio, não voltou espontaneamente, mas por falhas na arte de esconder-se. O fato de carregar um instrumento de trabalho denota que o cativo, tinha o objetivo de empregar-se bem longe das vistas de seu proprietário. Não encontramos referências explícitas sobre a *petit marronage*, também chamada de fugas temporárias/reivindicatórias, no período focado. Ao contrário dos trabalhos sobre São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, os números para Minas Gerais, nas últimas décadas do século XIX, instigam. O que não significa inexistência. Essas “escapadelas” foram comuns em outras províncias com a conivência dos proprietários que permitiam a fuga dos escravos para matar saudades de parentes, amásias e freqüentar batuques.

Os anúncios que registraram longo tempo foragido correspondem a quase 28% das informações. Deparamo-nos com fugas que ultrapassam 5, 6, 7 e 8 anos sumidos. Esses cativos, possivelmente, arranjaram suas vidas longe do cativo, levando seus proprietários a desistir de anunciar a fuga nos jornais. A repartição da polícia, também anunciava quando o cativo era apreendido, foi o que aconteceu com alguns cativos no ano de 1871,

Pela repartição de polícia da província de Minas Gerais se faz público para conhecimento de quem interessar possa que à cadêa desta capital achão-se recolhidos os seguintes escravos: Cyriaco, que declarou pertencer aos herdeiros de Bazilio José da Costa, morador no Cabo Frio, província do Rio de Janeiro; *Salustiano, que diz ser escravo do major Manoel Barbosa, morador no Bomfim do Pomba*, João da Silva, escravo de Gabriel de tal morador nos Perdões, Claudino, que diz ser escravo de José Eugenio Teixeira Leite, morador no Mar de Hespanha, e João Baptista que consta ser escravo de Victoriano Pereira Guimarães, morador no Laranja, termo da Leopoldina.²¹¹

Salustiano, propriedade de Manoel Barbosa de Castro e Silva, fugiu em 05 de junho de 1871 e teve sua evasão denunciada em 11 de julho de 1871. No dia 25 do

²¹¹ *Noticiador de Minas*, 25 de julho de 1871, número 336, p. 4. Grifos nossos.

mesmo mês, o cativo foi capturado pelas autoridades policiais e colocado na cadeia da capital. Exposto pela secretaria de polícia, num anúncio de captura, passou-se mais de quatro meses sem que Manoel Barbosa procurasse as autoridades. Ficara mais de um mês foragido, no entanto, permaneceu na cadeia quatro meses a espera do seu senhor.

Havia senhores que publicavam os relatos de fuga espaçadamente. Sem desistir, totalmente, do seu escravo foragido, noticiava certa quantidade de anúncios num ano e, em outro momento, mais tantos e assim por diante. Zacarias, escravo de José Izidro Magalhães Drumond, desapareceu em setembro de 1877 e teve suas características divulgadas quarenta e duas vezes, dividindo-se, respectivamente, em 1878, 1879, 1883 e 1884. Com isso já havia se passado mais de sete anos da sua evasão. Seu proprietário não desistiu de capturá-lo, fazendo investidas desde 1877.

Com ar de forros e passando-se por civilizados, muitos escravos fugidos se dissolviam no anonimato da massa de libertos e assim, enganavam as autoridades. Nos centros urbanos, não era incomum prender qualquer sujeito “preto” por suspeitas de fugitivo, mas nem sempre os cativos fugidos saíam como se escravos fossem. A aparência contava para que não fossem apreendidos, o que, quiçá, explique o variado arsenal de roupas levadas pelos escravos. Veríssimo, que era bom alfaiate “levou boa roupa, uma camisa de flanela vermelha com abotuadura de pedra, um chapéu de lebre fino”,²¹² assim como Fortunato que “trajava calça de algodão americano, paletot de algodão mineiro, chapéu de lebre e levou o resto de sua roupa”.²¹³ Também, houve aqueles que as compravam depois da fuga, como exemplo o “bastante ágil” Virgínio que “levou camisa de riscado em xadrez vermelho, paletot

²¹² *Noticiador de Minas*, 28 de julho de 1871, número 337, p.4

²¹³ *Noticiador de Minas*, 28 de novembro de 1871, número 511, p.4

de brim e chapéu preto, comprados depois de fugir”.²¹⁴

Havia aqueles que eram peculiares até no modo de vestir-se. Como Eleutherio que “quando fugiu, foi vestido de preto, inclusive camisa, por estar de luto, e é apreciador de um lenço amarrado na cabeça”.²¹⁵ Vicente que, “por costume” andava com um lenço “aberto amarrado no pescoço e cahido para as costas ou para frente”, ao fugir “levou consigo um sacco com alguma roupa, camisa de riscadinho, vermelho, nova e uma calça de algodão grosso trançado e tinta de braúna, um paletót de cassineta branca, já usado”.²¹⁶ Outros recursos foram acionados para ludibriar as autoridades, cito os escravos que se passavam por idiotas, mas eram “muito civilizados”, outros, tamanha era sua esperteza, que se passavam por forros facilmente. Segundo Liana Maria Reis, o que determinava a condição de escravo e liberto, nesse contexto, era sua capacidade de civilizar-se. Nesse sentido, não faltavam embustes a alguns escravos foragidos para enganar as autoridades com seu “ar de forro” e por serem muito espertos e civilizados.

²¹⁴ *A Província de Minas*, 25 de janeiro de 1887, número 406, p.4

²¹⁵ *A Actualidade*, 23 de abril de 1878, número 14, p. 4

²¹⁶ *A Actualidade*, 12 de maio de 1881, número 47, p.3

CAPÍTULO IV

Perspectivas de inserção no universo escravocrata.

Fugir foi uma característica de homens que se viram em volta ao cativo, desde a antiguidade. Essa forma de resistência minou, paulatinamente, a instituição escravista, apesar da inexistência nos códigos que regulamentavam o comportamento do escravo em fuga. Porém, segundo a produção historiográfica, tal ação se intensificou no fim do século XIX. As questões que se colocam: quais os fatores, compreendidos entre 1871 e 1888, contribuíram para o aumento das evasões? Fugiram porque previam o esfacelamento da instituição? Teve alguma relação com a demanda do mercado em expansão? Vários fatores contribuíram para tais mudanças, seja de ordem econômica, política, social e, também, carrega uma relação direta com o movimento abolicionista. Apesar de darmos foco ao papel dos escravos fugidos no encaminhamento da sua libertação, não desconsideramos que, fatores externos ao seu comportamento, foram decisivos para que vissem aí uma possibilidade de esquiwa. A partir de um ato, aparentemente isolado, percebemos as chances de liberdade abertas a homens e mulheres que aproveitaram frestas na sociedade escravista e erigiram formas de inserção.

4.1 - Espaço urbano e mobilidade.

As transformações, ocorridas no espaço urbano durante o século XIX, foram essenciais para que os escravos intensificassem suas ações de resistência. Determinar o que entendemos por urbano e rural, não é o intuito desse trabalho. Todavia, percebemos a tênue linha que as divide. Até fins do século XIX, segundo Afonso de Alencastro Graça Filho, a paisagem das cidades brasileiras mantinha sua proximidade com o espaço rural, demonstrando as peculiaridades da história urbana do Brasil.²¹⁷

Os grandes proprietários rurais tinham forte influência nos espaços urbanos. “As festividades uniam os moradores de ambos os mundos, quando senhores rurais e campônios se deslocavam para as moradias próprias, de parentes, hospedarias ou arranchavam nas proximidades do centro urbano. Portanto, as linhas divisórias entre o meio rural e o urbano eram de difícil percepção”.²¹⁸ Segundo Emília Viotti da Costa, foi com a transferência do governo português para o Brasil, a abertura dos portos em 1808 e, finalmente, a Independência, que as pequenas cidades ganharam expressão nacional, em decorrência do crescente processo de urbanização. As capitais das províncias tornaram-se centros político-administrativos importantes, dando vida a novos núcleos urbanos. No caso de Minas Gerais, a especialização na área de mineração desenvolveu regiões periféricas que passaram a abastecer as minas, estimulando o mercado interno e, por sua vez, o comércio e a urbanização.²¹⁹

A mineração aurífera ajudou interligar caminhos e povoados sob o prisma do abastecimento. Foi nesse contexto, que pequenas cidades alicerçaram-se pelo território da província, “com destaque para Vila Rica (Ouro Preto), São João Del Rei,

²¹⁷ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *História, Região & Globalização*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 31

²¹⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 8ª Edição revista e ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007, p.242.

Mariana, Caeté, Sabará, Vila do Príncipe (Serro) e Arraial do Tejuco (Diamantina)”.²²⁰ Esses espaços foram cenários de embates políticos, disputas por poder, espaço de trocas, vendas, entrepostos comerciais, mas também, foi local de inserção e mobilidade escrava.

De acordo com Leila Mezan Algranti, no cerne dos centros urbanos, complexamente movimentados, os escravos eram parte integrante e fundamental de suas populações. Desenvolviavam as mais diversas atividades, desde as mais especializadas quanto àquelas recusadas pelos homens livres e libertos. O estudo da escravidão urbana trouxe à tona a liberdade de movimento experimentada pelos cativos, além de formas de trabalhos não visualizadas nos espaços rurais, a saber: o escravo de ganho que dispunha provisoriamente de sua força de trabalho. “No caso de não possuírem profissão especializada, faziam qualquer tipo de tarefa que fosse necessária”.²²¹

O comportamento dos cativos assumiu características diferenciadas no espaço urbano. Nas fazendas, a melhor forma de esquivar dos males da escravidão era a negociação com o proprietário, seja através da obtenção de pequenos lotes de terra, constituição de família, conquista, por benevolência do senhor, da carta de alforria, dentre tantos. Já o cenário urbano, caracterizou-se pela mobilidade espacial vivenciada pelo cativo o que possibilitava, através da prestação de serviços e acúmulo de pecúlio, a compra da liberdade. Para os escravos fugidos, esse cenário, era um espaço de possíveis inserções já que poderiam se misturar à população livre negra da cidade, alterando as características básicas desse sistema. Nesse quadro, movimentaram-se escravos, forros, mulheres quitandeiras, homens livres, homens

²²⁰ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Op. cit.*, p.32

²²¹ ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor ausente*. Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808 -1822. Petrópolis: Editora Vozes, 1988, p. 20.

temerosos do fim da escravidão, assim como homens ansiosos pela sua chegada e, por fim, escravos fugidos que visualizavam a cidade como esconderijo do sistema escravocrata. Em processo de expansão econômica, adensamento populacional, não foi difícil, escravos foragidos, se empregarem como se livres fossem. Segundo Eduardo Silva e João José Reis, enquanto vigorava o “paradigma ideológico colonial” as fugas predominavam *para fora*, ou seja, lugares de difícil acesso, a saber: o sertão, as matas, montanhas e mangues. Todavia, no findar do século, especificamente a partir da década de 1870, com o crescimento urbano, ampliação do mercado de trabalho, emergência de idéias abolicionistas, dentre outros fatores, as fugas se destinaram *para dentro*. Ou seja, no final do século XIX, fugir para as matas era um comportamento atípico dos escravos foragidos.²²²

4.2 - Vias Férreas.

O tropeiro foi figura emblemática na condução de produtos na província mineira. Transpor obstáculos, enfrentar assaltos, mau tempo, caminhos inacessíveis, foram dificuldades encontradas por esses homens que foram responsáveis pelo movimento de mercadorias no período colonial e Imperial brasileiro. Segundo Maria Sylvania de Carvalho Franco, existem vários tipos que podem ser enquadrados na categoria de tropeiros, mas o que nos interessa é aquele responsável pelas transações comerciais. Como tal

(...) dispunha de um patrimônio e que o fazia valer reunindo um certo número de cabeças nas zonas de preamento e criação, para vendê-las na feiras e mercados urbanos, ou que se dirigia às regiões de cultura, realizando suas transações diretamente com proprietários de terra.²²³

O lombo do burro funcionou, durante séculos, como veículo para

²²² REIS, João José, SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.71

²²³ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens Livres na ordem escravocrata*. 4º edição. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 67.

escoamento de produtos e abastecimento das fazendas. Segundo Viotti da Costa, somente na ausência de outras formas de comunicação, que os tropeiros constituíram-se como principal meio de transporte entre as cidades do interior e o mundo externo,²²⁴ no entanto, foram peças substanciais na movimentação de mercadorias e, também, interligaram diferentes e longínquas regiões na Colônia e Império brasileiro.

Os tropeiros circulavam por toda a província em lombos de muares e atraíam escravos que se juntavam às tropas. Senhores denunciavam, constantemente, tropeiros que acolhiam escravos fugidos nas suas andanças. Deparamo-nos com numerosos escravos que evadiam e procuravam inserir-se em tropas que cortavam a província. Muitos eram habilidosos na arte de arriar, carrear e cargueiros. Quirino, “bastante conversado” fugiu em 1874 do Districto do Rio Novo e “acha-se empregado em alguma tropa, serviço este por que é apaixonado”.²²⁵ Joaquim que “arremedêa para o officio de carreiro é habilidoso para o de carpinteiro e é inclinado a andar tropa. Foi visto ha pouco mais de mez tocando o lote dianteiro de uma tropa que levava café em direção ao Porto do Cardozo”.²²⁶ Miguel que “lida bem com animais, passa por bom cavalleiro” e prático em viagem. “Consta estar, como camarada de um tropeiro, para o Sul de Minas, sendo visto em Formiga de Tamanduá”,²²⁷ e fugido a mais de seis anos. Higyno, que se juntou a “alguma tropa” que seguira para as paragens do Serro, lugar de onde veio. Pelo fato de serem hábeis nos serviços de tropa, muitos cativos desapareceram das fazendas dos seus proprietários e procuraram empregos nas tropas que circulavam pelo território mineiro. Assim, teciam relações, estabeleciam laços e ampliavam,

²²⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. Op. Cit., p.246

²²⁵ *Diário de Minas*, 28 de março de 1874, número 228, p.4.

²²⁶ *Diário de Minas*, 27 de fevereiro de 1875, número 426, p.4

²²⁷ *A Actualidade*, 29 de outubro de 1880, número 118, p.3

conseqüentemente, suas redes de solidariedade que o auxiliava na permanência fora do cativeiro.

No findar do século XIX, porém, os meios de transportes passariam por mudanças significativas, pois, ascendem necessidades de meios mais rápidos e eficazes, para escoar grandes quantidades de produtos. Antonio Luiz Affonso de Carvalho, presidente da província em 1871, declara:

A sua população à par de uma índole pacífica e gênio lhano e franco possui em alto gráo a honrosa ambição do trabalho, esperança nas suas forças e fé no futuro de sua pátria: - está situada a província entre outras seis, das quaes, três das mais importantes do Império, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, lhe ambicionão com ardor o seu commercio de importação e exportação: - salta de suas negras serras o magestoso S. Francisco, que corre para o norte a lançar-se no oceano, proporcionando-lhe sahida e comunicação para sete províncias: - si lhe falta o mar, tem o grande patriarcha das águas, que lhe dá seguros portos fluviaes (...).

Porque pois não prospera quanto merece? Porque não dá ella um exemplo de progresso? O que lhe falta? O que a detem?

E conclui:

Faltão-lhe os meios de vencer as distancias, único obstáculo, que se oppõe a satisfação immediata da maior parte de suas necessidades e desejos: faltão-lhe estradas, ou de rodagem, ou de ferro, que facilitem e abreviem os transportes e as comunicações.²²⁸

Facilitar o transporte de produtos era o intento desse presidente e autoridades precedentes. Denúncias de dificuldades de acesso às regiões mineiras e outras províncias, deram impulso à construção de linhas férreas ou pelo menos iniciaram sua construção. Para os envolvidos no comércio e na lavoura, era uma forma de diminuir distâncias e expandir a produção, além de ampliar a malha urbana, pois, próximos às estradas de ferro surgiram núcleos populacionais. Esse tipo de transporte era descrito como “poderoso meio de civilização e progresso” e que muito

²²⁸ Relatório apresentado á Assembléia legislativa da província de Minas Gerais na sessão extraordinária de 02 de março de 1871 pelo presidente Ilm. E Exm. Sr. Doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho. Ouro Preto, 1871. Typ. de J. F. de Paula Castro, p. 51.

contribuiria para o desenvolvimento das indústrias, comércio e agricultura.

Como os cativos visualizaram brechas nas vias férreas? Mestres na arte de forjar estratégias, os escravos erigiram formas de inserção, também, nesse ramo dos transportes. Esse espaço foi, constantemente, procurado pelos escravos em fuga que empregando-se nas vias férreas e seus ramais, descontentavam seus proprietários que ameaçavam agir com os rigores da lei contra quem os empregasse sem apresentação de carta que comprovasse liberdade. Dos casos analisados, expressivos foram os cativos que conseguiram se empregar nas vias férreas e ficavam desaparecidos por longos anos. O anúncio abaixo elucida:

Anda fugido ha mais de um anno, o escravo Firmino, idade 27 para 28 anos, crioulo, bons dentes na frente, baixo, reforçado de corpo, pouca barba e bem falante; tem em seo poder uma carta autorizando-o agenciar dinheiro para sua liberdade, no prazo de cinco mezes. Desconfia-se que o mesmo anda nas immediações do Juiz de Fora, trabalhando na estrada de ferro; (...) Previne-se que esse escravo anda fugido pela segunda vez, e é muito esperto.²²⁹

Fugido pela segunda vez, o “muito esperto” Firmino já estava desaparecido a mais de um ano. Seis anos mais tarde, o proprietário de Firmino confirma as suspeitas que o cativo estava empregado como forro nas estradas de ferro de Juiz de Fora. Quase foi apreendido em 1880, mas evadiu novamente, dessa vez para a cidade de Ubá e depois para São João Nepomuceno.²³⁰ Essa mesma situação se repetiu com o cativo Manoel

(...) que fugira no dia 14 de novembro e havia sido preso no dia 25 de dezembro de 1882 na linha férrea – Rio Verde, onde trabalhava com o nome de Antonio Pedro, fugio de novo antes de ser entregue a seu senhor, o tenente, coronel Francisco Carneiro Santhiago, na freguezia do Lambary da Campanha, procurando a cidade de Ayuruoca, onde foi visto. *Consta que d’essa cidade seguio para a linha férrea de Pedro II afim de trabalhar alli*, e levou a roupa em um mallote de viagem que furtou na via ferrea do Rio Verde (...).²³¹

Possivelmente, Manoel teve motivos especiais para procurar a estrada de

²²⁹ *Diário de Minas*, 24 de dezembro de 1874, número 387, p.4.

²³⁰ *A Actualidade*, 17 de fevereiro de 1880, número 4, p.4

²³¹ *A Província de Minas*, 01 de janeiro de 1883, número 137, p.4

ferro, pois além de contar com suporte na fuga, contavam com as possibilidades de empregar-se. Também fugiram os escravos, Celestino e Job que, possivelmente, estavam empregados na linha férrea Pedro II, ou seus ramaes, e “talvez juntos”.²³² A fuga para esse espaço era facilitado pela solidariedade dos que ali trabalhavam. Sem esse companheirismo, talvez as fugas escravas fossem frustradas. José, crioulo de 20 a 21 anos, fugiu em outubro de 1885 e foi visto, em maio de 1887, trabalhando em uma estrada de ferro como guarda-freio. Assim que foi visto, “apressou-se em saltar fora do Wagon, para não ser reconhecido”. Possivelmente, nesse caso, José contou com o companheirismo de outros para não ser apreendido pelo sobrinho do proprietário. A possibilidade de emprego causava indignação nos senhores de escravos. As palavras do Dr. José de Rezende Monteiro, sobre a fuga do seu escravo Benedicto traduz o mencionado: “visto haver hoje em nosso país tanta facilidade em ajustar qualquer individuo, que não apresenta documentos pelos quaes mostre sua identidade”.²³³ Esse anúncio, assim como muitos, percorreu as páginas do jornal *Noticiador de Minas* mais de cento e vinte vezes, evidenciando que o escravo do mencionado senhor, conseguiu ajustar-se, a despeito da sua irritação.

Em suma, as estratégias dos fugitivos moldavam-se segundo o contexto histórico. Enquanto os tropeiros dominavam os meios de transporte, os escravos procuraram se juntar às tropas, para usufruir de certa mobilidade. Porém, com o advento de meios mais eficazes de transporte, as táticas mudaram e os escravos se adaptaram a novas circunstâncias de emprego. Sendo tropeiro, arrieiro, carreiro ou como guarda-freio, cozinheiros, carregadores e força bruta, os escravos fugiram e conseguiram se estabelecer como forros nas vias férreas em Minas Gerais, usufruindo “de um poderoso meio de civilização e progresso” e, arrematamos, meio

²³² *A Província de Minas*, 07 de novembro de 1885, número 288, p. 4.

²³³ *Noticiador de Minas*, 04 de maio de 1871, número 308, p. 3

de inserção social do fugitivo.

4.3 - Universo Militar: perspectiva de fuga da escravidão.

As oportunidades de inserção proporcionadas por essa corporação percorreram as páginas da historiografia da escravidão. No período colonial, homens como o Capitão Negro Henrique Dias que defendeu a Coroa portuguesa contra as investidas dos holandeses no Pernambuco açucareiro do século XVII,²³⁴ Manoel Nunes Viana que “contava com uma tropa pessoal, uma guarda e milícia particular, formada por negros mandingueiros, o que lhe dava, segundo o que se acreditava, poderes mágicos, aumentando a irritação de Assumar”,²³⁵ e o Capitão José Ignácio Marçal Coutinho que se intitulava o representante dos crioulos, pretos e mestiços forros das comarcas da província mineira,²³⁶ foram figuras emblemáticas na construção de uma história da escravidão que demonstrou formas de mudança de *status*.

Para o século XIX, recorremos ao trabalho de Álvaro Pereira do Nascimento, o qual argumenta que o universo militar foi um dos caminhos seguidos pelos escravos para se esquivar da escravidão e, conseqüentemente conseguir sua liberdade. De acordo com Nascimento, os estudos sobre a emancipação escrava no decorrer da Guerra do Paraguai são significativos, “contudo, temos somente alguns poucos comentários na historiografia sobre os escravos não-emancipados - que fugiam e burlavam o aparato policial e de recrutamento militar ao longo do século

²³⁴ COTTA, Francis Albert. “Negros e mestiços nas milícias coloniais ibero-americanas: a serviço do rei, dos poderosos locais e de si próprios.” In: *IV Simpósio Internacional de Estudos sobre a América Colonial*, 2008, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008, p. 1

²³⁵ PAIVA, Eduardo França. “Milícias negras e culturas afro-brasileiras: Minas Gerais, Brasil, século XVIII.” In: *XIV Encontro Regional de História - ANPUH-MG*, 2004, Juiz de Fora. Anais Eletrônicos - XIV Encontro Regional de História - ANPUH-MG, 2004, p.1.

²³⁶ COTTA, Francis Albert. *Op. Cit.*, p.3

XIX”²³⁷ - já que fugir para as matas não era o comportamento típico dos escravos no findar do século. Em momentos de guerra, os escravos ludibriavam recrutadores e assentavam nas forças armadas sem o consentimento dos seus proprietários. Alguns escravos apresentavam-se como voluntários para escapar de donos brutais e evitar a captura e punição por serem escravos fugidos.²³⁸

Nos anos anteriores ao focado nessa pesquisa, percebemos que escravos fugidos se ofereciam-se como voluntários nos corpos militares, reforçando a proposição que a Guerra do Paraguai foi um atrativo para homens em fuga. O comendador Vicente José da Trindade, morador da cidade de Diamantina, noticia a fuga do seu escravo Custódio em agosto de 1868,

Consta que o dito escravo fugira com o intuito de seguir para a capital com o fim de ahi oferecer-se como voluntário; por tanto aquelle que o prender e presental-o na mesma cidade ao seu senhor será generosamente gratificado, ou pondo em qualquer cadêa e avisar ao dito seu senhor. Previne-se também que tendo o mesmo escravo dito que seguia para o Ouro Preto, ainda assim pode procurar outro qualquer ponto onde satisfaça sua intenção e, por isso espalha-se avisos destes por todos os lugares para que seja frustrado seu desígnio.²³⁹

Fugir para oferecer-se como voluntário, na capital do Império, foi o “intuito” de muitos cativos nos anos precedentes à Guerra do Paraguai. Porém, além daqueles que intentavam, também observamos cativos que conseguiram, efetivamente, se inserir no corpo do exército nessa província. O “Exmº Barão d’Apparicida, morador a três léguas de São José de Além Paraíba”, divulga a evasão do seu escravo Manoel Cesário. Nesse anúncio, o Barão afirma ter notícia que seu escravo “se ofereceu voluntário, e *está* como praça em algum corpo do exercito”.²⁴⁰ Tendo em vista que já estava foragido há mais de quatro anos, é provável que os desígnios do cativo tinham

²³⁷ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Do cativo ao mar: escravos na marinha de guerra. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, 2000, n. 38, p.1.

²³⁸ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.127.

²³⁹ *Noticiador de Minas*, 19 de agosto de 1868, número 01, p.3

²⁴⁰ *Diário de Minas*, 02 de janeiro de 1868, número 392, p. 4

se concretizado.

Uma questão para pensarmos a infiltração dos escravos foragidos no universo militar é a própria escassez de homens disponíveis para defender a ordem. Antonio Luiz Affonso de Carvalho, então presidente da província mineira em 1871, aponta algumas das falhas concernentes às dificuldades de segurança individual e de propriedade

Diversas causas concorrem para esse mal, sendo saliente o fatal uso de armas proibidas, a vastidão da Provincia, *a falta de força publica sufficiente em todos os municípios para a perseguição e captura dos criminosos*, a dificuldade das provas nos processos, a bonhomia de alguns tribunaes, e também a grande demora das communicações e prestação de auxilio pela falta de bons caminhos.²⁴¹

Essa reclamação da autoridade máxima de Minas Gerais era uma constante nos relatórios de presidente de província, uma vez que inúmeras foram as denúncias de falhas do poder militar nas diversas regiões mineiras. Essas mesmas dificuldades foram apontadas pelo presidente em 1873, que reclamou da escassez de pessoas idôneas para exercício do cargo militar, pois os homens das localidades preferiam os cargos judiciários “e só por circunstancias extraordinárias, se prestão a exercer os da policia, de que só tirão trabalho, e não pequena responsabilidade”.²⁴² Outra reclamação das autoridades era a indisciplina do corpo policial, já que muitas vezes eram os próprios praças que precisavam ser reprimidos, comprometendo o serviço na repressão dos crimes. Como ressaltou o presidente em 1875 “só se offerecem em regra para esse serviço indivíduos que, mais que todos, precisão ser policiados: dahi as desordens nas localidades, as fugas de presos de grande numero de cadeas, e na occasião de serem transportados de uns para outros pontos, a reprodução dos crimes

²⁴¹ Relatório apresentado à Assembléia legislativa da província de Minas Gerais na sessão extraordinária de 02 de março de 1871 pelo presidente Ilm. E Exm. Sr. Doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho. Ouro Preto, 1871. p. 6 Grifos nossos.

²⁴² Relatório com que Exm. Sr. Senador Joaquim Floriano de Godoy no dia 15 de janeiro de 1873, passou a administração da província de Minas Gerais ao 2º vice presidente Exm. Sr. Dr. Francisco Leite da Costa Belem por occasião de retirar-se para tomar assento na camara vitalícia. Ouro Preto, 1873. p. 43.

com todo seo cortejo dos males”.²⁴³ Ausência de armamento, indisciplina dos praças e, muitas vezes, a falta de força pública foram elementos que, quiçá, contribuíram para que os escravos foragidos se inserissem na corporação militar suprindo uma lacuna tão ratificada nos relatórios dos presidentes.

No dia 13 de novembro de 1871, o Ministério dos Negócios da Guerra, da cidade do Rio de Janeiro, expediu uma circular advertindo os corpos do exército sobre os prejuízos causados pela inclusão de homens escravizados no *universo militar*:

Illm. Exm. Sr. – Aparecendo alguns indivíduos a reclamar indennisação por escravos que se tem alistado no exército, e convindo evitar semelhante abuso, de que resulta não pequeno prejuízo aos cofres públicos, determine V. Exe. que individuo algum se assente praça nos corpos do exército sem primeiramente se examinar se é elle de condição livre, pois só então poderá ser acceito.²⁴⁴

Além de evidenciar que as autoridades estavam atentas ao fato de que cativos inseridos na corporação causavam prejuízos aos cofres públicos, essa circular abre precedentes para admitirmos que, as investidas dos cativos se efetivaram no sentido da inserção. O fato de “ter notícias”, “era o intuito”, “segundo consta” nos permitiram, mormente, fazer conjecturas sobre a possibilidade de inclusão no *universo militar*. Todavia, a partir dessa circular, podemos inferir que essa era uma prática constantemente utilizada pelos escravos fugidos, o que forçou as autoridades a divulgar que somente indivíduos de condição livre, poderiam alistar-se no exército. Isso evitaria prejuízo aos cofres públicos, já que os senhores de escravos reclamavam indenização por sua propriedade que se alistara sem permissão.

Nos anos que sucederam à Guerra do Paraguai, os escravos continuaram se oferecendo para o serviço militar. Tal circular, possivelmente, deixou as autoridades

²⁴³ Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, por ocasião de sua instalação em 9 de setembro de 1875, pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, presidente da província. Ouro Preto, Typ. de J. F. de Paula Castro 1875, p. 42.

²⁴⁴ *Noticiador de Minas*, 23 de novembro de 1871, n. 381, p.1

mais atentas, no entanto, não inibiu as investidas dos escravos fugidos. Os números ratificam tal proposição. Imediatamente aos anos que sucederam à circular, deparamo-nos com escravos que não desistiram de se inserir nessa corporação. Em 1873 Germano, “cheio de corpo e bem criado”, assentou praça na capital e “em outro tempo que fugiu”; João que “consta ou tenho notícia, de ter assentado praça no exército; Francisco, propriedade de Antonio Tavares Furtado de Mendonça,

É bem habilidoso para qualquer officio, sobretudo muito bom arrieiro. É um refinado tratante e muito civilizado, gosta de tratar-se e qualquer o tem por forro (...). Consta que estava aprendendo a ler, e que comprara uma baixa de um soldado, e, servindo-se della se emprega como arrieiro para os lados da Ponte Nova.²⁴⁵

Juntamente com o fato de ser “habilidoso para qualquer officio” e “sobretudo muito bom arrieiro”, Francisco comprou uma baixa de soldado, o que, por sua vez, o auxiliou para empregar-se em uma tropa que se dirigia para os “lados da Ponte Nova”. Esse anúncio desvela um universo constantemente engendrado pelo escravo fugido, pois ao comprar uma baixa de soldado, o cativo Francisco conseguia mover-se na província mineira como se livre fosse. Acrescenta-se, o fato de ser um “refinado tratante e muito civilizado”. Onze anos depois da circular enviada pelo Ministério dos Negócios da Guerra, o escravo Vidal não desistiu de inserir-se na corporação militar,

Em dias do mez de Fevereiro do corrente anno, fugio do abaixo assignado seu escravo de nome Vidal, com os signaes seguintes: cor parda, idade 24 annos mais ou menos, estatura baixa, cabellos grenhos, porem os traz grandes e penteados, cara redonda, bons dentes falla descansada, e quando perguntado custa responder; é bastante Ladino. Este escravo residio na corte, quando era escravo do *Sr. Dr. Francisco Procopio*, lá esteve fugido por algum tempo, e n’essa occasião tentou sentar praça na marinha. Aqui sempre continuava a dizer que era livre e que pretendia assentar praça; consta que com esse intento apresentara-se no Ouro preto, e sendo ahi preso evadirase. É provável que procure assentar praça em alguma cidade do interior, ou que se ajuste em algum hotel, por ser perfeito cozinheiro. Gratifica-se com a quantia acima a quem o trouxer a esta cidade.

²⁴⁵ *Diário de Minas*, 23 de março de 1875, número 434, p.4

Esse relato sintetiza as possibilidades que os cativos enxergavam para inserirem-se no *universo militar* em Minas Gerais. Não em vão que o cativo Vidal “bastante ladino” tentou assentar praça em duas ocasiões, embora apreendido em uma delas. A sua insistência é um indício de que a fuga escrava, em muitos casos, era uma atitude sistematizada, perspectiva antagônica a apresentada pela historiografia tradicional que via esse ato como uma medida desesperada e sem expressão. Interessante observar também, a denúncia que o proprietário Antonio Alves Campos faz sobre a possível fixação do seu cativo no mercado de trabalho, devido ao fato de ser um “perfeito cozinheiro”. Essa habilidade abria maiores chances para o cativo sobreviver fora do cativo, tendo em vista que poderia viver dos seus serviços. Esse anúncio percorreu as páginas de *A Província de Minas*, até setembro de 1882, correspondendo a mais de sete meses foragido.

As evasões, destinadas ao *universo militar* e aqui apresentadas, formam uma pequena amostragem do que essa corporação representou para o escravo fugitivo. No contexto de grupos armados, em períodos de Guerra, nas milícias e para suprir uma carência de homens hábeis para o corpo policial no século XIX, muitos escravos foram recrutados para o serviço da polícia. Essa oportunidade foi denominada por Hendrik Kraay como “abrigo da farda”, onde homens escravizados engendravam estratégias de esquiva da escravidão. Segundo Cotta, o “uso militar de um cativo era uma prática comum na África. Como muitos dos escravos africanos chegados ao Brasil eram prisioneiros de guerras étnicas naquele continente é possível que alguns deles, por suas habilidades militares e aptidão, fossem empregados em atividades de defesa, seja de poderosos locais ou de governantes. Isso quando não se agrupavam e

²⁴⁶ *A Província de Minas*, 11 de junho de 1882, número 104, p. 4 Grifos nossos.

lutavam pela sobrevivência e pelos seus interesses.²⁴⁷

4.4 - Melhoramentos Urbanos

No final do século XIX, um novo fator viria somar-se aos aqui mencionados, como o aumento da construção civil e dos melhoramentos urbanos. Sob o prisma do desenvolvimento das cidades, muitas obras surgiram nos últimos decênios. Longe de ser “grandes centros”, esses espaços começaram a demandar mão-de-obra para o melhoramento das ruas, construção de pontes, cadeias, estradas de ferro e para suprir o crescente e diversificado mercado de trabalho mineiro.

O investimento na estrutura das cidades reflete as mudanças na passagem do século XIX para o século XX. Esse quadro de mudanças demandava, constantemente, homens hábeis para os serviços na área de construção civil, ampliação da malha ferroviária, construção e/ou melhoramento das já existentes, como estradas, ruas, pontilhões, encanamento de águas, dentre outras.

Segundo as descrições dos relatórios de presidentes de província, surgiam indústrias, linhas de telégrafos, iluminação elétrica, cemitérios, dentre outros indícios de civilização e progresso, apesar das dificuldades da sua execução. Esse espaço em expansão era procurado por homens livres que, nesse período, já se sobressaíam, em números, aos homens escravizados. Em Minas Gerais, no final do século XIX, já preconiza Douglas Cole Libby, a mão-de-obra livre era superior ao trabalho cativo²⁴⁸ e, segundo Laird Bergad, a população escrava aumentou no século XIX, mas caiu em termos totais, pois a população livre cresceu num ritmo acelerado.²⁴⁹

Conjugados setor de construção, mecanização, manutenção da infra-estrutura,

²⁴⁷ COTTA, Francis Albert. *Op cit.* p. 3.

²⁴⁸ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia Escravista. Minas Gerais no século XIX.* São Paulo: Brasiliense, 1988.

²⁴⁹ BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais 1720 – 1888.* Tradução Beatriz Sidou. SP: Bauru, EDUSC, 2004 p. 141.

aumento da mão-de-obra livre, também viu-se intensificar as modalidades de trabalho escravo. Essas modalidades de emprego eram o escravo de ganho que oferecia os seus préstimos no mercado sem a intermediação do seu senhor. E, também, o escravo de aluguel, que não recebia dinheiro em troca de seu trabalho, uma vez que o contrato era estabelecido entre seu senhor e aquele que queria alugá-lo.²⁵⁰ Tipicamente citadinos, os trabalhos de ganho e de aluguel, eram corolário dos interesses dos proprietários, que os viam como forma de adaptação à escravidão. Já para os escravos, segundo Maria Cristina Cortez Wissenbach, abriam espaços no mercado de trabalho que eram desfrutados, também, por homens livres. Em suas palavras, a prática do ganho e do aluguel:

Estendiam-se das funções braçais aos trabalhadores semiqualeificados – carregadores, agricultores, ajudantes ou serventes, pedreiros, quitandeiros, engomadeiras – e envolviam, da mesma forma, os escravos habilitados – barbeiros, sapateiros, alfaiates e ferreiros. Acolhiam numa experiência comum os domésticos, os artesãos, tropeiros e cocheiros, colocando-os num mesmo espaço social e, especialmente, introduzindo mediações similares nas relações que mantinham com seus senhores.²⁵¹

Para muitos, essas modalidades de trabalho eram sinônimas de mobilidade nas cidades, já para os cativos, era uma possibilidade de libertação. Deparamo-nos no corpo documental, com escravos que, valendo-se da confiança de seus senhores, para trabalharem de aluguel ou de ganho, empreenderam a fuga enquanto prestavam seus serviços. Essa prática denota que nem sempre os escravos alugados ou de ganho estavam satisfeitos com a situação, pelo simples fato de locomover-se. Aproveitando as habilidades que desenvolviam, optaram pela evasão, valendo-se da ocupação que sustentava seu proprietário. São os paradoxos da escravidão, pois se a especialização do cativo foi vista como possibilidade de sustento do proprietário, também foi essa

²⁵⁰ ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente...Op. cit.*, p. 69-70.

²⁵¹ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850 - 1888)*. São Paulo: editora HUCITEC, 1998, p. 83.

especialização que o sustentou na evasão.

Em suma, percebemos como fatores externos ao universo dos fugitivos, foram decisivos para o sucesso da evasão. As chances de mobilidade foram substanciais para que os escravos pudessem sobreviver no mercado de trabalho livre. Poderiam se infiltrar em meio à crescente mão-de-obra livre, aproveitando das demandas abertas pelo mercado de trabalho, construção e melhoramentos dos centros urbanos. Devido às habilidades de ferreiros, carpinteiros, marceneiros, pedreiros, alfaiates, muitos escravos infiltraram-se no mercado de trabalho e construíram vivências, estabeleceram laços, erigiram espaços de autonomia e, assim, reconstruíram suas vidas fora da senzala.

4.5 – Mercado de trabalho mineiro.

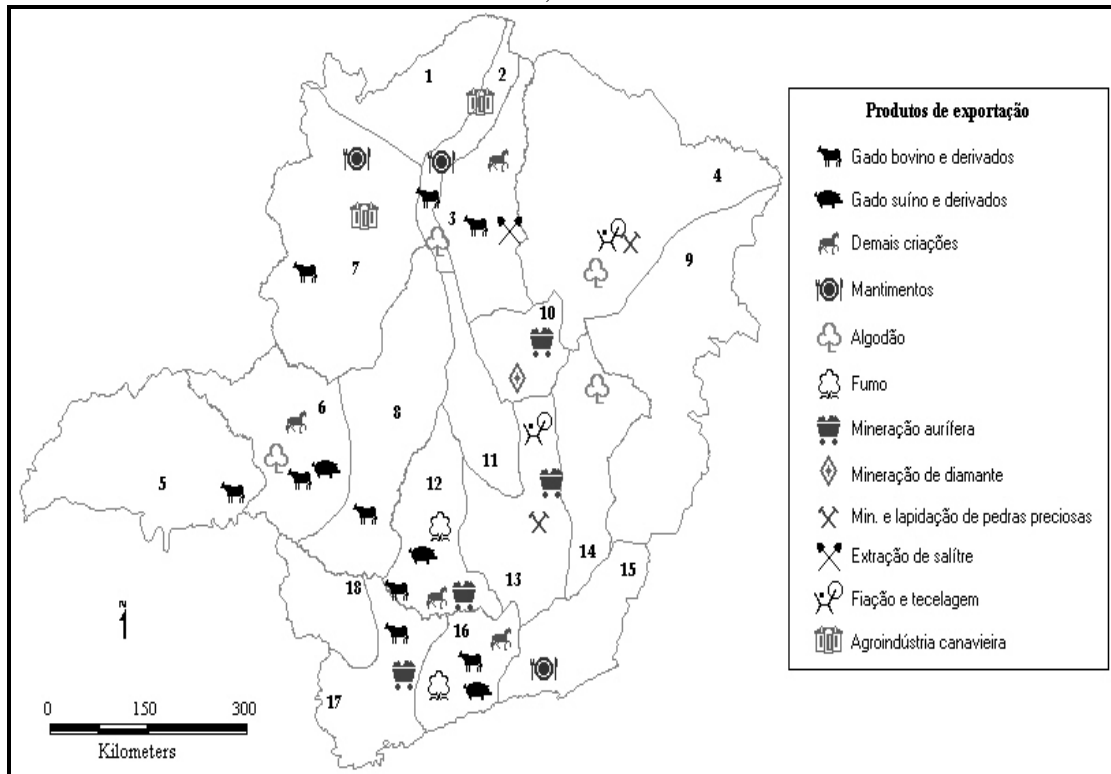
Os trabalhos que refutaram a estagnação e involução da economia mineira, após a decadência da mineração, surgiram na historiografia a partir de 1980. Isso implica dizer que, essas análises ratificaram a diversidade e dinamismo da economia mineira, mesmo num contexto em que as atividades mineratórias entraram em declínio.²⁵² Não nos interessa aqui retomar tais discussões, mas sim entender como esse dinamismo proporcionou a inserção social de homens escravizados.

²⁵² Sobre a economia mineira, ver: MARTINS, Roberto B. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. (Texto para Discussão, 10). p.45. Ver também: SLENES Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no Século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 18, p. 449-495, set./dez. 1998; ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana (1750 – 1850)*. 1994. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994; ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. 1994. 270 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho numa economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000

Explorando as diversas atividades econômicas das regiões mineiras, Clotilde

Paiva elaborou o seguinte mapa,

Mapa da distribuição dos produtos de exportação em Minas Gerais, século XIX.²⁵³



Valendo-se das listas nominativas de 1831/1832 e relatos de viajantes, a autora salienta a passagem de uma economia mineradora para uma agrícola, voltada basicamente para o mercado interno. Esse mapa, além de apresentar a distribuição de produtos pela província, também abre precedente para entendermos outros tipos de estabelecimentos encontrados em Minas Gerais e, conseqüentemente, a mão de obra empregada. Paiva argumenta que:

(...), a riquíssima relação de ocupações simples e compostas contidas no levantamento das listas nominativas de 1831, também aponta para a presença de uma estrutura ocupacional diversificada e complexa. Dentro destas Listas Nominativas existentes para a província de Minas

²⁵³ PAIVA, C. A. População e Economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo: USP, 1996. (Tese de Doutorado em História Social). Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste Fonte: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia.

Gerais no ano de 1831 encontramos, também referências a vários tipos de estabelecimentos: fábricas (de aguardente, de ferro, de chapéus, de fumo, de lã, de louças, etc); fazendas de criação, lavoura ou ambos: engenhos (de cana, de serrar);²⁵⁴

Para a autora, não só a agricultura, como também atividade de pecuária e manufaturas coexistiram no complexo contexto da economia mineira. Sob essa diversificação e dinamismo do mercado interno, que os escravos visualizaram brechas para exercerem seus ofícios.

Para período anterior, José Newton Coelho Meneses em um trabalho intitulado “Saberes, petrechos e escravos: oficiais mecânicos e senhores no corpo social das minas setecentistas”, já enfatiza a importância dos oficiais mecânicos na conquista de um status na sociedade mineira setecentista, bem como a utilização do trabalho escravo na execução dessas atividades. Aprendizes de ferreiro, latoeiro, sapateiro e carapina, muitos escravos se destacaram por exercerem tarefas que exigiam habilidades. Os escravos especializados, em ofício artesanal, erigiram relações diferenciadas com seus senhores e “uma maior possibilidade de adquirir recursos para sua liberdade futura, muito embora seu valor fosse acrescido pela condição de ter luzes de ofício ou de possuir saberes especiais demandados socialmente”.²⁵⁵

Uma análise das diversas ocupações exercidas pelos escravos confirma uma economia diversificada para o espaço mineiro. Desde agricultores, até, atividades mais especializadas, como carpinteiros, marceneiros, sapateiros, alfaiates, dentre

²⁵⁴ PAIVA, A. Clotilde. População e economia: Minas Gerais do século XIX. 1996. 229 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 1996, p. 28.

²⁵⁵ MENESES, José Newton Coelho. Saberes, petrechos e escravos: oficiais mecânicos e senhores no corpo social das minas setecentistas. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; BH: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: EDUNESB, 2008. Ver também: MENESES, José Newton Coelho. Artes fabris e serviços banais. Oficiais mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime, 1750 – 1808. Universidade Federal Fluminense, 2003. (Tese de Doutorado)

tantos, corroboram com a perspectiva histórica que a vida econômica da província mineira, caracterizou-se pela diversidade e dinamismo. Além das atividades de subsistência, os trabalhos que demandavam escravos semi-especializados ou especializados, também, deram nova cara aos tradicionais pressupostos que a economia mineira estagnara-se no arrefecimento da atividade mineradora.

Já a guisa de conclusões, procuramos argumentar que todos os momentos, sumariamente mencionados, foram essenciais para o empreendimento e sucesso da evasão escrava. Não estamos falando em recursos nos tribunais, momentos de negociação com o senhor, ou momento de criar estratégias dentro do cativeiro, e sim rebelar-se – individual ou coletivamente – e desfrutar das chances de inserção que a fuga lhe proporcionava. Os espaços abertos pelas vias férreas, adensamento nos centros urbanos e suas respectivas construções e melhoramentos da malha, o universo militar - que fora incluído no rol das possibilidades de inserção desde o período colonial - assim como o dinâmico mercado de trabalho, convergiram no sentido de ampliar as possibilidades de inserção do fugitivo que quebrava o socialmente estabelecido e misturava-se à massa urbana para viver a sonhada liberdade.

4.6 - Interpretações sobre o escravo especializado.

É de consenso na historiografia que a fuga era a negação máxima da escravidão. Apesar disso, os fugitivos, aos olhos de uma vertente historiográfica, foram vistos como criminosos que participavam de grupos marginais na sociedade. Assim, a fuga resolvia um problema imediato do escravo, ou seja, o libertava da relação de subordinado ao seu senhor, porém não lhe abria perspectivas de inserção,

uma vez que estavam condenados à marginalização e perseguição.²⁵⁶ Mas e o escravo que tinha alguma especialização? Defendemos que, valendo-se de uma ou mais habilidades, a captura desse cativo era mais difícil.

Contornar, sem necessariamente confrontar a escravidão foi estratégia de alguns escravos no cerne da instituição escravista. Constituir famílias, bom comportamento - o que lhe renderia uma carta de liberdade -, formas de negociação, concessão de pequenos lotes de terra, dentre outros, são exemplos que elucidam o comportamento dos escravizados que negociavam. Outro caminho seguido pelo cativo, aqui analisado de forma especial, foi o exercício de uma ocupação demandada no mercado de trabalho. Segundo Oíliam José, ao transformar-se em operário qualificado, o escravo aumentava seu prestígio aos olhos do proprietário, uma vez que suas aptidões tinham valor econômico e social.

Se, por esse lado, o escravo possuidor de profissão qualificada avançava a um estágio de relativa liberdade, por outro lado adquiria maior valor econômico perante o senhor e, dessa maneira, via-se, quase sempre, crescentemente afastado da libertação completa.²⁵⁷

Segundo José, o escravo especializado não seria facilmente negociado pelo seu proprietário, pois representava alto valor econômico no exercício da sua aptidão. Era mais fácil o senhor conceder a liberdade a um escravo “enxadeiro ou preguiçoso, arrelizador, doente ou abobado, que um negro operoso, sadio, capaz de desenvolver tarefas colocadas acima da capacidade comum da gente escrava”.²⁵⁸ De acordo com Fernando Henrique Cardoso, a possível especialização escrava era uma forma de humanização, já que as relações de compra e venda acabava por coisificar o escravo. Nesse sentido, a qualificação era um paradoxo da escravidão, já que o cativo

²⁵⁶ LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebelião negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro, 1980, p.33

²⁵⁷ JOSE, Oíliam. *A Abolição em Minas*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia limitada, 1962, p.87-91.

²⁵⁸ JOSE, Oíliam. *Op. cit.*, p.88.

necessitava de trabalho bruto para não rebelar-se.²⁵⁹

Segundo Márcia Amantino a aprendizagem de uma profissão era algo que interferia na qualidade de vida do escravo. Ser um escravo especializado era motivo de privilégio no contingente escravista. Aceitando o fato que a ocupação do cativo lhe renderia melhores condições, seria de supor, então, que não tentariam fugir igual aos sem conhecimento profissional? Pelo contrário. Segundo a autora, mesmo possuindo uma diferenciação frente aos demais cativos, o escravo especializado também fugia, apesar de em menor número.²⁶⁰ Admite que os escravos especializados fugiam, todavia os números encontrados pela autora, para a primeira metade do século XIX, são inferiores aos encontrados para os últimos decênios, nessa pesquisa.

Entendemos que a ocupação exercida pelo cativo e os privilégios e *status* dela decorrentes, evidencia a capacidade que o escravo qualificado tinha para sobreviver fora do cativeiro. Chegamos ao ponto que deu impulso essa investigação, entender como as especializações dos cativos lhes proporcionaram formas de sobrevivência num espaço externo ao cativeiro e que, para tanto, a fuga foi o momento decisivo.

4.6.1 – O escravo especializado e as possibilidades de inserção.

Maus tratos, má alimentação, má vestimenta, assassinatos, furtos de objetos ou dinheiro do proprietário, medo de castigos sobrecarregados, foram fatores que levaram inúmeros cativos à evasão. Todavia, atribuir que as motivações para as fugas foram, majoritariamente essas, é negar a capacidade de sistematização do escravizado. Ao fugir, alguns cativos tinham ciência do seu ato e elaboravam

²⁵⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

²⁶⁰ AMANTINO, Márcia Sueli. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal” – 1825 a 1832. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v.12, n.2, p. 65, 2006.

estratégias para que, seu desígnio de viver em liberdade, se concretizasse. A ocupação laborar do fugitivo era um eficiente meio nessa busca. Segundo Algranti, o ato de fugir, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, leva a concluir que eram mais comuns do que o imaginado.²⁶¹

Deparamo-nos na documentação com as mais variadas atividades exercidas pelos escravos, desde as voltadas para agricultura, até as atividades que exigiam habilidades específicas. Vias de regra, as habilidades apareciam nos anúncios de fuga? De acordo com os trabalhos de Márcia Amantino, para Minas Gerais, na primeira metade do século XIX, não. Para o historiador Flávio dos Santos Gomes, para a província do Rio de Janeiro, também não, e a mesma negação observa-se no trabalho de Márcia Elisa de Campos Graf, para estudos sobre o Paraná, bem como os de Luiz Mott, para Sergipe. Como ressaltou Graf, a denúncia da ocupação dos cativos em nada auxiliava na busca do fugitivo, por isso os senhores não enfatizavam, o contrário de características físicas e vestimentas que seriam facilmente encobertas e/ou transformadas.²⁶² O que levou os senhores mineiros a intensificar a denúncia das ocupações dos cativos na segunda metade do século XIX? Nos anúncios compilados, essa informação aparece em 55% dos anúncios, sendo relevante ressaltar que, não computamos as atividades voltadas para o espaço agrícola, por entendermos que, eram atividades as quais o escravo deveria exercer independente das suas habilidades.

Os proprietários denunciavam que os fugitivos estavam empregados ou procurariam emprego, condizentes com sua habilidade. Ameaçavam os acoitadores e aproveitadores, que agiriam com os rigores da lei contra quem empregasse sua

²⁶¹ ALGRANTI, Leila Mezan. O feitor ausente...Op.cit., p. 52.

²⁶² GRAF, Márcia Elisa de Campos. O escravo no cotidiano através dos anúncios de jornais paranaenses da segunda metade do século XIX. In: Congresso Brasileiro de Tropicologia, Recife. *Anais*. 1986 p. 117-122.

propriedade sem carta comprobatória de liberdade. Os escravos qualificados²⁶³ procuraram valer-se da sua ocupação, aprendida na senzala, para inserirem-se no mercado de trabalho. Ocorreu com Seraphim, escravo de Joaquim Pereira Sapucaya, que “falla bem e é muito cigano” e que entende de padaria. Segundo o proprietário, o cativo acompanhou uns mascates italianos, como camarada. É “de presumir que tenha procurado emprego de vendedor ou trabalhador de padarias” e estava foragido a mais de um ano.²⁶⁴ Joaquim, desaparecido em janeiro de 1875, “conserva a falla grossa de papudo, trabalha de alfaiate e gosta de empregar-se nesse ofício”. “Nascido e creado, na cidade de Sabará, onde tem o pai, que é liberto, para lá se dirigio em outras fugas que tem feito, mas nesta última parece ter procurado outro destino”. Já se passara mais de quatro anos e quatro meses que Joaquim estava desaparecido, quem sabe, trabalhando no ofício que gosta de empregar-se?²⁶⁵ O “bastante conversado”, Quirino, que é apaixonado pelo serviço de tropa, possivelmente esteja trabalhando nesse ofício,²⁶⁶ e Pedro que trabalha “sofrivelmente de carpinteiro” e mostra habilidade, também no ofício de ferreiro, “faz pregos e cravos”, consta por notícia que encontra-se “refugiado no Arraial dos Veados, ao pé de Santa Luzia do Carangola, na província do Espírito Santo, trabalhando no offício de carpinteiro”.²⁶⁷ Este escravo estava locado na Companhia inglesa no Morro de Sant’Anna, na cidade de Marianna, desde 1871. Evadiu em junho de 1874 e em 1876 ainda não havia sido encontrado. O que podemos perceber, nos breves exemplos acima, é a compatibilidade da ocupação, com o exercício da mesma no mercado de trabalho. Utilizando as habilidades que eram desenvolvidas em cativo, os escravos

²⁶³ Nessa pesquisa empregamos a palavra qualificação por ser um termo utilizado no período enfocado, especificamente na documentação de polícia, o que nos exime de qualquer anacronismo histórico.

²⁶⁴ *A Actualidade*, 13 de março de 1878, número 12, p. ?

²⁶⁵ *A Actualidade*, 17 de maio de 1879, número 50, p.?

²⁶⁶ *Diário de Minas*, 28 de março de 1874, número 228, p. 4.

²⁶⁷ *Diário de Minas*, 13 de janeiro de 1876, número 579, p. 4

qualificados se empregavam depois que fugiam, demonstrando os paradoxos da escravidão. Ou seja, o cativo que tinha laços mais estreitos com seu proprietário devido à suas habilidades, agora se valia da profissão aprendida, para viver fora do cativo. Agora trabalharia para si.

Além dos escravos habilidosos, que procuravam empregos condizentes com sua ocupação, observamos cativos que aproveitaram as frestas abertas pelo mercado de trabalho. Os senhores tinham notícia que seus escravos já estavam empregados e por isso ameaçavam os que se aproveitavam das habilidades do escravo evadido. O proprietário José Vilella de Andrade, da freguesia da Madre de Deos do Angú, denunciou as habilidades do seu escravo Honório, “tropeiro, sabe ferrar, atalhar e tocar bem lotes de bestas, é carreiro e faz todo tipo de serviço de roça”, advertindo que:

Protesta-se usar de todo o rigor da lei contra quem o acoutar, ou contra quem estiver com elle trabalhando como forro e não exigir os documentos.²⁶⁸

Além do corpo bem feito e com tantos atributos, o cativo Honório conseguiu uma carta de padrinho e com ela estava, há mais de meses, desaparecido. Não é de espantar que muitos proprietários denunciasses as chances que os escravos habilidosos tinham para se passar por forros, uma vez que tantos homens se aproveitavam de tal situação. Antonio, que tinha a ocupação de carpinteiro, conseguiu empregar-se nesse ofício pelos lados de Leopoldina, conduzindo, às vezes, tropa para Juiz de Fora, a mando de um fazendeiro do arraial do Sapé.²⁶⁹ De acordo com o anúncio, estava fugido de 5 para 6 anos, além de ter constituído família no referido local. O mesmo aconteceu com Gabriel, que não obstante ter o ofício de ferreiro ocupa-se, nas proximidades de Ouro Preto, em vender lenha e balaios de

²⁶⁸ *Diário de Minas*, 06 de dezembro de 1876, número 755, p.4.

²⁶⁹ *Diário de Minas*, 10 de junho de 1876, número 660, p. 4

taquara.²⁷⁰ Vidal, por ser um “perfeito cozinheiro”, pode ser que procure emprego em algum hotel e João Francisco que consta “achar-se occulto mesmo na cidade de Ouro Preto”, sua proprietária, Jesuína Manoela do Carmo Guerra, pede que ninguém faça qualquer ajuste com o dito escravo sem audiência de sua senhora.²⁷¹

Sem delongas, objetivamos demonstrar que os cativos qualificados foram traídos pelas suas habilidades, pois era através dessa característica que os senhores procuravam reaver a propriedade evadida. Nos casos analisados, a presença de alguma atividade desenvolvida pelos escravos, seja pintor, rebocador, sapateiro, alfaiate, pedreiro, falquejador, ferreiro, pedreiro dentre tantos, apareceram em quase 56% dos anúncios. Isso abre precedente para ratificarmos que, no final do século XIX, os escravos habilidosos se aventuraram na fuga por visualizar a aceitação do seu ofício no mercado de trabalho.

4.6.2 - Instrumentos de trabalho.

De acordo com os dados obtidos, podemos assinalar que as menções a cativos que carregavam seus instrumentos de trabalho foram constantes nos anúncios de escravos fugidos. Essas delações evidenciam a intencionalidade dos cativos em inserirem-se no mercado de trabalho livre, utilizando instrumentos condizentes com suas qualificações. É o caso do escravo Salustiano que evadiu carregando sua ferramenta de lida.

Fugio da fazenda do major Manoel Barbosa Castro e Silva, na corte de 25 para 26 de fevereiro, o escravo Salustiano, crioulo, de idade de 32 a 35 annos mais ou menos e cujos signaes são os seguintes: cor preta, estatura regular, delgado de corpo, bons dentes, barba só no queixo, falla bem, desembaraçado para o trabalho de roça, e tem uma pequena cicatriz na testa: este escravo seguiu-se-o até os suburbos do arraial da lage, ia perguntando o caminho para Formiga e talvez siga para Bambuhy, por ter insinuações de escravos que d’alli vierão; quem o

²⁷⁰ *A Actualidade*, 12 de novembro de 1878, número 129, p. 3

²⁷¹ *A Província de Minas*, 09 de março de 1885, número 256, p. 4.

apreender e trazer a casa do dito major será gratificado com a quantia de cem mil réis (100\$000). Sahio daqui com roupa de algodão, e levava uma enchada dizendo que estava trabalhando em uma estrada do Pomba, e que ia se retirando para a sua residência por ter acabado o serviço. Mercêz do Pomba, 9 de abril de 1873. Manoel Barbosa Castro e Silva.²⁷²

Salustiano havia fugido em 1871, no entanto fora apreendido em 1872. Voltou a fugir em 1873, agora levando instrumento de trabalho. Esses anúncios, verdadeiros retratos falados,²⁷³ demonstram a intenção de alguns escravos ao fugir. Como o episódio do cativo acima que, “desembaraçado para o trabalho de roça” carregou uma enxada e, possivelmente, estava oferecendo seus serviços por onde passava. José africano, “de feições alegres”, oficial de pedreiro, ao evadir da fazenda do Macaco, “levou uma porção de roupas e ferramentas de pedreiro”.²⁷⁴ Raymundo, de olhos vivos, natureza tímida ou fingida e muito prosa, era rebocador e ao fugir, carregou colher de rebocar²⁷⁵ e Marcello, natural de Montes Claros, que fugiu em 1881 “tem o costume de viajar com tropa. Quando fugio levou um canivete próprio de tropeiro, é também acostumado a trabalhar em cortume de couros”.²⁷⁶

Isso desmistifica a proposição que o cativo fugia somente para as matas, ou mesmo, que se inseria no mercado de trabalho, unicamente, devido a uma demanda do capitalismo em expansão, bem como questiona os trabalhos que interpretaram essas ações como esporádicas e desprovidas de qualquer sistematização. O simples fato de carregar um instrumento de lida, não denota que os cativos ordenavam a sua evasão, mas também não podemos atribuir ingenuidade a tal ação, pois o escravo resistia ao escravismo através de “pequenos” atos, no caso específico, carregando instrumentos condizentes com sua habilidade. Como assinalou José Newton Coelho

²⁷² *Diário de Minas*, 19 de Maio de 1873, n.75, p. 4. Grifos nossos.

²⁷³ MOTT, Luiz. O escravo nos anúncios de jornal do Sergipe. Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo: ABEP, 1986, p.4

²⁷⁴ *O Bem Público* 23 de julho de 1860, número 1, p. 4

²⁷⁵ *Diário de Minas*, 20 de fevereiro de 1875, número 422, p. 4

²⁷⁶ *A Província de Minas*, 05 de março de 1882, número 90, p. 4

Meneses, a ação de um ator social não pode ser explicada, simplesmente, pela frequência com que acontece, mas sim através do propósito do seu ato.²⁷⁷

4.6.3 - Guias falsas.

Além da utilização de instrumentos de trabalho, passar-se por bobo ou “idiota”, mudar o nome, fingir-se forro, e tantas outras estratégias, observamos que o uso de documentos falsificados, foi uma estratégia assaz difundida no universo dos escravos fugidos. Esses falsos documentos poderiam ser desde cartas de alforria até autorização dos senhores para viagem ou execução de determinadas tarefas em outras localidades.²⁷⁸

Zacarias, “preto fula” ou “crioulo fula”, desaparecido a quase sete anos, “sempre obtem passaporte falso”. Seguindo essa linha, o crioulo Joaquim, que consta está no município de Santa Barbara, “tem consigo uma falsa carta de liberdade”,²⁷⁹ e Pedro, “inteiramente imberbe”, pagem, sabe lidar com cargueiros e tem princípios de carpinteiro, “levou algum dinheiro e supõe-se que passaporte simulado”. Já se passara sete meses do seu desaparecimento.²⁸⁰

Esses falsos documentos causaram transtornos aos proprietários, quanto ao emprego do seu escravo nas estradas de ferro e mesmo a possível inserção no *universo militar*. Por exemplo, André, escravo de João Marcelino Teixeira, fugiu em 1878,

Supõe-se que se serve de uma carta falsa de liberdade, com a qual acoberta sua individualidade. Filho da mata, tem viajado como pagem pelos lados da província do Espírito Santo e desconfia-se que ultimamente tenha assentado praça.²⁸¹

²⁷⁷ MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000, p.29

²⁷⁸ REIS, Liana Maria. Vivendo a liberdade: fugas e estratégias de sobrevivência no cotidiano escravista mineiro. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1996 v.16, n.31 e 32, p.188

²⁷⁹ *Diário de Minas*, 29 de julho de 1873, número 111, p. 4

²⁸⁰ *Diário de Minas*, 18 de novembro de 1873, número 165, p. 4

²⁸¹ *A Actualidade*, 10 de dezembro de 1879, número 134, p. 3.

Valendo-se de um documento falso, André - assim como tantos outros escravos fugidos - erigiu outra forma de sobrevivência na busca pela liberdade. Passando-se por forros e portando tais documentos, os escravos negociavam com bases não escravistas e viviam longos anos, ou por toda a vida, longe dos olhares do seu proprietário. Tiveram aqueles que saíam, com aquiescência do senhor, para angariar fundos, mas preferiram arriscar na fuga e empregar-se, valendo de uma guia falsa,

Anda fugido há mais de um anno, o escravo Firmino, idade 27 para 28 annos, crioulo, bons dentes na frente, baixo, reforçado de corpo, pouca barba e bem falante; tem em seo poder uma carta autorizando-o agenciar dinheiro para sua liberdade, no prazo de cinco meses. Desconfia-se que o mesmo anda nas immediações do Juiz de Fora, trabalhando na estrada de ferro.²⁸²

Possivelmente, Firmino era um escravo de ganho, que, não obstante, desfrutar de alguma mobilidade, empreendeu a fuga e conseguiu esquivar-se das obrigações das relações escravistas. Valendo-se de uma carta que autorizava agenciar sua liberdade, o escravo andava fugido há mais de um ano. Ao que tudo indica, Firmino ampliou esses anos de liberdade, uma vez que seu proprietário, Fernando Augusto Pereira Lima, adverte mais uma vez em 1880,

Fugiu da cidade de S. João d'El-Rey (Minas Geraes), ha 7 annos, mais ou menos, um escravo de nome Firmino (...); tem officio de pedreiro, e entende de animaes, como ferrar, arrear, com bastante pratica de viajar. Elle é muito esperto. A primeira vez foi preso nas immediações da estrada de ferro no Juiz de Fora, trabalhando como forro. Troca o nome próprio por outro. Consta com certeza que ha um anno estivera na cidade de Ubá, escapando de ser preso e fugindo logo para S. João Nepomuceno. Traz em seu poder um papel sem ser assignado pelo seu senhor.²⁸³

Pelo fato de ser um escravo de ganho, Firmino ampliou os seus laços de solidariedade e sociabilidade, o que por sua vez, alargou suas possibilidades de ação,

²⁸² *Diário de Minas*, 24 de dezembro de 1874, número 384, p.4

²⁸³ *A Actualidade*, 17 de fevereiro de 1880, número 19, p.4

principalmente no que diz respeito à negociação dos seus serviços. Como tal, ficou foragido por mais de sete anos. O mesmo aconteceu com o cativo João, que estava trabalhando no ofício de pedreiro quando fugiu. “Levou 80\$000 em dinheiro, e sahio dizendo que ia procurar serviço” todavia, “não apareceu até hoje”.²⁸⁴ O mesmo não aconteceu com o africano José Campos que foi apreendido nas imediações de Itabira, com 430\$ em dinheiro, dizendo ser propriedade de Felisbino Rocha, do termo de Alfenas. Contando da publicação do anúncio até o momento que cessou, passara mais de um mês na prisão da Capital da província. Esse dinheiro pode ter sido roubado, mas também angariado prestando seus serviços.²⁸⁵ As guias falsificadas foram utilizadas, também, como instrumentos de inserção nas estradas de ferro. Passando-se por libertos, muitos escravos fugidos, empregaram-se nas estradas de ferro ludibriando as autoridades.

Assim como houve Firmino(s), José(s), Manoel(eis), que conseguiam, de forma ilícita quem sabe, documentos falsificados, também nos deparamos com cativos que foram acusados de produzi-los. Aconteceu com Luiz, um escravo que sabia ler e escrever, além de ter o ofício de cozinheiro, que foi acusado, por seu proprietário Pedro Rabello Teixeira, de fazer passaporte falso. Dado interessante, porém não tivemos como explorar, já que Luiz “perdera-se” ou ocultara-se em meio à documentação. Possivelmente, o fato de saber ler e escrever foram decisivos na falsificação dos documentos, mas, acreditamos que, o mesmo cativo contava com redes de solidariedade que o auxiliavam em tamanha ousadia.

Explorar qualitativa e quantitativamente o uso de documentos falsos pelos fugitivos no final do século XIX é um desafio a ser enfrentado. Acreditamos que essa estratégia, quiçá, esteja mais difundida no universo dos fugitivos, do que possamos

²⁸⁴ *Diário de Minas*, 21 de janeiro de 1875, número 406, p.?

²⁸⁵ *Noticiador de Minas*, 03 de outubro de 1871, número 361, p.3

imaginar, mas que nessa situação, extrapola o limite imposto a essa pesquisa. No entanto, ratificamos que os números encontrados, demonstram que, além das táticas costumeiras, as guias falsas foram assaz difundidas no universo dos fugitivos que burlavam o legalmente estabelecido, as tendo em mãos.

4.6.4 - Laços de solidariedade: “protesta-se usar os rigores da lei contra quem o acoutar.”

O uso de documentos falsificados, fugas em grupo, escravos armados, munidos com instrumentos de trabalho, dentre outros, foram estratégias engendradas pelos cativos em fuga. Todavia, entendemos que essas táticas seriam frustradas sem as diversas formas de acoitamentos usufruídas pelos cativos. Permanecer em um espaço exógeno ao cativeiro era tarefa difícil, senão impossível, para o escravo foragido, uma vez que a sociedade era o olho mais eficiente a lhe observar. Contar com companheiros, parentes, contrários à escravidão, ou mesmo aqueles que se aproveitavam da situação - usufruindo das especializações dos escravos - foi um recurso que o escravo encontrou para usufruir de brechas de liberdade ou mesmo a libertação definitiva.

Agir com os rigores da lei contra quem acoitasse escravo fugido eram as ameaças feitas pelos senhores de escravos, nos anúncios de jornal. Essas ameaças vinham sempre coadunadas ao fato de “haver [em nosso país] tanta facilidade em ajustar-se qualquer indivíduo.” Nessa passagem, novas questões se configuram. Ao publicar um anúncio de fuga, os proprietários debatem com abolicionistas, acusam acoitadores e asseguram seu direito à propriedade. Segundo Lilia Moritz Schwarcz, ao elaborar um anúncio de fuga “reclamava-se pelo objeto que se evadiu, discutia-se com os ‘abolicionistas’, lamentava-se de forma passional pelo serviçal que

abandonara o serviço, discutia-se sobre o problema da mão-de-obra ou mesmo temia-se por uma possível perda de *status*.²⁸⁶ Os relatos de escravos fugidos, muito mais que uma descrição física, aponta para questões pouco visíveis em seu corpo. A exemplo, as relações de paternalismo que se apresentam através de cartas de padrinhos que amparavam os cativos no ato da evasão. Segundo Peter Burke,

O apadrinhamento pode ser definido como um sistema político fundamentado em relacionamentos pessoais entre indivíduos desiguais, entre líderes (ou padrinhos) e seus seguidores (ou afilhados). Cada parte tem algo a oferecer à outra. Os afilhados proporcionam apoio político aos padrinhos, bem como deferência, expressa em várias formas simbólicas (gestos de submissão, linguagem respeitosa, presentes, entre outras manifestações). Já os padrinhos oferecem hospitalidade, empregos e proteção aos afilhados.²⁸⁷

O fenômeno do apadrinhamento, na interpretação de Peter Burke, engloba, majoritariamente, aspectos políticos. Porém, acrescentamos que, essa relação entre senhores e escravos, faz parte de uma estrutura ritual, simbólica e mesmo real de extremo significado para ambas partes. Consideramos que as cartas de padrinho era algo institucionalizado e que, muitas vezes, foi um recurso utilizado pelos escravos em fuga.

As denúncias de apadrinhamento de escravos foram constantes nos relatos de escravos fugidos. Antigos senhores, como Manoel Gonçalves Barbosa, morador no Paraopeba, acoitou seu antigo escravo Francisco por algum tempo. O atual senhor, Ricardo Antonio de Lima, adverte que “sendo aí perseguido por pessoas, que andavam à sua procura, dirigio-se para o arraial do Barroso, termo de Barbacena”.²⁸⁸ Seja para usufruir de mão-de-obra, relações de amizade, agradecimento pelos serviços prestados, dentre outros motivos, os que apadrinhavam, tinham algo a

²⁸⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.147.

²⁸⁷ BURKE, Peter. *História e teoria social*. Tradução Klauss Brandini, Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.104.

²⁸⁸ *Noticiador de Minas*, 31 de outubro de 1871, número 373, p.3

oferecer, mas também lucravam com essas relações. Ofereciam proteção, porém, em troca, esperava-se mão-de-obra, obediência, lealdade a sua pessoa e sua família.²⁸⁹

As cartas de padrinho reforçam a idéia do paternalismo presente no escravismo brasileiro. Senhores que, valendo-se de um poder político, econômico e simbólico, acoitavam antigos escravos ou mesmo, escravos fugidos que os procurava como forma de ampliar suas influências. Para o escravo foragido, essa relação pessoal era um amparo na evasão. Nesse sentido, ratificamos que as interações, inerentes ao paternalismo, extrapolam os limites da senzala. A concessão de uma carta de padrinho a um escravo que não lhe pertencia, faz com que o paternalismo tome uma nova forma que vai além do âmbito fechado do domínio senhorial. Emblemático foi a fuga do cativo Firmino, natural de Pau de Cheiro, freguesia do Jequitibá. Em 1874, o referido escravo fugiu e procurou a proteção do Barão do Rio das Velhas, “o qual mandou apadrinha-lo com uma carta de padrinho”. Fugido por mais de três meses, foi apreendido pelas autoridades e procedeu-se o Auto de Perguntas:

Perguntado a que tempo fugiu? Respondeu que desde agosto do corrente ano. Perguntado onde tem estado e que tem feito? Respondeu que tem trabalhado à jornal para diversas pessoas. Onde estava no momento de sua prisão? Respondeu que no lugar denominado = Borges = Freguesia desta cidade e que pretendia ir á casa do Barão do Rio das Velhas para tomar novo padrinho porque indo ele tomando caminho da Matta afim de arranjar dinheiro para sua liberdade sobe que as bexigas estavam brabas por isso não conseguiu.²⁹⁰

Procurando meios para sua liberdade, Firmino fugiu da fazenda do proprietário Francisco Antonio Barbosa e foi capturado, próximo à cidade de Sabará. Em suas declarações, notamos que o Barão do Rio das Velhas não lhe apadrinhou uma única vez, pelo contrário, essa foi, entre outras vezes, uma saída buscada pelo

²⁸⁹ LIBBY, Douglas Cole. Repensando o conceito do paternalismo escravista nas Américas. In: PAIVA, E. F, IVO, Isnara P. *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, 2008, p.33

²⁹⁰ IBRAN/ Casa Borba Gato. Cartório do Crime (11) 459, 1874. Auto de Perguntas.

cativo em fuga. Segundo consta, não seguiu caminho - para “arranjar dinheiro para sua liberdade” – por ter notícias que as “bexigas estavam brabas” pelos lados da Zona da Mata. Portando uma carta de padrinho e disposto a empregar-se à jornal, Firmino estava empenhado em comprar a sua liberdade. Desígnio frustrado, uma vez que as autoridades o apreenderam e comunicaram a seu proprietário “para vir recebê-lo; provando o seu domínio e matrícula e pagar as custas”.

Outro caso interessante foi de um escravo que durante o dia trabalhava nas terras de um proprietário e à noite dormia nas dependências de outro. Tudo começou em 1846, na cidade de Nossa Senhora da Conceição de Sabará Fidelis, comarca do Rio das Velhas,²⁹¹ quando Antonio Tiburcio Henrique processou Antonio Gonçalves de Oliveira, por ter furtado um escravo da sua fazenda. Achando-se lesado pelo comportamento de Antonio Gonçalves, procurador do Capitão José da Rocha de Sousa, o suplicante recorreu às autoridades para reaver a posse do seu escravo, Joaquim africano. Em tempos anteriores, alega Antonio Tiburcio, que dois dos seus escravos, ao fugirem “estiveram ocultados mais de quatro meses acoutados pelo suplicado Antonio Gonçalves em diversos lugares, até que o suplicante os pode haver”. Agora, o escravo Joaquim, que foi furtado, encontra-se nas dependências de Jose da Rocha, trabalhando “durante o dia”. Indagado pelas autoridades, porque o não apreendia já que dormia nas suas dependências, respondeu “porque quer que o mesmo Antonio Gonçalves lhe mostre com que direito ou autoridade lhe foi tirar [o escravo] do seu serviço”.

Acoitado na casa do seu antigo senhor, Capitão José da Rocha de Souza, Joaquim desenvolvia atividades no algodão e à noite repousava na casa do suplicante. Jose da Rocha usufruía da mão-de-obra do escravo Joaquim, enquanto

²⁹¹ IBRAN/ Casa Borba Gato. Cartório do Crime (01) 20, 1846. Petição de Antonio Tiburcio Henrique contra Antonio Gonçalves de Oliveira.

isso Antonio Tiburcio Henrique e Antonio Gonçalves de Oliveira se digladiavam perante as autoridades. Apontamos nesse episódio, o papel desempenhado pelo referido Capitão, antigo senhor do escravo. Podemos nos referir a um tipo de paternalismo? Instiga-nos nesse processo, as possíveis relações entre o Capitão José da Rocha e Joaquim, africano, que em outra ocasião havia fugido e ficara desaparecido mais de quatro meses sob a proteção de Antonio Gonçalves de Oliveira, procurador do referido Capitão. Em nenhum momento, durante o processo, Antonio Tiburcio Henrique acusou o Capitão José da Rocha de acoitador e sim o seu procurador. O fato de trabalhar na casa do antigo senhor, não desagradava o suplicante, mas sim o fato de ter sido roubado da sua propriedade.

Nos anúncios de fuga, notamos que os senhores que acoitavam escravos fugidos apareceram demasiadamente. Vicente, por exemplo, fugiu em 1881 da casa do proprietário José Alvares Martins Quintão, no município da Itabira, e apareceu na freguesia do Abre Campo, trabalhando como forro, na casa do Sr. Joaquim José Quito,

Escapou de ser preso, porque o dito Sr. Quito não consetio. Quando declarou ser escravo do abaixo assinado, Quito veio o conduzindo solto, a pretexto de compral-o, ou apadrinhal-o; chegando em casa do Tenente Coronel João Gualberto Martins da Costa, na freguesia de S. José da Lagoa, onde esteve 3 dias, tornou a desaparecer na noite de 14 de março p. passado; é de suppor que elle procurasse os lados de S. Luzia do Carangolla ou S. Paulo, ou em outra qualquer parte; elle não tem conhecimento de estrada alguma.

E ainda:

Tem por costume, às vezes, andar com lenço aberto amarrado no pescoço e cahido para as costas ou para a frente, gosta de cantar e tocar viola, as mãos estão calejadas de serviço de machado, entende alguma cousa do offício de carpinteiro, sabe ferrar com serrote braçal e faz gamellas, tem trabalhado em derribadas, é fallante e com alguma impostura.²⁹²

O referido escravo estava trabalhando como forro, na casa de Joaquim José

²⁹² *A Actualidade*, 12 de maio de 1881, número 47, p.3

Quito, quando escapou de ser preso com a intervenção do mencionado senhor. Antes de ser entregue a Quintão, Vicente, escapou mais uma vez. Agora, passaram-se mais de quatro meses do seu desaparecimento, mesmo com a denúncia de que não tinha “conhecimento de estrada alguma”, mas supondo-se que talvez procurasse os lados de S. Luzia do Carangolla ou São Paulo. Com ar de forro e desenvolvendo atividades especializadas, possivelmente, Vicente passaria por forro e se empregaria em algum lugar como tal. Voltando aos senhores acoitadores.

Assim como Quito, os herdeiros do finado Tenente Coronel Belchior de Mattos Pinho, ocultaram Modesto, escravo de Manoel de Mattos Pinho, na fazenda do referido finado. Pelo sobrenome, podemos inferir que trata-se de uma disputa em família. Com a morte do Tenente Coronel Belchior de Mattos, antigo proprietário de Modesto, seus herdeiros incumbiram-se de o ocultar, por isso, Manoel de Mattos Pinho, prometeu “ir com todo o rigor da lei contra quem o acoitar”.²⁹³ O hábil, João Gomes, tem fugido por várias vezes, e na penúltima, apareceu em S. Bartholomeo do Ouro Preto, “d’onde veio apadrinhado”,²⁹⁴ e o crioulo, João, que em outra ocasião de fuga foi apadrinhado em Sabará, então o seu proprietário adverte a possibilidade de aí retornar.²⁹⁵

Além dos apadrinhamentos, também nos deparamos com fugitivos que eram auxiliados por acoitadores anônimos, parentes e amásias. Fugir para próximo de parentes foi um recurso utilizado pelos escravos que, ao contrário da *petit marronage*, desapareciam por longos anos. Ricardo, desaparecido há mais de seis meses, “quando foge procura a cidade de Petrópolis, onde tem parentes”.²⁹⁶ João, que possivelmente esteja pelos lados do Arraial de São Domingos do Rio de Peixe, lugar

²⁹³ A *Actualidade*, 05 de dezembro de 1878, número 139, p. 4.

²⁹⁴ A *Actualidade*, 15 de novembro de 1880, número 131, p.3.

²⁹⁵ A *Província de Minas*, 09 de julho de 1885, número 269, p.4

²⁹⁶ *Diário de Minas*, 05 de maio de 1873, número 72, p. 3

onde nasceu e “alli existe sua mai”.²⁹⁷ A cativa Pulqueria, que estava acoitada pelo pai em Congonhas do Campo,²⁹⁸ e Antonio, que tomou os lados de Abre Campo ou Carangola, “seduzido por parentes que por lá tem”.²⁹⁹ Alguns fugiam para casar-se, como aconteceu com Braz que “ha pouco foi preso em João Gomes vindo de Santa Rita de Ibitipoca, onde esteve oito mezes escondido, e seguia para a Caratinga em companhia de uma família preta que para alli se mudava, e pretendia casar-se com uma crioula, da mesma família”. No entanto, foi preso e tornara fugir supondo seu senhor que retornasse para o mesmo lugar.³⁰⁰

Muitos senhores denunciavam o abuso dos acoitadores que ocultavam seus escravos próximos à sua propriedade. José Pereira Ferraz denuncia o acoitamento do seu escravo Manoel que, consta, encontrar-se na “mesma vesinhança”, por isso, “protesta-se contra este abuso e justificado que seja cobrar-se-ha o jornal por estimativa”.³⁰¹ José Isidro Magalhães Drumond, proprietário do escravo Adão, afirma que tem “inteira certeza que [Adão] se acha n’essa cidade [Juiz de Fora], a quatro meses mais ou menos” e José, de nação africana que “conversa rápido e bem intelligivel” consta está nos arredores da capital, por ser muito conhecido.³⁰²

Poderíamos estender essas páginas, simplesmente, citando os casos encontrados. No entanto, esses exemplos sinalizam para as diversas formas de acoitamento que os escravos foragidos desfrutavam. Claro que não descartamos as delações que podiam partir dos companheiros de senzala, da população livre ou alforriada, que influíam na captura do fugitivo, porém, os acoitadores foram substanciais no sucesso da evasão. Circulando pelas ruas, vielas e becos das cidades

²⁹⁷ *Diário de Minas*, 20 de janeiro, 1874, número 193, p.4

²⁹⁸ *A Actualidade*, 29 de outubro de 1878, número 120, p.4

²⁹⁹ *A Província de Minas*, 14 de novembro de 1883, número 175, p.4

³⁰⁰ *A Província de Minas*, 28 de novembro de 1886, número 393, p.4

³⁰¹ *A Província de Minas*, 23 de março de 1887, número 416, p.4

³⁰² *Diário de Minas*, 20 de abril de 1876, número 615, p.4

mineiras, desenvolvendo as mais variadas tarefas, o escravo criou seu próprio universo, envolto à relações de amizade, de afetividades e inimizades. Criar esse universo foi tarefa difícil, senão impossível sem os atos de companheirismo e compadrio.

A fuga foi inerente à escravidão. Mas havia os escravos que não fugiam, aqueles que fugiam, mas voltavam para as dependências da senzala e mesmo os escravos que preferiam as vias de negociação dentro da própria instituição escravista. Em termos totais eram mais significativos, o que não significa que não construíram formas de resistência ou mesmo ausência de conflito na relação senhor/escravo, pois a historiografia explorou e explora as formas de resistir criadas dentro da própria instituição. Os fatores que concorrem para a decisão de não fugir, passam pelo prisma do paternalismo, incertezas, medos, laços familiares e conquistas adquiridas no âmbito da senzala. Logo, havia um tipo específico de escravo que empreendia a fuga e que percebia essa ação como alternativa de vida, sem necessariamente precisar negociar com seu proprietário.

4.7 - Perfil do escravo especializado.

No decorrer dessa dissertação procuramos estabelecer uma correlação entre as especializações dos cativos e as demais variantes de uma tabela criada. (Ver anexo) Decompomos os anúncios em variáveis, a saber: data da fuga, local da fuga, proprietário, letramento, repetição dos anúncios, sexo, nome, idade dentre outros, o que nos possibilitou perceber as consonâncias e dissonâncias de alguns critérios em relação às ocupações dos cativos. Segue, num primeiro momento, as ocupações identificadas no corpo documental.

Quadro 10
Especializações dos fugitivos anunciados nos
Jornais de Ouro Preto 1871 – 1888.

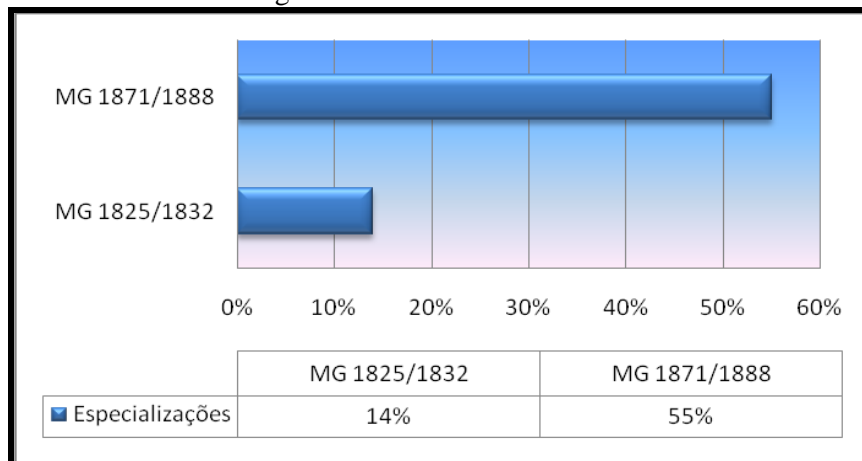
Carpinteiro	Tropeiro	Quintana	Sapateiro
Pedreiro	Lida com animais	Padeiro	Alfaiate
Pintor	Carreiro	Carteiro	Faz fogos de artifício
Marceneiro	Arrieiro	Cozinheiro	Faz pregos e cravos
Rebocador	Cavaleiro	Cocheiro	Trab. objetos de couro
Obras de Pedra	Caldeireiro	Ferreiro	Músico
Trabalha com madeira	Serviço de roça	Costura	Curador de feitiços
Faz telhas	Cargueiro	Pagem	
Valeiro	Peão	Copeiro	
Falquejador	Broqueiro	Boleiro	

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Jornais Mineiros 1871 – 1888.

No cômputo total, notamos que as especializações apareceram em mais de 195 casos, o que corresponde a 55% de escravos especializados. Nesse sentido, nos últimos decênios do século XIX, os cativos fugidos em Minas Gerais apresentaram um perfil diferenciado. Se para os dados da primeira metade, os escravos qualificados, não chegaram a dados significativos nos anúncios de fuga, na segunda metade isso parece inverter. Márcia Amantino, em uma descrição dos escravos fugidos, no período compreendido entre 1825 e 1832, identifica que as especializações dos escravos fugidos não apareceram em mais de 86% casos. Admite que a ocupação não era uma característica dos escravos evadidos, levantando a hipótese que, os sem especialização fugiam mais por ser a maioria do contingente dos escravizados.³⁰³

³⁰³ AMANTINO, Márcia Sueli. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do jornal “O Universal” – 1825 – 1832. *Locus Revista de História*, 2008, p. 65

Gráfico 7
Escravos especializados na primeira metade e na segunda metade do século XIX.



Ao contrário dos resultados encontrados para a primeira metade, coligimos números que convergem no sentido de perceber a maioria dos escravos especializados no contingente das fugas. Dentre estes, identificamos 61% que ficaram foragidos mais de um ano. Isso evidencia que a qualificação era importante, senão essencial, no sucesso da evasão. Ferreiros, carpinteiros, alfaiates, rebocadores, cozinheiros, tropeiros, pintores, pedreiros, dentre tantos, ficavam longos anos distante dos olhares do seu proprietário. Apenas 38% dos escravos especializados foram apreendidos no prazo inferior a um ano. Contudo, também foram esses escravos que empreenderam a evasão repetidas vezes. O caso seguinte ilustra:

Em dias de janeiro, do corrente anno [1877], fugio o escravo Martinho, pertencente ao abaixo assignado, da fazenda do Sr. Major José Justiniano Carneiro, residente no termo de Ubá, o mesmo escravo se achava justo, trabalhando pelo offício de pedreiro (...) Entende alguma cousa do offício de carpinteiro e tem um signal de ferida em uma perna. É de supor que se tenha dirigido para os lados da estrada de ferro de Pedro II.³⁰⁴

(...) é pedreiro e trabalha alguma cousa de carpinteiro. Consta que em dias de junho do anno passado [1878], este escravo fora visto com uma tropa vinda da Ponte Nova para Ouro Preto (...). Protesta-se com a lei contra quem o acoutar.³⁰⁵

³⁰⁴ *Diário de Minas*, 17 de maio de 1877, número 818, p. 1

³⁰⁵ *A Actualidade*, 07 de maio de 1878, número 20, p.4

(...) o escravo Martinho, pedreiro e carpinteiro...fugiu em dias de dezembro próximo passado [1885] e consta achar-se pelos lados do arraial do Brejo, município de S. Paulo de Muriahé.³⁰⁶

Possivelmente, no primeiro momento da fuga Martinho estava trabalhando de aluguel ou de ganho para seu proprietário, uma vez que se “achava justo trabalhando pelo officio de pedreiro” para o Major José Justiniano. Na primeira denúncia, Martinho estava foragido a mais de quatro meses, supondo seu senhor que se dirigisse para os lados da estrada de ferro. O mesmo anúncio reaparece em 1878 denunciando que Martinho estava empregado em uma tropa que fazia o trajeto entre Ponte Nova e Ouro Preto, sendo que aí já se passava mais de um ano e quatro meses da sua fuga. Depois dessa denúncia, Martinho fora apreendido, mas voltou a fugir em 1885 e tinha seis meses do seu desaparecimento. Para alcançar o desígnio de recuperar seu escravo, Antonio Francisco Baião, denunciou a fuga do cativo em três jornais mineiros, *Diário de Minas*, *A Actualidade* e *A Província de Minas*. Em todos os anúncios o proprietário denunciou as habilidades de Martinho – pedreiro e carpinteiro - e advertiu, em 1878, que agiria com os rigores da lei contra quem acoitasse sua propriedade. Mesmo sendo apreendido, o escravo visualizava chances de permanecer fora dos domínios do seu proprietário, uma vez que conseguiu empregar-se em uma tropa e ficou mais de um ano foragido. Por isso, não hesitou em desaparecer novamente, em 1885. Nesse sentido, podemos inferir que o motivo que levou Martinho a fugir, foi a possibilidade de empregar-se e desfrutar de uma mobilidade não conhecida no cativo.

Ocorreu o mesmo com Raymundo, acostumado a “trabalhar em reboque e obras de pedra” que fugiu em 1874, mas ficou somente um mês desaparecido e voltou a fugir em 1875 e, também, já se passava um mês do seu desaparecimento.

³⁰⁶ *A Província de Minas*, 12 de junho de 1886, número 346, p. 4

Inculcando-se forro e mudando o nome sempre que foge, o oficial de carpinteiro Laurindo, fugiu em 1871 e ficou mais de um ano foragido e voltou a fugir em 1872, mas desta vez já havia passado sete anos de fuga. Anselmo, oficial de sapateiro e alfaiate, teve sua evasão noticiada cinquenta e três vezes no *Noticiador de Minas* e estava foragido “somente” a sete meses – data da evasão e o momento que deixou de ser veiculada no periódico -, sendo que sua qualificação foi a principal característica noticiada pelo seu senhor.³⁰⁷ Outro Anselmo, também oficial de sapateiro, teve sua habilidade estampada por mais de três meses no *Diário de Minas*.³⁰⁸ Percebemos a importância da qualificação dos cativos, também, nos anúncios de venda, pois, mesmo sendo mais sucintos que os de fuga, evidenciam a importância do escravo especializado, que tinha sua habilidade como primeira característica, senão a única, a ser noticiada.

A faixa etária dos escravos fugitivos, no *corpus documental*, se aproxima dos vinte e oito anos de idade. Já, a faixa etária dos escravos especializados, ultrapassa os trinta anos. Esses dados abrem precedentes para afirmarmos que, os escravos com alguma qualificação, eram os mais experientes do contingente escravista e, por conhecerem os meandros do universo dos fugitivos, se arriscavam na evasão. Em sua maioria eram do sexo masculino, confirmando o exposto antes, de que as mulheres foragidas foram ínfimas no cômputo total.

No que se refere ao letramento escravo, foram identificados somente homens nos dados elencados. Segundo Christianni Cardoso Moraes, há uma relação estreita entre os cativos que sabiam ler e/ou escrever e as suas especializações. Em suas palavras:

Por possuírem profissões especializadas, certamente lidavam cotidianamente com os códigos numéricos. Por causa dos seus ofícios,

³⁰⁷ *Noticiador de Minas*, 11 de novembro de 1871, número 376, p. 3

³⁰⁸ *Diário de Minas*, 17 de agosto de 1873, número 106, p.3

possuíam a capacidade de decifrar números e de utilizá-los como forma de medição, o que denota grau bastante significativo de *letramento*.³⁰⁹

Essa mesma proposição foi defendida por Luiz Carlos Villalta, Maria Cristina Cortez Wissenbach e Eduardo França Paiva,³¹⁰ porém, não identificamos, nessa investigação, uma relação direta entre os escravos que sabiam ler e/ou escrever e sua qualificação, pois os escravos que apareceram com algum grau de letramento nem sempre tinham alguma ocupação específica. Coligimos 17 casos de escravos fugitivos com algum grau de letramento (ver quadro 9). Desses, a porcentagem equivale entre os cativos especializados e sem especialização veiculadas.

Embasando nos jornais de Ouro Preto no período compreendido entre 1871 e 1888, identificamos que o perfil do escravo especializado pautou-se pelo predomínio de homens, crioulos, solteiros e com faixa etária de 30 anos de idade. Os anúncios demonstraram ainda que, os escravos habilidosos foram os que ficaram mais tempo foragidos, evidenciando que sua especialização foi substancial no sucesso da evasão. Ainda, de acordo com os dados referentes às repetições dos anúncios (2418 casos), não podemos inferir que os escravos fugiam mais no final do século XIX, mas sim, afirmarmos as maiores dificuldades em capturá-los, o que justifica a insistência dos proprietários em denunciar as habilidades do seu cativo e suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Na totalidade dos anúncios, há uma evidente evasão dos escravos especializados, os quais valendo-se de uma habilidade, dissolveram-se no anonimato da massa de escravos e libertos e ficaram mais de anos foragidos. Seu perfil apresentou diferenciações daquele da primeira metade do século

³⁰⁹ MORAIS, Christianni C. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731 – 1850. *Revista Brasileira de Educação*. V.12, n. 36, set./dez. 2007, p. 500.

³¹⁰ VILLALTA, Luiz Carlos. Reformismo ilustrado, censura e práticas da leitura: usos do livro na América Portuguesa. Tese de Doutorado em História. Departamento de História, Universidade de São Paulo, SP, 1999; WISSENBACH, Maria Cristina Cortes. *Sonhos Africanos, vivências ladinhas*. HUCITEC, 1998; PAIVA, Eduardo França. Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América portuguesa. In: Colóquio Internacional Política, nação e edição. Belo Horizonte, 2003. *Anais...* Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, 2003. v.1.

XIX, que se pautou pelo predomínio de africanos, homens e sem especialização.

Denúncias que os escravos estavam trabalhando, ameaças de agir com os rigores da lei, denúncias que os cativos carregavam instrumentos de trabalho, insistência em anunciar a qualificação do cativo e sua intenção de se inserir no mercado de trabalho, ademais as possibilidades abertas no período entre 1871 e 1888, foram decisivos para que interpretássemos a fuga escrava como um momento de sistematização e não, simplesmente, como corolário de atos instintivos. Prestar os seus serviços, para aqueles que demandavam, foi uma maneira que o escravo especializado encontrou para viver fora do cativo, construir suas próprias relações e desfrutar de alguma mobilidade. Como mencionado anteriormente, não falamos em uma liberdade de ir e vir e sim numa liberdade possível erigida pelos escravos à base de variadas e complexas estratégias de sobrevivência.

Considerações Finais.

Na pretensão de entendermos as fugas em Minas Gerais, não olvidamos as diversas facetas da escravidão nessa porção do Império. A abrangência dessa investigação justifica-se pelo fato de que, na província mineira, os jornais de Ouro Preto atingiram áreas mais longínquas e mesmo outras províncias, o que nos levou a explorar seus limites históricos e não, necessariamente, seus limites geográficos.³¹¹ Delimitar uma área específica foi um dos maiores desafios enfrentados, mas na forma analisada, não almejamos exaurir os estudos sobre as fugas em Minas Gerais. Pelo contrário, esse trabalho lança luz sobre um universo pouco analisado e que precisa ser perscrutado por trabalhos que estão por vir.

Alguns periódicos consultados nos acompanham desde a graduação, o que nos permitiu uma (re) leitura sempre que os questionamentos surgiram. Isso também foi possível com a criação de uma planilha (ver anexo I), que nos possibilitou perceber os dados na sua totalidade, bem como algumas permanências e discrepâncias no universo dos fugitivos. À luz de novas análises, esses relatos de homens fugidos adquiriram novas entonações no transcurso da pesquisa, assim como ampliaram-se as indagações, forçando-nos admitir que as questões aqui propostas nem sempre foram respondidas satisfatoriamente.

Venda, compra, comercialização de escravos, como instrumento de barganha e mesmo legalizado, além da violência, excesso de trabalho foram elementos da escravidão brasileira, mas não a sua síntese. Os escravos, aos olhos de uma vertente

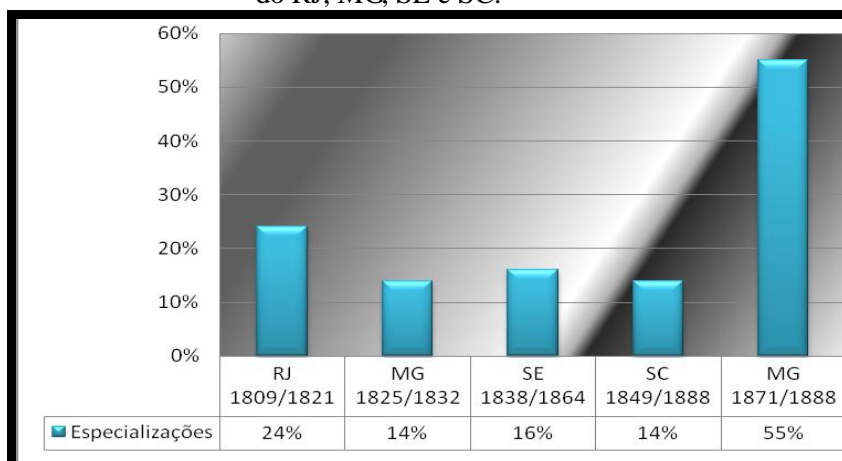
³¹¹ No decorrer dessa investigação notamos anúncios de escravos fugidos das diversas regiões mineiras, o que nos levou a pensar em fazer um mapa dos locais que os escravos fugiam. No entanto, muitos relatos mencionavam, simplesmente, o nome da fazenda, ou nome do senhor - o qual deveria ser conhecido na localidade - ou mesmo a quantidade de léguas de uma determinada freguesia. Essas dificuldades - que possivelmente seriam sanadas, com uma investigação pormenorizada - nos impediu de mapear as fugas através dos periódicos de Ouro Preto, mas que seriam esclarecedoras, no sentido de identificar os locais de fuga e os locais que se destinavam os escravos após a evasão em Minas Gerais.

historiográfica, foram interpretados como homens submissos aos mandos dos seus proprietários e o momento da insubmissão era quando matavam, suicidavam e refugiavam-se em quilombos. Porém, muitos escravos erigiram estratégias que burlava o legalmente estabelecido e engendraram seu próprio universo dentro e fora dos limites da senzala. Na tentativa de reconstruir uma nova vida fora desse espaço, a evasão foi o momento mais propício para o rompimento, tendo em vista que as formas de negociação com o proprietário esvaeceram-se no âmbito do cativo. Nem todos os escravos fugiam, assim havia um perfil de escravo que se dispôs a tal empreendimento no transcurso da escravidão no Brasil.

Elementos externos ao comportamento escravo foram substanciais no sucesso da evasão. Demonstramos como o universo militar, vias férreas, espaço urbano e seus melhoramentos, como construção de estradas, ruas, construção civil, dentre outros foram essenciais para a mobilidade escrava nos finais do século XIX, bem como esconderam, cada vez mais, a condição social do fugido. Esses fatores coadunados ao comportamento do cativo reforçam a proposição da sistematização escrava no empreendimento da fuga. Carregando instrumentos de trabalho, dissimulando sua condição através de falsos documentos, contando com as relações de parentesco, compadrio e amizades, além de exercerem atividades demandadas no mercado de trabalho, muitos escravos escaparam da escravidão e sobreviveram oferecendo seus préstimos.

Recorremos a análises da primeira e segunda metade do século XIX que (re) interpretaram o perfil dos escravos fugidos em algumas províncias do Império brasileiro. Em Minas Gerais, percebemos uma forte presença do escravo especializado no conjunto dos escravos fugidos, se comparado com estudos de outros recortes espaciais. O gráfico seguinte facilita a visualização:

Gráfico 8
Especialização dos escravos fugidos nas províncias
do RJ, MG, SE e SC.³¹²



Quanto à descrição de nome, idade, cor, características físicas, proprietário dentre outros, foram dados comuns nos anúncios de escravos foragidos nas províncias apresentadas, no entanto, quando analisamos as especializações dos cativos algumas dissonâncias ascendem. De acordo com o gráfico, as especializações nas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais - primeira metade -, assim como Sergipe e Santa Catarina apresentaram-se inferiores aos dados encontrados para Minas no período enfocado.

Não defendemos nessa investigação que os cativos, no período anterior a 1850, não tinham habilidades, mas destacamos a insistência dos senhores em denunciar as especializações do escravo no período compreendido entre 1871 a 1888. Embora convirjamos com alguns aspectos, nos anos precedentes ao analisado, percebemos que o período em foco apresentou características peculiares, como exemplo o afinco do senhor em anunciar as qualificações do escravo, por temer a sua

³¹² GOMES, Flávio dos Santos. Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Tempo*, Rio de Janeiro, 1:1 (1996), AMANTINO, Márcia Sueli. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do jornal “O Universal” – 1825 – 1832. *Locus Revista de História*, 2008, MOTT, Luiz. O escravo nos anúncios de jornal do Sergipe. *Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo: ABEP, 1986, REBELLATO, Martha. Fugas escravas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX. Universidade Federal de Santa Catarina, Dissertação de Mestrado, 2006.

inserção no mercado de trabalho. Essa característica foi substancial para uma diferenciação do perfil do escravo foragido na primeira e segunda metade do século XIX.

Tais conclusões foram depreendidas a partir da leitura de 350 anúncios de escravos fugidos e 2418 repetições dos mesmos nos periódicos analisados, além dos relatórios de presidente de Província e documentação de polícia consultada. Essas fontes nos permitiram fazer conjecturas sobre as dificuldades em se capturar os escravos no final do século XIX. Alguns trabalhos apontam para o crescimento das fugas no findar do século, no entanto, o corpo documental explorado não nos permite ratificar tal assertiva. Podemos sim, com mais segurança e embasados em números, apontar as complicações em apreender os escravos fugidos e a importância do escravo especializado nesse processo.

O desenvolvimento de especializações no mercado de trabalho, no ramo das manufaturas, artes e ofícios, bem como na área de construção civil, vias férreas foram espaços que permitiram a infiltração dos escravos fugidos. Isso não significa que os cativos em fuga circulavam livremente pelas ruas, uma vez que a vigilância da sociedade era constante, não obstante as diversas formas de acoitamentos desfrutadas.

Ainda que a escravidão urbana fosse caracterizada como espaço de mobilidade espacial, apontamos que os escravos foragidos não usufruíam dessa mobilidade, já que os anúncios os descreviam em minúcias para os que não hesitavam em denunciar seu paradeiro. Contando com o companheirismo de muitos, ou sujeitando-se à outra escravidão nas mãos daqueles que aproveitavam mão-de-obra barata, os escravos em fuga permaneciam anos fora do cativeiro e, se caso fossem apreendidos, tornavam a fugir e procuravam espaços que absorveriam suas

qualificações. Isso pode ter significado a verdadeira liberdade do escravo fugido nos últimos decênios do século XIX.

Percebemos nessa investigação que os caminhos e as motivações das fugas variavam, mas o produto era sempre o mesmo: conseguir a liberdade definitiva ou mesmo desfrutar dias dessa liberdade. Ao serem apreendidos, logo após a fuga, os escravos elaboravam novas estratégias que dissimulavam sua verdadeira condição e voltavam a fugir erigindo alternativas de liberdade fora do cativo.

Em suma, os caminhos dessa investigação foram tortuosos, mas nos permitiram delinear os contornos do universo dos escravos fugidos em Minas Gerais, no final do século XIX. As fugas individuais ou coletivas passaram despercebidas nos estudos de história dessa província, merecendo considerações, especialmente, nas análises sobre os quilombos em Minas Gerais e nos danos econômicos causados aos proprietários dos escravos em fuga e não, necessariamente, as motivações, as perspectivas de sucesso e no significado da fuga para os cativos. Não almejamos encontrar uma visão teleológica no comportamento dos escravos fugidos, no sentido de aniquilar a instituição escravista, mas sim percebemos como esse ato, constantemente praticado, foi substancial no encaminhamento da sua libertação. Deparamo-nos com táticas de resistência, conflitos, enfrentamentos diretos e indiretos, solidariedades, embates, que foram práticas cotidianas dos escravos que elaboravam variadas e complexas formas de esquiva. Com isso, afirmamos que os escravos foragidos em Minas Gerais, no século XIX, circulavam pelas ruas mineiras em meio à massa de livres, libertos e, ainda, escravos de aluguel e ganho, como se livres fossem e ludibriavam as autoridades por serem “refinados tratantes”.

Referências bibliográficas:

- AMANTINO, Márcia Sueli. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal 'O Universal' 1825 a 1832. *Locus Revista de História*, v.12, p. 59-74, 2006.
- AMANTINO, Márcia S. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Comércio (RJ) em 1850. *Imagens*. v.14, n.4.
- ALGRANTI, Leila Mezan, *O Feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: vozes, 1988.
- ANDRADE, Rômulo. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco (Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX)*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1995.
- ASSIS, Machado de. "Pai contra mãe". In: _____ *Relíquias de Casa Velha*. Rio de Janeiro: Ed. Garnier, 1990, pp. 17-27.
- ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. "A resistência escrava nas Américas: algumas considerações comparativas." In: LIBBY, Douglas Cole, FURTADO, Junia Ferreira (Org.). *Trabalho livre trabalho escravo – Brasil e Europa, Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BAKTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1988.
- BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais 1720-1888*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Bauru, EDUSC, 2004.
- BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o Poder: Irmandades leigas e políticas colonizadoras em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- BOSCHI, Caio César. Nem tudo o que reluz vem do ouro. In: *Revista História &*

Perspectiva, Uberlândia, (11): 33-42, Jul./Dez. 1994.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: Demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1994.

BOTELHO, Tarcísio R. As alforrias em Minas Gerais no século XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, n.23, jul/00, p.61-76.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João Del Rey – século XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. Tradução Klauss Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, Escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Classes sociais e história: considerações metodológicas”. In: CARDOSO, Fernando H. *Autoritarismo e Democratização*. 2º edição. Rio de Janeiro, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 5º edição. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

COSTA, Ana Paula Pereira. Negociações e reciprocidades: interações entre potentados locais e seus escravos armados nas Minas Gerais na primeira metade do século

XVIII. *Almanack braziliense*. Número 57, novembro de 2008.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. “O mito da democracia racial no Brasil”. In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª edição. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

_____. “Da escravidão ao trabalho livre”. In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª edição. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

CASTRO, Hebe M. M. de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, 1875.

COTA, Luiz Gustavo Santos. O Sagrado Direito da Liberdade: Emancipacionismo e Abolicionismo em Ouro Preto e Mariana – Minas Gerais, 1871 – 1888. In: *I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social – LAHES*., 2005, Juiz de Fora – MG. Anais do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social, 2005

COTTA, Francis Albert. “Negros e mestiços nas milícias coloniais ibero-americanas: a serviço do rei, dos poderosos locais e de si próprios.” In: *IV Simpósio Internacional de Estudos sobre a América Colonial*, 2008, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008

DEBIEN, Gabriel (1979). “Marronage in the French Caribbean.” In: PRICE, Richard. *Marron societies: rebel slave communities in the Americas*. Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press.

EISENBERG, Peter L. “Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX”. *Estudos Econômicos*, vol. 17, n.2, 1987, pp.175 – 216.

EUGENIO, Alisson. Ilustração, escravidão e condições de saúde dos escravos no Novo Mundo. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.,25, n.41: pp. 227-244, jan/jun 2009.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro, José Olympio. Brasília, EDUMB, 1993.

FIGUEIREDO, Luciano Raposos de A. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. As doenças dos escravos: um campo de estudo para a história das ciências da saúde. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo et al. *Uma história brasileira das doenças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006

FONSECA, Marcus Vinicius. *Educação dos negros*. Bragança Paulista: EDUSP, 2002

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na ordem escravocrata*. 4º edição. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2º edição. São Paulo: Editora nacional, 1979.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 30º edição. Rio de Janeiro: Record, 1985.

GEBARA, Ademir. Escravos: Fugas e Fugas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, 1986.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida; o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, CNPq, 1988.

GOMES, Flávio dos Santos. Experiências negras e Brasil escravista: questões e debates. *Anais do XX Congresso Internacional da ALADAA*, Rio de Janeiro, 2001, p.4.

GOMES, Flávio dos Santos. “Jogando a Rede, Revendo as Malhas: Fugas e Fugitivos no Brasil Escravista.” Rio de Janeiro. *Tempos*, vol. 1, nº. 1 (1996).

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio; aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista INL, 1972.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *História, Região & Globalização*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GRAF, Márcia Elisa de Campos. O escravo no cotidiano através dos anúncios de jornais paranaenses da segunda metade do século XIX. In: Congresso Brasileiro de Tropicologia, Recife. *Anais*. 1986

GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. Agricultura e caminhos de Minas (1700-1750). In: *Revista do Departamento de História*. Nº 4, Departamento de História- FAFICH/UFMG, 1987.

GUTMAN, Herbert G. *The Black family in slavery and freedom – 1750-1925*. New York, Vintage Books, 1976.

IGLÉSIAS, Francisco. “Minas Gerais”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. 2º edição. São Paulo: Difel, 1968, tomo II, vol. 4, p. 364-412.

JOSÉ, Oíliam. *Historiografia mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

JOSE, Oíliam. *A Abolição em Minas*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia limitada, 1962.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Trabalhadores escravos. In: *Trabalhadores*. Campinas: Unicamp/IFCH, 1990.

_____. “Do singular ao plural: palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos.” In: REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

_____. *Fragmentos setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho numa economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. “A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX.” (mimeo) 2009.

_____. “Repensando o conceito do paternalismo escravista nas Américas.” In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira (Org.) *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH – UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008.

LIBBY, D. C. e PAIVA, C. A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d’El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. v.17, n.1/2, Jan./dez. 2000.

- LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci Del Nero da. A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos. *Ciência e Cultura*. São Paulo. 32(7): 836-841, julho 1980.
- MACHADO, Maria Helena P. T. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, 1988.
- MACHADO, Maria Helena P.T. *Crime e Escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MARTINS, Roberto Borges; MARTINS, Amílcar. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 181-209, jan./abr. 1983.
- MARTINS, Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande – História de Minas que se devolve ao Povo*. Contagem: Santa Clara Editora, 2008.
- MENESES, José Newton Coelho. Saberes, petrechos e escravos: oficiais mecânicos e senhores no corpo social das minas setecentistas. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; BH: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: EDUNESB, 2008
- MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.
- MENESES, José Newton Coelho. Artes fabris e serviços banais. Oficiais mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime, 1750 – 1808. Universidade Federal Fluminense, 2003 (Tese de doutorado).
- MINTZ, Sidney. *Caribbean transformations*. Baltimore, Johns Hopkins, 1984
- MORAIS, Christianni C. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731 – 1850. *Revista Brasileira de Educação*. V.12, n.

36, set./dez. 2007

MORELLI, Jonice dos Reis Procópio. Escravos e crimes – fragmentos do cotidiano. Montes Claros de Formigas no século XIX. Dissertação de mestrado, 2002.

MOTT, Luiz. “Santo Antonio, o divino capitão-do-mato”. In: REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOTT, Luiz. O escravo nos anúncios de jornal do Sergipe. *Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo: ABEP, 1986

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas*. 3ª edição. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Do cativo ao mar: escravos na marinha de guerra. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, 2000, n. 38.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo de. Uma cidade construída por cativos: o trabalho escravo no núcleo urbano de Juiz de Fora (1830-1880). *XVI Encontro Regional de História ANPUH-BH, 20-25 de julho de 2008*.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

_____. Pelo justo valor e pelo amor de Deus: as alforrias nas Minas. *IX Seminário sobre a Economia mineira*, 2000, Diamantina. Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2000, v.1

_____. De corpo fechado: o gênero masculino, milícias e trânsito de culturas entre a África dos mandingas e as Minas Gerais da América, no início do século XVIII. In: LIBBY, Douglas Cole. FURTADO, Júnia Ferreira. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo:

Annablume, 2006

_____. Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América portuguesa. *In: Colóquio Internacional Política, nação e edição*. Belo Horizonte, 2003. *Anais...* Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, 2003

_____. “Milícias negras e culturas afro-brasileiras: Minas Gerais, Brasil, século XVIII.” *In: XIV Encontro Regional de História - ANPUH-MG*, 2004, Juiz de Fora. *Anais Eletrônicos - XIV Encontro Regional de História - ANPUH-MG*, 2004

PAIVA, A. Clotilde. *População e economia: Minas Gerais do século XIX*. 1996. 229 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 1996

PIRES, Aurélio. *Homens e factos de meu tempo: 1862 -1937*. São Paulo: 1939

QUEIROZ, Jonas Marçal. *Artífices do Próspero Mundo Novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868 – 1889)*. Tese de doutorado, 2005.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio/MEC, 1977.

REBELLATO, Martha. *Fugas escravas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX*. Universidade de Santa Catarina, Dissertação de Mestrado, 2006.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. “Uma escrava que fugiu e consta que já tem dous filhos”: fugas e família entre os escravos na Bahia. *Afro-Ásia*, 23 (1999).

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, Liana Maria. Escravos e abolicionismo na Imprensa mineira (1850-1888). *LPH – Revista de História*, Mariana, vol. 1, n.1, 1991.

REIS, Liana Maria. Vivendo a liberdade: fugas e estratégias de sobrevivência no cotidiano escravista mineiro. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1996 v.16, n.31 e 32.

RIBEIRO, Júlio. *A carne*. São Paulo: Editora Tres, 1979.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. 6ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1982.

SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e Superação do escravismo na província de São Paulo (1885 – 1888)*. São Paulo: IPE/USP, 1980.

SCWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru: EDUSC, 2001.

SHAFF, Adam. “Por que reescrevemos continuamente a história?”. In: *História e Verdade*. Trad. Paula Duarte. 6ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SILVA, Rogério Forastieri. *Colônia e Nativismo. A história como “Biografia da Nação”*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos ICHL/UNICAMP*, Campinas, n. 17, 1985.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1999.

STERN, Steve (org.). “Resistance, rebellion and conscioues in the Andean Peasant Word, 18th to 20th.” Tha University of Wisconsin Press, 1987.

TANNENBAUM, F. *Slave and Citizen*. In: HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Trad. Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira”. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 4 jul./dez. 2002

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850 - 1888)*. São Paulo: editora HUCITEC, 1998

ANEXOS

ANEXO I
Modelo da tabela com os dados dos escravos fugidos em Minas Gerais, 1871 a 1888.

Jornal	Data da publ	Data da fuga	Tempo/Fuga	Local da Fuga	Nome	Sexo	Idade	Ocupação	Proprietário	Gratific.	Cor	Qualidade	Repetição	Letramento
N.M	04-02-1871			NC	Francisco	M	40		Cel ^o Theodoro Barbaza	150\$000		Africano	2	
	04-02-1871			NC	José Carv.	M	40		Cel ^o Theodoro Barbaza	150\$000		Africano		
	04-02-1871	20-12-1870	2 meses	S. José d'Alem Parahyba	Gabriel	M	25		João Paulo dos Santos.		Preta		3	
	04-02-1871	20-12-1870	2 meses	S. José d'Alem Parahyba	Leodoro	M			João Paulo dos Santos.		Parda			
	04-02-1871	06-02-1870	1 ano	Leopoldina	Aurelio	M	17/18	Sabe carrear	José de Resende Mont.				2	
	04-02-1871	05-11-1870	3 meses	Leopoldina	David	M	17/18	Sabe carrear	José de Resende Mont.		Cabra		2	
	07-02-1871	31-03-1870	1 ano	Ouro Preto	Francisco	M		Arrie., sapat., alfaiate e ferreiro	Antonio Tavares Furtado M.		Parda		3	
	07-02-1871	08-12-1870	3 meses	Retiro do Tamanduá	João	M	20		Manoel Moreira Teixeira				7	
	14-02-1871	18-01-1871	1 mês	Município de Queluz	Joaquim	M	30	Oficial de carpinteiro, tropeiro.	Antonio Lopes de Faria.	50\$000	Preta	Crioulo	2	
	14-03-1871	Dez. 1870	1 anos/7 meses	Município de Cantagallo - RJ	Francisco	M	28/30	Tropeiro e serviço de roça	Barão das Duas Barras	200\$000	Preta		44	
	14-03-1871	Dez. 1868	3 anos/7 mês	S. Sebastião dos Aflitos	Manoel	M	20/22	Cargueiros e pagem	Manoel Caetano Ribeiro	200\$000	Preta		44	
	14-03-1871	1869	3 anos	Município de Cantagallo - RJ	Evaristo	M	45	Serviço de roça.	Duas Barras & Filho	200\$000	Preta		44	
	04-05-1871	10-04-1871	1 ano e 1 mês	Município da Leopoldina	Benedicto	M	26/30		José de Resende Mont.		Fula	Crioulo	118	
	04-05-1871		Mais de 1 ano	Fabrica do Girau/Itabira	Julio	M		Trabalha em roça, carvão...	João Camillo de Oliveira		Fula	Crioulo	41	
	04-05-1871	01-04-1871	3 meses	Faz. Da Gironda/Mar de Hesp.	João	M	18		NC		Fula	Crioulo	19	
	11-05-1871	23-04-1871	1 mês	S. Paulo do Muriahé (MG)	Aleixo	M	24		Manoel Rodrigues Pinto	100\$000	Avermelhada	Crioulo	5	
	11-05-1871	10-08-1869	1 ano	Freg. Bonfim do Pomba	Sebastião	M	28	Tropeiro, carreia, serv. Roça	José Luiz de Campos	200\$000		Crioulo	117	
	17-05-1871			Faz. De Santa Justa	Antonio	M	28		Barão de Santa Justa			Crioulo	20	
	17-05-1871			Faz. De Santa Justa	Faustino	M	25		Barão de Santa Justa		Cabra			
	17-05-1871			Faz. De Santa Justa	Adão	M	26		Barão de Santa Justa			Crioulo		
	11-07-1871	05-06-1871	Mais 1 mês	Bom Fim do Pomba	Salustiano	M	39		Manoel Barbosa C e S.			Crioulo	1	
	28-07-1871	08-04-1871	1 ano	Sant'Anna do Prepetinga	Joaquim	M	32	Tropeiro e trabalha em roça.	Vicente José dos Santos	100\$000	Cabra		16	
	28-07-1871			Faz. Da Barra de S. Doming.	Verissimo	M	20	Bom alfaiate	NC	100\$000	Parda		7	
	28-07-1871	14-04-1871	6 meses	Cidade de Cantagallo/RJ	Firmino	M	27		João José de Araújo		Preta	Crioulo	33	

ANEXO II
Jornais Pesquisados

Jornais	Período	Quantidade de escravos fugidos.
Noticiador de Minas	1868, 1871 – 1872	62
Diário de Minas	1868, 1873 – 1878	141
A Actualidade	1878 – 1881	71
A Província de Minas	1882 – 1888	74
O Bem Público	1860	7
O Diabinho	1884 – 1888	0
O Liberal Mineiro	1885 – 1886	1
TOTAL		356

APM, Jornais Mineiros.

ANEXO III
Repetição dos anúncios publicados

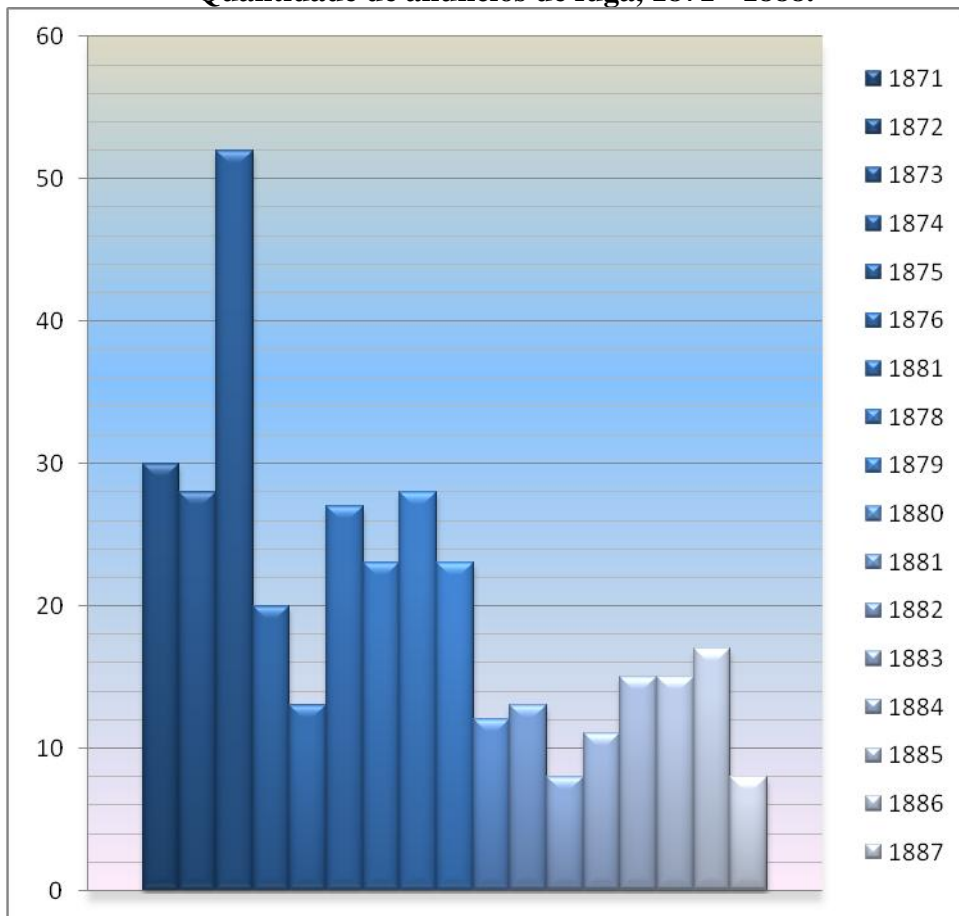
Jornal	Quantidade de escravos fugidos	Repetições
Noticiador de Minas	62	920
Diário de Minas	141	677
A Actualidade	71	656
A Província de Minas	74	162
O Bem Público	7	3
TOTAL		2418

APM, Jornais Mineiros.

ANEXO IV
Especializações dos fugitivos anunciados nos
Jornais de Ouro Preto 1871 – 1888.

Carpinteiro	Tropeiro	Quintana
Pedreiro	Domador/Lida com animais	Padeiro
Pintor	Carreiro	Carteiro
Marceneiro	Arrieiro	Cozinheiro
Rebocador	Cavaleiro	Cocheiro
Obras de Pedra	Caldeireiro	Curador de feitiços
Trab. com madeira	Serviço de roça	Costura
Alfaiate	Sapateiro	Ferreiro
Faz telhas	Cargueiro	Pagem
Valeiro	Peão	Copeiro
Falquejador	Broqueiro	Boleiro
Faz pregos e cravos	Trab. com objetos de couro	Músico

ANEXO V
Quantidade de anúncios de fuga, 1871 - 1888.

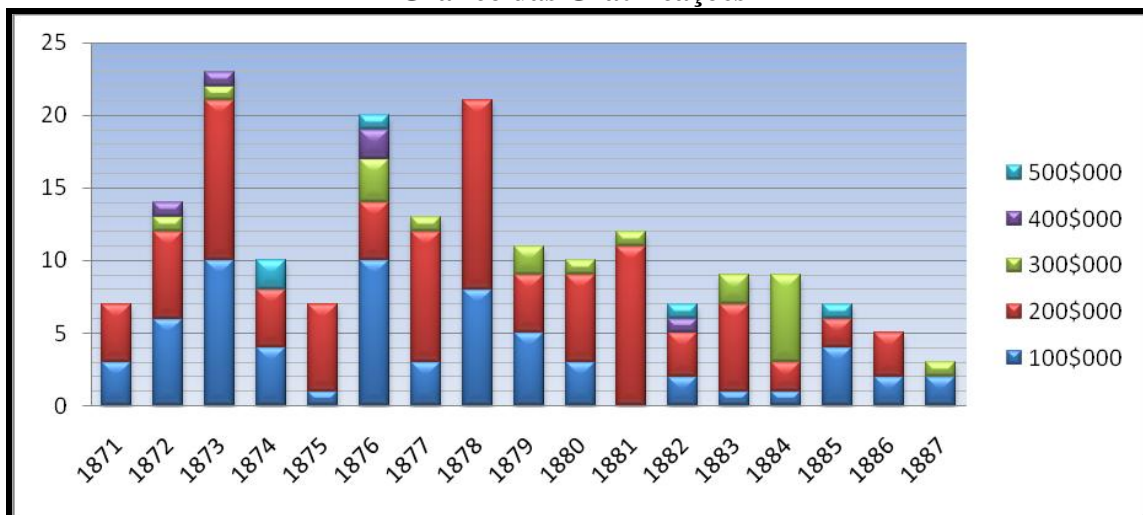


Fonte: Arquivo Público Mineiro, Jornais Mineiros 1871 – 1888.

ANEXO VI
Tabela de Gratificações.

	100\$000	200\$000	300\$000	400\$000	500\$000
1871	3	4	-	-	-
1872	6	6	1	1	-
1873	10	11	1	1	-
1874	4	4	-	-	1
1875	1	6	-	-	-
1876	10	4	3	2	1
1877	3	9	1	-	-
1878	8	13	-	-	-
1879	5	4	2	-	-
1880	3	6	1	-	-
1881	-	11	1	-	-
1882	2	3	-	1	1
1883	1	6	2	-	-
1882	1	2	6	-	-
1885	4	2	-	-	1
1886	2	3	-	-	-
1887	2	-	1	-	-

Gráfico das Gratificações




ANEXO VII
Anúncio de escravo fugido,
1854

1854

CRIOULO FUGIDO.

RS. 50000



DE ALVIÇARAS

Anda fugido, desde o dia 18 de Outubro de 1854, o escravo crioulo de nome

FORTUNATO,

de 20 e tantos annos de idade, com falta de dentes na frente, com pouca ou nenhuma barba, baixo, reforçado, e picado de bexigas que teve ha poucos annos, é muito pachola, mal encarado, falla apressado e com a bocca cheia olhando para o chão; costuma ás vezes andar calçado intitulado-se forro, e dizendo chamar-se Fortunato Lopes da Silva. Sabe cozinhar, trabalhar de encadernador, e entende de plantações da roça, donde é natural. Quem o prender, entregar á prisão, e avisar na côrte ao seu senhor Eduardo Laemmert, rua da Quitanda n.º 77, receberá 50000 de gratificação.

Rio de Janeiro. — Typ. Universal de LAEMMERT, Rua dos Invalidos, 61. B.

ANEVO VIII
Escravos que ficaram mais de um ano foragidos
1871 a 1888.

Nome	Publicação	Data da fuga	Tempo de fuga
Aurélio	04-02-1871	06-02-1870	1 ano
Francisco	07-02-1871	31-03-1870	1 ano
Francisco	14-03-1871	Dez. 1870	1 ano e 7 meses
Manoel	14-03-1871	Dez. 1868	3 anos e 7 meses
Evaristo	14-03-1871	1869	3 anos
Benedicto	04-05-1871	10-04-1871	1 ano e 1 mês
Julio	04-05-1871	-	Mais de 1 ano
Sebastião	11-05-1871	10-08-1869	1 ano
Joaquim	28-07-1871	08-04-1871	1 ano
Armando	09-02-1872	Junho de 1870	2 anos
Antonio	27-03-1872	08-05-1870	3 anos
Joanna	Janeiro	08-09-1869	2 anos e 8 meses
Gustavo	29-05-1872	Agosto de 1871	2 anos
Israel	28-06-1872	Mai de 1870	2 anos e 2 meses
Laurindo	31-07-1872	Dezembro de 1871	1 ano
Pedro	14-03-1873	-	Mais de 1 ano
Francisco	14-03-1873	-	Mais de 1 ano
Rafael	14-03-1873	-	Mais de 1 ano
Albino	03-05-1873	1872	1 ano
Justino	21-05-1873	08-06-1872	2 anos e 1 mês
Evaristo	05-06-1873	1869	4 anos e 1 mês
Manoel	05-06-1873	Dezembro 1868	5 anos
Joaquim	05-06-1873	Mai de 1872	1 ano e 2 meses
Theotonio	10-12-1873	28-08-1870	3 anos
Benedicto	10-12-1873	28-08-1870	3 anos
Manoel	21-03-1874	06-06-1870	4 anos
Firmino	24-12-1874	-	Mais de 1 ano
Luiz	28-12-1874	30-06-1872	2 anos e 6 meses
Gabriel	15-12-1875	-	Mais de 1 ano
Pedro	13-01-1876	Junho de 1874	1 ano e 7 meses
Luiza	28-03-1876	11-09-1873	2 anos e 7 meses
Antonio	10-06-1876	-	Quase 7 anos
Manoel	13-06-1876	-	4 anos
Virissimo	08-07-1876	Agosto de 1873	3 anos
José	08-08-1876	21-12-1873	2 anos e 8 meses
Salvador	12-05-1877	Julhos 1876	1 ano
Antonio	28-07-1877	1875	2 anos
Julio	10-10-1877	-	6 anos
Mauricio	18-12-1877	Janeiro de 1876	1 ano
NC	23-02-1878	06-02-1877	1 ano e 1 mês
Adão	23-02-1878	08-10-1876	1 ano e 5 meses
Seraphim	13-04-1878	09-04-1877	1 ano
Martinho	07-05-1878	Janeiro de 1877	1 ano e 4 meses
Laurindo	26-06-1878	Dezembro de 1872	7 anos

Francisco	24-09-1878	Setembro de 1877	1 ano e 2 meses
Zacarias	19-10-1878	Setembro de 1877	1 ano e 2 meses
Pulqueria	29-10-1878	03-09-1876	2 anos e 2 meses
Modesto	05-12-1878	Dezembro de 1876	2 anos
Mathias	26-12-1878	13-09-1877	1 ano e 4 meses
Luiz	11-02-1879	Agosto de 1877	2 anos e 5 meses
Luiz	15-04-1879	19-03-1878	1 ano e 1 mês
Casemiro	17-05-1879	Janeiro 1875	4 anos e 4 meses
Amancio	12-08-1879	-	Mais de 3 anos
Zacharias	17-09-1879	Set. 1877	2 anos e 2 meses
Clemente	30-10-1879	Abril de 1878	1 anos e 10 meses
André	10-12-1879	08-10-1878	1 ano e 2 meses
Firmino	17-02-1880	1873	7 anos
Thobias	07-10-1880	-	Mais de 3 anos
Miguel	29-10-1880	-	6 anos
Luiz	14-09-1882	14-09-1877	5 anos
Belizario	10-10-1882	28-08-1881	1 ano e 3 meses
Moysés	15-03-1883	1880	3 anos
Candido	19-04-1883	1875	8 anos
Zacharias	26-04-1883	1878	6 anos
Antonio	17-05-1883	26-08-1881	1 ano e 5 meses
Gabriel	24-07-1884	Março de 1880	4 anos e 4 meses
Zacharias	30-10-1884	1878	6 anos
Joaquim	30-04-1885	23-04-1884	1 ano e 2 meses
Manoel	15-12-1885	26-10-1882	3 anos e 2 meses
Justino	10-09-1886	Junho de 1885	1 ano e 3 meses
José	13-08-1887	Outubro de 1885	2 anos
Bernardino	19-08-1868	04-02-1867	1 ano e 6 meses
Manoel Cesário	02-01-1868	Junho de 1864	4 anos

FONTES

Seção Jornais Mineiros, Arquivo Público Mineiro.

- ❖ Noticiador de Minas, 1868, 1871 – 1872.
- ❖ Diário de Minas, 1868, 1873 – 1878.
- ❖ A Actualidade, 1878 – 1881.
- ❖ A Província de Minas, 1882 – 1888.
- ❖ O Bem Público, 1860.
- ❖ O Diabinho, 1884 – 1888.
- ❖ O Liberal Mineiro, 1885 – 1886.

Câmara Municipal de Ouro Preto

- ❖ CMOP - 45 doc. 35 – Proibição de alugar casas para escravos.
- ❖ CMOP Cx. 14 doc 03 – Penas para quem oculta forros e escravos.
- ❖ CMOP 3/2 cx.2 – Posturas municipais 1831.
- ❖ CMOP – 259 – Lei Orgânica, 1832 – 1838.
- ❖ CMOP 3/2 – cx. 04 - Posturas municipais, 1840 – 1885.
- ❖ CMOP 3/2 - cx. 05 - Proibição da entrada no Município de escravos vindos de fora, 1886 – 1888.
- ❖ cc – cx 161 – 10669 – Rolo 549 - Carta de Lucas Antonio Monteiro de Barros e Pedro Afonso Galvão de São Marinho aos oficiais da Câmara de Vila Rica sobre a diferenciação entre escravos, negros e quilombolas.

Documentação de Polícia

- ❖ POL 10. cx 02 → Autos de perguntas na cidade de Santa Luzia, 1887.
- ❖ POL 333 → Relação dos Réus capturados nas cadeias das províncias 1871-1874.
- ❖ POL 10 cx. 03 – Relação de delegados e subdelegados, relação de criminosos, comunicação interna, modelo de comunicação de falecimento de presos e recortes de jornais.
- ❖ POL – 511 - Livro dos culpados – lançamento das pronúncias, condenações e absolvição com os nomes, qualificação e características dos criminosos da Província, 1861-1869.

Cartório do Crime - Casa Borba Gato, Sabará.

- ❖ Cartório do Crime (01) 09 – Petição de Manoel Jacinto de Medeiros para a entrega de seu escravo Antonio Africano que se achava na cadeia. Sabará – 1846.
- ❖ Cartório do Crime (01) 20 – Queixa de Antonio Tiburcio Henrique contra Antonio Gonçalves de Oliveira R. 1846.
- ❖ Cartório do Crime (01) 18 - Requerimento de Ignácio José Pais relativo ao escravo João Congo que teve a sua condição de livre ratificada pelo curador Valeriano Manço dos Reys Costa. 1839.
- ❖ Cartório do Crime (01) 17 – Crime perpetrado pelo escravo fugido Joaquim Xatto, 1834.

- ❖ Cartório do Crime (11) 459 - Auto de perguntas 1874.
- ❖ Cartório do Crime (26)1012 - Autos de perguntas feitas aos escravos pertencentes a João Paula Cotta. 1882.

Brazilian Government Document Digitization Project (<http://brazil.crl.edu/>)

- ❖ Relatórios dos presidentes de província 1871 – 1888.

Fontes on-line

- ❖ Ordenações Filipinas.

<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.html>

- ❖ Lei do Ventre Livre.

http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/00846400/008464_COMPLETEO.pdf

- ❖ Código Criminal do Império de 1830.

http://www.ciespi.org.br/base_legis/legislacao/COD11a.html